

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPEL
Instituto de Ciências Humanas – ICH
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH



Dissertação

O Golpe de 64 silenciado: A memória e o esquecimento do período da Ditadura no município de Jaguarão – RS.

Elena Teixeira Porto Vieira

Pelotas, 2018

ELENA TEIXEIRA PORTO VIEIRA

**O GOLPE DE 64 SILENCIADO: A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO
DO PERÍODO DA DITADURA NO MUNICÍPIO DE JAGUARÃO – RS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em História (Área do conhecimento: Relações de poder político-institucionais).

Orientador: Dr. Juarez Rodrigues Fuão

Pelotas, 2018

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

V657g Vieira, Elena Teixeira Porto

O golpe de 64 silenciado : a memória e o esquecimento do período da ditadura no município de Jaguarão - RS / Elena Teixeira Porto Vieira ; Juarez José Rodrigues Fuão, orientador. — Pelotas, 2018.

112 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Ditadura civil-militar. 2. Rio Grande do Sul. 3. Jaguarão. 4. Memória. I. Fuão, Juarez José Rodrigues, orient. II. Título.

CDD : 981.0722

Banca examinadora:

Prof. Dr. Juarez José Rodrigues Fuão (orientador)
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Dr. Edgar Ávila Gandra
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL

Dr. Marcos César Borges da Silveira
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL

Dra. Caroline Silveira Borges
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Aos meus pais, Izaldo e Elda,
por serem o significado de amor
na minha vida.

Ao Marcos, meu companheiro
para a vida toda.

À todos aqueles que não
silenciaram e viveram em prol
da igualdade e liberdade.

Certa manhã, ganhamos de presente um coelhinho das Índias. Chegou em casa numa gaiola. Ao meio-dia, abri a porta da gaiola.

Voltei para casa ao anoitecer e o encontrei tal e qual o havia deixado: gaiola adentro, grudado nas barras, tremendo por causa do susto da liberdade.

Eduardo Galeano

Agradecimentos

Ao longo dos anos da escrita deste trabalho, muitas pessoas foram importantes não somente com a colaboração que fizeram para que ele fosse concluído, mas também por fazerem de mim uma pessoa melhor.

Agradeço aos meus pais, Izaldo e Elda, por sempre serem o meu lugar no mundo, estiveram comigo desde o início de tudo e são os maiores incentivadores de tudo aquilo que faço. Eu amo tanto vocês.

Ao Marcos, meu marido, que por ideologias de vida prefiro chamar de companheiro. Obrigado por ser cuidadoso comigo e com a minha família e estar sempre presente em todos os meus momentos, dando apoio e carinho. É constante a alegria do amor que cultivamos todos esses anos, entre cães, gatos e hortas.

A Kaiene, uma amizade construída pela História, tu sempre serás parte importante da minha história.

A minha amiga de tantos anos, Cristiane, que divide comigo o mesmo conceito de amizade. Que a nossa vida seja sempre compartilhada com amor.

Ao amigo de longa data Franklin, por acompanharmos todos esses anos.

Aos novos colegas, que abriram espaços em suas vidas para compartilhar esse curso. Dentre eles o grupo mais alegre das “gurias”, gracias por pensarmos juntas e rirmos tanto Silvia, Elisiane e Suelen, a moça mais querida e com o maior número de informações possível.

Aos professores do PPGH que dividem seus conhecimentos e abrem espaço para novas reflexões. Obrigada Edgar e Alisson por me fazerem pensar tanto sobre o papel do historiador no mundo atual.

Ao orientador Juarez pela parceria, mesmo distante, nessa construção de escrita. As nossas trocas sempre foram proveitosas.

A todas aquelas pessoas que conversaram comigo e apoiaram essa pesquisa, entenderam minhas preocupações e contribuíram para que fosse escrito.

LISTA DE SIGLAS

8 ECM - 8º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado

12 RC MEC - 12º regimento de cavalaria mecanizado

33 BIM - 33º Batalhão de Infantaria Motorizado

AI – 5 Ato Institucional nº5

AI-3 - Ato Institucional nº 3

ONU – Organização das Nações unidas

AP - Ação Popular

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CNV - Comissão Nacional da Verdade

COLINA - Comandos de Libertação Nacional

COLTED - Comissão do Livro Técnico e Livro Didático

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DSN - Doutrina de Segurança Nacional

DSND - Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento

EUA – Estado unidos da América

IES - Instituições de Ensino Superior

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MCI - Movimento Comunista Internacional

MDB Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação e cultura

OLAS - Organização Latino-americana de Solidariedade

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PF - Polícia Federal

POLOP - Política Operária

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PUC - Pontifícia Universidade Católica

RS – Rio Grande do Sul

SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SMI - Sistema Militar Interamericano

UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UFG - Universidade Federal de Goiás

UMG - Universidade de Minas Gerais

UnB - Universidade de Brasília

URGS – Universidade do Rio Grande do Sul

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID - *United States Agency for International Development*

UY – Uruguay

LISTA DE ABREVIATURAS

no.- número

p.-página

f.-folha

v.- volume

v.f,- verso folha

SOCM - sessão ordinária da Câmara Municipal

SECM - sessão extraordinária da Câmara Municipal

SE - sessão de encerramento

RCP - reunião da comissão permanente

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Divisão municipal do Rio Grande do Sul em 1850

FIGURA II – Lista de escolas regidas pelo município em 1971.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira na cidade de Jaguarão, pensando o Rio Grande do Sul como espaço de entrada e saída do país. Desta forma discutiremos brevemente a inserção do Brasil no período ditatorial, e também como se deu a inclusão do sistema da Doutrina de Segurança Nacional nesse momento. O que buscamos aqui é compreender como a cidade de Jaguarão construiu a sua memória daquele momento, abordando temas como a política, a educação e os processos de censura. Para que isso seja possível utilizaremos as Atas da Câmara de Vereadores, o periódico “*A Fôlha*” e fontes orais, que juntas irão corroborar com a escrita deste texto. Desta forma iremos apresentar como a ditadura é lembrada nessa cidade, analisando os fatores que influenciaram essa construção.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar. Rio Grande do Sul. Jaguarão. Memória.

ABSTRACT

The present work aims to reflect on the Brazilian Civil-Military Dictatorship in the city of Jaguarão, thinking of Rio Grande do Sul as a space of entry and exit of the country. In this way we will briefly discuss the insertion of Brazil in the dictatorial period, and also how the inclusion of the National Security Doctrine system at that moment occurred. What we are looking for here is to understand how the city of Jaguarão built its memory of that moment, addressing topics such as politics, education and censorship. For this to be possible we will use the Minutes of the City Council, the newspaper "A Fôlha" and oral sources, which together will corroborate with the writing of this text. In this way we will present how the dictatorship is remembered in this city, analyzing the factors that influenced this construction.

Keywords: Civil-Military Dictatorship. Rio Grande do Sul. Jaguarão. Memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. CAPÍTULO I: A MEMÓRIA E O GOLPE EM TERRAS FRONTEIRIÇAS	25
1.1. O Golpe rememorado.....	25
1.2. Entre a memória e o esquecimento.....	27
1.3. O Golpe de 1964	35
1.3.1. A gestão internacional	35
1.3.2. A gestão nacional	40
1.4. O Rio Grande do Sul como fronteira.....	43
1.4.1. A Operação Condor	44
1.4.2. A Doutrina de Segurança Nacional e a Fronteira Ideológica	49
2. CAPÍTULO II: A POLÍTICA E S MOVIMENTAÇÕES SOCIAIS EM JAGUARÃO	54
2.1. Jaguarão e sua história	54
2.2. “O nível cultural, o nível social era bem elevado”: embates e movimentações na Câmara Municipal.....	61
2.3. “O prefeito mandava muita merenda, mas nada de material escolar”: a educação como base das mudanças na cidade	75
2.4. “Posto de identificação é necessário para a cidade de fronteira”: Censura e repressão em Jaguarão	85
CONSIDERAÇÃO FINAIS	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100

INTRODUÇÃO

Os estudos da História do Tempo Presente nos permitem a compreensão de nosso passado recente, promovendo a reflexão sobre o período em que vivemos, seja ele pelo viés político, econômico ou social. Tais estudos nos trazem também a possibilidade de dar voz aos sujeitos que vivenciaram esse passado recente e que ainda nos acompanham, permitindo, então, um maior entendimento desses processos históricos em nossas vidas. Essa traz a narração feita pelo historiador com base nas vivências de indivíduos contemporâneos, que podem fazer parte desta construção de diversas formas, como, por exemplo, através da História Oral.

Abordando a "História do Presente", Pierre Nora reflete sobre “onde o historiador joga o rol de sujeito e objeto em tanto portador, ele mesmo, da memória do fenômeno que pretende reconstruir historicamente”.¹ Ou seja, o sujeito portador da memória também pode ser o objeto de análise de estudo, contribuindo então para essa representação do passado onde vemos sua “reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”².

Nesse sentido, trabalhar com História do Tempo Presente implica em analisar momentos e/ou vidas ainda presentes em nosso tempo. Definindo o Tempo Presente como o “nosso próprio tempo”³, Eric Hobsbawm nos mostra essa “história em aberto” a partir da dinâmica que parece dificultar a apreensão de movimentos de mudança, sabendo que estamos inseridos neles.

¹CAVANNA, Federico Alvez. *História recente, memória e educação: o caso Uruguai*. Cadernos do CEOM - Ano 21, n. 28 - Memória, História e Educação p. 36 -37

²NORA, Pierre. Apud D’ALESSIO, Márcia Mansur. Memória; leituras de Maurice Holbwachs e Pierre nora. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. ANPUH, Marco Zero, v. 13. N. 25-26, set. 92-ago. 93. P. 101

³HOBSBAWM, Eric. O presente como história. In:_____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 244. Apud. PADRÓS, 2009, p.31.

As dificuldades encontradas na construção da História do Tempo Presente devem ser encaradas a partir da perspectiva de que o fundamental é fornecer uma base explicativa que se torne plausível para compreensão e/ou para problematização do período em questão.⁴

Em relação às Ditaduras de Segurança Nacional as primeiras tentativas de armar tal “quebra-cabeça” se defrontaram com inúmeras lacunas resultantes de “proibições oficiais” e de silêncios cúmplices dos primeiros governos pós-ditaduras.⁵

Enrique Padrós tem estudado alguns dos impactos de se trabalhar com o Tempo Presente⁶. Desse modo, o autor explica que as Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul latino-americano, entre as décadas de 60 a 80, bem como os atuais debates sobre questões produzidas por aquelas experiências históricas, compõem importante campo para o exercício das reflexões que embasam o debate sobre a História do Tempo Presente. Sabendo da necessidade de problematizar esse momento de nossa história recente e tendo ainda pessoas que vivenciaram esse quadro político do país, é importante o uso dessas memórias para melhor compreender esse período.

Adentrando a temática relacionada às ditaduras militares, percebemos que durante as décadas de 1960 e 1980 a América do Sul passou por uma série de regimes militares de orientação ideológica semelhante, que se refletiam em uma intensa cooperação regional em assuntos relacionados ao “combate à subversão”. O Brasil viveu esse período entre os anos de 1964-1985. O regime militar brasileiro inspirou o modelo de outros regimes militares por toda a América Latina, sistematizando a Doutrina de Segurança Nacional, ideologia que justificava ações militares buscando proteger o interesse do Estado instaurado em tempos de crise⁷.

⁴PADRÓS, 2009. p.31.

⁵Idem. P. 31-32.

⁶PADRÓS, Enrique Serra. *História do Tempo Presente, Ditaduras De Segurança Nacional e arquivos repressivos*. Tempo e argumento. Revista do programa de pós-graduação em História. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30 – 45, jan./jun. 2009.

⁷FICO, Carlos. “*Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.*” Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004.

Atentos a essa perspectiva, nossas reflexões partem da ideia de que é necessário compreender melhor esse momento com a finalidade de desconstruir algumas memórias. Memórias essas forjadas, de maneira geral, sob o desconhecimento de vários acontecimentos nesse período, o que contribuiu, então, para a conservação das memórias promovidas pelo governo militar durante os 21 anos de atuação do regime.

Nosso problema de pesquisa consiste então em compreender melhor esse processo político na cidade gaúcha de Jaguarão, observando o bipartidarismo, a repressão, a censura, a questão da fronteira, tudo isso ligado à memória, desse período, utilizada aqui como objeto de análise. Desta maneira buscamos compreender como se deu a formação da memória sobre o período ditatorial nesse lugar. Para, com base nessa discussão proposta, nos perguntarmos sobre os silêncios instalados na cidade e suas relações com a formação de uma memória local.

O município de Jaguarão fica localizado a uma distância de 415 km de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. A cidade situa-se no extremo meridional do Brasil, na fronteira com Rio Branco – Cerro Largo - República Oriental do Uruguai. Faz parte da rota do Mercosul, apresentando-se como o menor caminho rodoviário entre Porto Alegre e Montevideú.⁸

Fundada em 23 de novembro de 1855, a cidade atualmente é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. É reconhecida nacionalmente por seus sítios arquitetônicos, que constituem um acervo considerado sem similar em número e estado de conservação no Rio Grande do Sul. Com cerca de 28.000 habitantes a economia da cidade gira basicamente em torno da orizicultura e pecuária, tendo nos últimos anos investido num turismo comercial, dada a zona de livre comércio dos Free Shops do lado uruguaio.

Observando, então, o município de Jaguarão como área de fronteira, é importante levantar alguns apontamentos relevantes sobre esse espaço, principalmente no

⁸ Prefeitura Municipal de Jaguarão. <http://www.jaguarao.rs.gov.br>

período abordado em nosso trabalho. As áreas de fronteira durante o regime militar foram espaços de grande preocupação em relação à Segurança Nacional.

Nosso estudo acerca da fronteira no momento ditatorial brasileiro a observam mais como espaço político, podendo ser maleável de acordo com as ideologias que se avizinham, do que com as relações geográficas físicas propriamente colocadas. Nesse sentido, a Ideologia de Segurança Nacional está posta a partir do ideal de nação, que, a partir de um conceito próprio de união, poderia combater a subversão, anulando as disparidades eventualmente encontradas.

Assim, a Doutrina de Segurança Nacional aborda então essas ideologias e constituía um ideal que pode ser utilizado entre os países, perpassando o conceito geográfico de fronteira. Nesse caso, iremos discutir mais adiante a Operação Condor, que faz exatamente essa interação de informações entre países com base em suas ideologias e não em seus aspectos físicos e geográficos.

As justificativas para inserção nesse campo de estudo vão desde remontar quadros ainda desordenados ainda dentro da academia, até conhecer e contribuir para um melhor posicionamento da sociedade frente aos fatos que começam a se tornar mais compreensíveis. Ademais, essa inserção é feita também a partir do desejo pessoal de se trabalhar com o tema.

Além disso, estudar a cidade de Jaguarão no período da Ditadura é colocá-la num contexto estadual, levando em conta suas particularidades. Jaguarão possuiu poucos estudos que abordam sua história, e no que tange o período da ditadura quase não existem escritos sobre a cidade. No mesmo sentido, é importante compreender esse lugar a partir de sua fronteira, principalmente no período militar quando ela se torna tão sensível para a segurança nacional. Compreender esse espaço de fronteira aberta é relevante não apenas para cidade compor sua história, como, também, na colaboração com outros estudos que tratam o Rio Grande do Sul na Ditadura civil-militar brasileira.

Pensando no objetivo central de nosso trabalho queremos entender como a cidade de Jaguarão construiu a sua memória sobre esse período. Para isso, estamos atentos as mais variadas formas de ação na construção dessa memória local. Desta forma,

problematizando sua construção, nos perguntamos como o cotidiano mudou nesse período, como a relação da fronteira ficou estabelecida, buscando perceber as mudanças políticas nacionais refletidas dentro da política local. Examinaremos como o silêncio institucionalizado pelo Estado, durante a Ditadura, ajudou a construir uma memória coletiva na cidade.

Para que esse objetivo central seja alcançado são necessários alguns passos que irão nos auxiliar nesse caminho, como: observar a cidade de Jaguarão no contexto repressivo da Doutrina de Segurança Nacional e da Operação Condor; perceber o embate entre MDB e ARENA dentro do Legislativo jaguareense; entender como o jornal *A Fôlha* contribuiu na construção de memória, para, logo após, ter a oportunidade de compreender o processo de formação da memória na cidade.

Sabendo do objetivo principal deste trabalho torna-se necessário dissertar mais sobre a memória, chave central dessa pesquisa, e seus desdobramentos. Podemos nos perguntar sobre a relevância dos filtros na produção da memória e como eles vão sendo aplicados na sociedade de forma que já não seja possível separá-los.

O que vale ressaltar dessa discussão sobre a relação entre memória e esquecimento, principalmente para nosso trabalho, dá-se pelo fato de que, em certos casos, o esquecimento de alguns fatos ou processos nos pode falar bem mais do contexto social da época, do que de um esforço individual. Algumas das mudanças de postura frente à memória nos demonstram mais sobre um esforço de imposição do esquecimento, do que de fato sobre arrependimentos. Pensando em outros de nossos conceitos utilizados, discutiremos de forma objetiva a conceitualização de Ditadura Civil-Militar, censura e autocensura.

Percebendo a variedade da massa participativa das questões que estão ligadas ao Golpe de 64 é importante a discussão acerca do conceito de Ditadura Civil-Militar. Nossa intenção de forma alguma é menosprezar a participação das Forças Armadas na conjuntura e instauração do golpe no Brasil, apenas reiterar a participação dos civis de modo que essa seja entendida como uma parcela importante para que o golpe pudesse ser consolidado no país. Utilizando a obra de Enrique Serra Padrós, onde afirma que toda a América Latina passou por um processo de lutas de classe nas décadas de 60/70, entende-

se que o sistema se tornara um elemento de desordem interna⁹. Nesse sentido, apesar da exposição do protagonismo militar e de certa autonomia conjuntural do mesmo, tais regimes representaram os interesses da fração burguesa vinculada ao capital internacional como associada subordinada, visto que em termos econômicos as ditaduras consolidam a internacionalização da economia, daí sua participação significativa. Assim,

Na ditadura militar brasileira, a repressão política nunca foi exercida por uma só organização. Houve a combinação de instituições distintas, com preponderância das Forças Armadas, além de papéis importantes desempenhados pelas Polícias Civil e Militar. Também ocorreu a participação de civis, que financiavam ou apoiavam as ações repressivas.¹⁰

Se partimos do pressuposto da instauração de Ditadura, logo deixamos de crer na possibilidade de uma “ditabranda”, que afirma que neste país a ditadura e o sistema repressivo teriam sido mais atenuados. De qualquer maneira, nem isoladamente e nem em comparativo com outros modelos da América Latina, a ditadura no Brasil pode ser caracterizada como branda. Caroline Bauer desmistifica essa teoria de ditadura mais suave no Brasil, afirmando que a interpretação anterior é compartilhada por militares brasileiros que buscam negar as estratégias de implantação do terror no Brasil.¹¹

Com a finalidade de conceitualizar censura recorreremos a Carlos Fico que nos ajudará a diferenciar a censura de diversões públicas da censura da imprensa ligada aos jornais impressos, bem como dos jornais televisionados. O Ato institucional -5 (AI – 5) criou a polícia política, que instituiu um sistema nacional de segurança interna que, dentre outras coisas, implantou a censura sistemática da imprensa e instrumentalizou a

⁹PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2005, p.22.

¹⁰Brasil. Órgãos e procedimentos da repressão política. In. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. p.112

¹¹BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

censura nas diversões públicas. O projeto centralizado do governo fez da censura, assim, “um de seus instrumentos repressivos”.¹²

A forma mais conhecida de censura da imprensa era conhecida, como “censura prévia”, em que antes da publicação de determinado artigo ou cena de uma novela, por exemplo, o governo precisava garantir que este não fosse contra seus preceitos básicos. A censura política da imprensa foi apenas mais um instrumento repressivo. “Tal como a instituição do “Sistema CODI-DOI”, a censura da imprensa foi implantada através de diretrizes sigilosas, escritas ou não”.¹³ Evidentemente, para um regime que foi instaurado de forma opressiva a questão da constitucionalidade da censura da imprensa passara a ser um simples detalhe.

A autocensura era feita através do “bilhetinho” que chegava às redações da imprensa depois de emitidas secretamente pela Polícia Federal. Com isso não era feita a cobertura ou investigação do assunto proibido. “A vasta maioria sujeita às rotinas anônimas, banais, burocratizadas, havia continuamente o consentimento cotidiano e as modalidades diárias de inércia.”¹⁴ Além das causas relacionadas com os recursos ou oportunidades imediatas, haveriam duas possíveis orientações gerais para a imprensa: “o apoio ao regime, que levaria a imprensa a endossar até sua própria repressão; ou um medo tão grande do poder coercitivo do regime que paralisaria a imprensa e a impediria de considerar qualquer rejeição ou resistência”¹⁵.

Ponderando sobre a questão referente ao nosso objeto de pesquisa, percebemos que a imprensa tem um papel fundamental na compreensão de um ciclo de memórias. Assim, estudar a posição da imprensa naquele período militar é imprescindível para uma melhor compreensão de seu papel como agente na construção da memória social jaguarense.

¹²AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978)*. Bauru: Edusc, 1999. p. 207. *Apud*. FICO, 2002.

¹³FICO, Carlos. “*Prezada Censura*”: cartas ao regime militar. Rio de Janeiro: Topoi, dezembro de 2002.p. 258.

¹⁴SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. P. 10

¹⁵SMITH, 2000. P. 10

Por isso, acreditamos na pertinência do estudo do periódico da cidade, o *Jornal A Fôlha*, para perceber a disseminação de notícias e ideias, notando-o como um dos formadores de opinião pública e agente efetivo no processo da criação da memória, ou desmemória nesse caso.

Pensando na discussão metodológica do uso dos jornais como fonte histórica, entendemos que a análise do periódico requer cuidados especiais para que não sejam afirmadas identidades regionais por meio da história vinda apenas da imprensa. Conforme Tania Regina De Luca, “ao lado da imprensa e por meio da imprensa o jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica”.¹⁶ A mesma autora, citando Capelato e Prado (1974), fala da importância da imprensa como fonte histórica:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero 'veículo de informações', transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.¹⁷

Desta maneira é que são necessários alguns cuidados essenciais no trato dos jornais como fontes. É importante perceber que as notícias publicadas ou veiculadas não explicam ou ilustram todas as perspectivas elaboradas acerca do assunto e nem tampouco refletem os diversos olhares sobre o tema para além da imprensa, muitas vezes nos traindo quando pensamos que aquela era a realidade dos indivíduos envolvidos. No entanto, para a análise do historiador, as notícias podem servir como ponto de partida para reflexões acerca de uma determinada questão, o que exatamente estamos buscando com nosso trabalho.

Como nos explica Oliva, a escolha das notícias que serão expostas por determinado meio de comunicação se encontra condicionada, para além das influências políticas, e ideológicas, como também “por um conjunto instrumental de formas de ver e

¹⁶DE LUCA, Tania Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo; Contexto, 2005. p. 118.

¹⁷DE LUCA, 2005. p. 118.

reproduzir leituras dirigidas sobre certos grupos de uma sociedade, de indivíduos estranhos ou próximos a ela.”¹⁸

Outro tipo de fonte usado em nossa proposta de pesquisa são as Atas da Câmara Municipal de Vereadores de Jaguarão. Como já referido aqui, a partir do conceito de fontes, estes encaixam-se como documentos oficiais, produzidos pelo próprio Legislativo e cuja guarda é feita em arquivos, que por si já requerem devidos cuidados.

As atas são o resumo de cada reunião oficial de Vereadores, sejam elas ordinárias ou extraordinárias. A ata é composta da narração dos assuntos discutidos naquela sessão, mas vale ressaltar que as falas não são totalmente transcritas para a ata, pelo contrário, poucas são as vezes que isso acontece. De maneira geral, apenas os temas são retratados. No caso de nossa pesquisa, possuímos poucas fontes que abordam a cidade de Jaguarão e, por isso, as atas da Câmara de Vereadores podem ser de grande utilidade no processo de entendimento do quadro político e social daquele espaço no período militar. O uso associado de diferentes tipos de documentos vem no sentido de auxiliar na análise e na compreensão do maior número de fontes possíveis e suas inter-relações com o objeto.

No primeiro capítulo deste trabalho será feito um contexto histórico, acompanhando a bipolarização mundial e a suposta onda comunista pelo mundo. Passado isso, discutiremos a entrada dos países do Cone Sul nos regimes ditatoriais. Pensaremos sobre o Brasil, o Rio Grande do Sul e, por fim, a cidade de Jaguarão, buscando fazer os recortes necessários para que, então, sejam discutidas as memórias dos depoentes desta cidade. Na sequência buscaremos compreender a Memória como objeto de pesquisa, discutindo suas construções e suas transformações ao longo dos anos. Pensando a memória, discutiremos também sobre os processos de desmemória, bem como sobre os esquecimentos.

No segundo capítulo trabalharemos com as memórias dos depoentes. Buscando um amplo entendimento de suas falas, estudaremos as Atas da Câmara de Vereadores, procurando as concordâncias e discordâncias entre as fontes, e problematizando suas

¹⁸OLIVA, Anderson Ribeiro. *A imprensa como fonte*. 21/7/2011 Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-imprensa-como-fonte>. Acesso em 16/01/14

disparidades. Para um melhor resultado, organizamos os depoentes em eixos sociais ou políticos, visando entender esse momento da cidade de Jaguarão sob diversos prismas. Finalizando o capítulo, devemos também observar a imprensa na cidade, problematizando seus posicionamentos frente à capacidade de disseminação das notícias locais, pensando na sua capacidade de influência na construção da memória local.

CAPÍTULO I

A MEMÓRIA E O GOLPE EM TERRAS FRONTEIRIÇAS

O presente capítulo abordará o momento político mundial no período que antecede o Golpe de 1964 no Brasil, bem como seus reflexos na política e na economia nacionais. Posteriormente versaremos sobre as questões ligadas a fronteira no Rio Grande do Sul, como a Operação Condor e a Doutrina de Segurança Nacional. Logo em seguida discutiremos a memória, tema crucial para o presente trabalho, observando, então, sua construção que envolve tanto as recordações como os seus silenciamentos.

* * *

1.1 O GOLPE REMEMORADO

Se Halbwachs diz que a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, então é a partir disto que devemos iniciar nossa discussão. Além dos fatores que influenciam e/ou filtram a memória, como a mídia, as histórias repassadas entre gerações, os posicionamentos atuais refletidos no contexto passado, por exemplo. Apontaremos nesse capítulo os silêncios nas memórias da ditadura, percebendo o “não-dito”, o “não-lebrado”, ponderando assim sobre os desafios do uso da História Oral.

Nas últimas décadas há uma grande discussão das memórias contadas sobre esse período do Brasil. De um lado temos várias iniciativas que buscam ouvir as vítimas como o Arquivo Memórias Reveladas, do Ministério da Justiça e Cidadania, cujo principal objetivo é tornar-se um centro difusor de informações com registros documentais sobre as lutas políticas no Brasil nas décadas de 1960 a 1980, ampliando o acesso aos documentos e fontes do período e alavancando as pesquisas nessa área. Por outro lado, existe um embate que afirma que estariam sendo contadas apenas as histórias dos oprimidos, ceifando assim o direito de retratação dos opressores, ainda que praticamente toda a

produção intelectual do período da ditadura tenha sido feita com o apoio do próprio governo.

Em *Construindo a memória do Regime de 64*, Cardoso afirma que houve o que ela chama de “surto memorialístico” no final dos anos 70 e início dos anos 80, o que formou um grande conjunto de documentos, ou seja, os livros de memória divididos em grupos que disputam representações diferentes do passado.¹⁹ Nele, a autora ~~ainda~~ nos diz que:

A memória histórica, assim como a ideologia, pode ser manipulada de acordo com as correlações de forças e interesses das classes num determinado momento histórico. A defesa ou a condenação do regime autoritário constitui o viés ideológico presente nestas criações memorialísticas.²⁰

Segundo a autora os variados exemplos de publicações acerca dessas temáticas disputam a opinião pública daquele período e “constituem a matéria do discurso narrativo dessas memórias”²¹, por isso se tornam tão importantes para nossa análise de modo geral.

Acompanhando ainda essa discussão, vimos que Gasparotto em *“O terror renegado”*: *uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à Ditadura Civil-Militar no Brasil (1970-1975)* problematiza essa disputa de memória, abordando a cuidadosa “vitória dos vencidos” que, segundo ela, devido ao grande número de obras de memória de militantes de esquerda, algumas problematizações devem ser feitas, e nesse sentido ela nos mostra que:

Pode-se considerar uma vitória o fato de que sujeitos cujas experiências foram, freqüentemente, tão traumáticas, venham a público relatar, lembrar o vivido. Este é um exercício difícil, carregado de afetividade, que ultrapassa a dimensão individual, tendo interferências na memória coletiva que vem sendo construída sobre o período. É uma vitória também no sentido de que, na maioria dos casos, estes livros realizam uma espécie de denúncia: a denúncia da tortura, dos crimes, da violência exercida pelo Estado naquele momento.²²

¹⁹CARDOSO, Lucileide Costa. *Construindo a memória do regime de 64*. Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH, v. 14, n. 27, p. 179-203, 1994. p. 179.

²⁰CARDOSO, 1994. p. 180.

²¹Idem. p. 180

²²GASPAROTTO, Alessandra. *“O terror renegado”*: *uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à Ditadura Civil-Militar no Brasil*

Como vimos, as falas que contam a “visão dos vencidos” aparecem com o intuito de promover um debate social acerca dessas temáticas pouco conhecidas da nossa história, apresentadas das mais variadas formas, seja pelo viés político, pelo cultural ou ainda, em estudos mais recentes, visando atividades feministas naquele período. Todo esse conjunto de produções informariam a população brasileira acerca desses diversos prismas da ditadura brasileira. Ainda assim, vale ressaltar a distância, ainda existente, entre as produções acadêmicas e o acesso ao público de um modo geral. Perguntamo-nos, então, quanto desses avanços estudados refletiram-se de modo efetivo na sociedade?

1.2. ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO

Em 2013, Silvia Petersen e Bárbara Lovato publicaram um livro chamado *Introdução ao estudo da História: temas e textos*, esse abordou vários assuntos, dissertando sobre os desafios de se fazer História, perpassando embasamentos teóricos e problematizações acerca do ofício do historiador. Nessa obra as autoras afirmam que “memória e história, embora evoquem o passado, tenham essa matéria-prima em comum, não se confundem”²³, demonstrando que a memória precisa de uma relação afetiva com o que aconteceu, seja porque o indivíduo vivenciou aquilo, seja porque seus familiares lhe disseram como foi. De forma contrária, a História irá basear-se na descontinuidade, já que não é necessária uma relação direta com o acontecido para que esse seja narrado pelo historiador.

Nesse sentido a história oral caminha ao encontro da História do Tempo Presente, de forma que os relatos das pessoas que viveram esse período podem e devem ser transformados em fonte para o pesquisador, contribuindo efetivamente para sua escrita.

(1970-1975). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008. p. 183.

²³PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LOVATO, Bárbara Hartung. *Introdução ao estudo da História: temas e textos*. Porto Alegre: Edição do autor, 2013. P. 312.

Nos últimos anos vêm sendo publicados uma série de trabalhos que abordam o período da ditadura brasileira, o que nos auxilia, sem dúvida, a melhor compreender as ligações do período atual com acontecimentos daquele período. Desse modo, a história oral pode aparecer como fonte de análise objetiva, podendo abordar temas como prisões, desaparecimentos, censura, torturas através do diálogo com os depoentes. De toda forma, o uso da História Oral nesses trabalhos necessita nomeadamente da memória.

Se, como nos mostrou Pollak, a História oral é sempre uma História do Tempo Presente e também reconhecida como história viva²⁴, presumimos que é importante o estudo da memória nesses casos, como forma de manutenção dessa “história viva” atuante. Apontando para isso, passaremos à compreensão da História Oral.

No Brasil, como nos ensinam Amado e Ferreira, em seu livro *Usos & abusos da História oral*, que abrange a maioria dos desafios desse método para a História, a História oral foi introduzida no fim dos anos 1970 com o movimento pela anistia e abertura política que ocorreu na década de 1980, quando a Fundação Getúlio Vargas criou um programa de História oral ligado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).²⁵

Abordando a História Oral como metodologia, percebemos que ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram ou presenciaram, acontecimentos e conjunturas do período estudado, ou ainda aqueles que compartilham da memória de seus próximos através das gerações. As perguntas propostas, assim como o número de entrevistados, quais pessoas devem ser ouvidas para a pesquisa, como, também, o destino do material produzido, devem ser utilizados de acordo com as perguntas que o pesquisador faz ao seu trabalho.²⁶ Por isso é importante discutir o projeto, pensando nas entrevistas de forma que elas sigam uma linha de raciocínio que irá ajudar na construção do trabalho.

²⁴POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-212

²⁵AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 9

²⁶ALBERTI, Verena. *Histórias dentro da História*. In: PINSKY, 2005, PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p.155.

Se pensamos a História Oral como método para estudar a memória, podemos logo pensar nos motivos da “falta” da memória acerca de um tema. Nesse sentido, Portelli comenta que:

“[...] não há “falsas” fontes orais. [...] a diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas “erradas” são ainda psicologicamente “corretas”, e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quanto registros confiáveis.”
27

Um dos maiores questionamentos do trabalho com a História Oral é realmente a importância que a memória tem nesse contexto. Toda a produção dessa fonte está ligada à memória e à vivência daquele indivíduo, que embora relacionadas entre si, são categorias distintas. O vivido está ligado à ação, ao que o indivíduo ou seu grupo social experimentaram naquele período analisado. A prática pertinente nesse caso é extrair a memória desse indivíduo, que seleciona e reelabora componentes da experiência.²⁸

Repensando então o sentido da memória como objeto de pesquisa, podemos perceber que determinadas pessoas podem não quererem lembrar um acontecimento, ou, por outro lado, pode existir o desejo de recontá-lo de forma distinta do ocorrido, isso pelos mais variados motivos, como arrependimentos, temores, ou simplesmente para negar uma lembrança.

Em seu livro *Memória e identidade*, Candau fala sobre o fluxo do tempo, discorrendo sobre como esse fator pode ameaçar os indivíduos ou grupos em suas existências. Ou seja, permite que as lembranças acabem, que sejam esquecidas com o passar dos anos. Pensando sobre o que podemos chamar de ilusão da memória, o autor afirma que:

O que passou não está definitivamente inacessível, pois é possível fazê-lo reviver graças à lembrança. Pela retrospectiva o homem aprende a suportar a duração: juntando os pedaços do que foi, numa nova imagem que poderá talvez ajudá-lo a encarar sua vida presente.²⁹

²⁷PORTELLI, Alessandro. O que faz a História oral diferente. *Projeto. História*, fev. 1997, p. 32.

²⁸AMADO, Janaína. *O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral*. História, São Paulo, 1995. P.131

²⁹CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 15

Partindo desse ponto de vista que nos fala Candau, refletimos se esse não pode ser o momento em que se forma uma lacuna na memória, o instante em que o indivíduo tem a oportunidade de recontar sua história de modo que a lembrança lhe seja mais confortável. Sendo assim, seria justamente a memória que tornaria essas experiências uma fonte de pesquisa, dando-lhe assim significado. Desta maneira, como extrair a memória de um indivíduo? Para acessar essa memória, quais são os mecanismos dos quais precisamos?

Sobre os desafios para extrair a memória de um indivíduo, segundo José Carlos Reis alguns pontos devem ser avaliados como: a distância temporal determinável ou tempo entre o fato e o estímulo à lembrança; a ligação com o passado, no sentido em que atualmente a pessoa pode ligar-se àquele fato de modo distinto; a passagem, ou transcorrência do fato, e experiência real do tempo. Para o referido autor, na memória destaca-se o mundo da experiência, em que ações ou eventos são comuns e compartilhados ³⁰, onde pode haver influências de outras memórias sobre aquela, ou ainda memórias de outros indivíduos que influenciam na história daquele primeiro.

Jacques Le Goff estudou a memória como um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, seja ela individual ou coletiva. Para ele a memória coletiva é não somente uma conquista, mas também um objeto de poder e é por isso tão importante estudá-la³¹.

Com o intuito de trazer essa reflexão para nosso período de análise, no momento político da Ditadura brasileira houve uma intenção do governo em criar um ideal de nação que supostamente caminhava a passos largos para o progresso. Essa ideia, quando reafirmada muitas vezes, como por exemplo através da não-informação em meios de comunicação como televisão e rádio, ou a falta dessas discussões nos livros didáticos, corrobora com o processo de construção da memória de um indivíduo ao longo de sua trajetória de vida, dada a força da memória coletiva imposta naquele período.

³⁰REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, 160 p.

³¹LE GOFF, Jacques. *História e memória*. [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios) P. 476

Tendo em vista o contexto no qual nossa pesquisa está inserida, não apenas é necessária a análise da memória, como também do processo de desmemória. Relacionando com as leituras aqui expostas e brevemente debatidas, tanto de Pollack, por exemplo, como o que aprendemos com Reis, o processo de desmemória no contexto de ditaduras está diretamente ligado com a possibilidade de análise das fontes orais.

A desmemória pode ser o silêncio e o apagamento da própria história ou ainda o apagamento da memória. Padrós coloca a desmemória sob a afirmação de que não lembrar o fato não é o único motivo pelo qual muitas famílias ficam em silêncio, isto se dá por diversos fatores, como a lembrança da repressão por exemplo. Ainda segundo o autor o esquecimento e o silêncio oficial sobre os desaparecidos políticos levam a reconhecê-los como uma categoria social que sofre o processo de exclusão histórica dentro de um espaço das memórias subterrâneas, como um grupo sem memória, ou sem registro de memória.³²

Trazendo essa discussão para as temáticas que envolvem as Ditaduras de Segurança Nacional e aprofundando melhor o tema da desmemória, aprendemos com os estudos de Padrós que a “história oficial”, quando deixa de lado os debates sobre os direitos humanos, abstendo-se da guerra suja, da tortura, do extermínio e desaparecimentos, tenta justificar a atitude de indução da desmemória.

Para ele esse é um conceito que não só mostra o esquecimento do pouco que se conhece sobre certos aspectos do período, bem como o produto da não-informação sobre responsabilidades e crimes cometidos na lógica do terror de Estado.³³ De todo o modo, vale ressaltar que acontece um tipo de anestesiamento político e um quadro de amnésia, processos intimamente associados à própria impunidade.

Assim, pensamos a desmemória de acordo com Padrós, quando afirma que esta “não é simplesmente esquecimento, memória reciclada ou apagada”³⁴. Em muitas ocasiões, o problema em questão é de outra natureza:

³²PADRÓS, Enrique Serra. *Memória e esquecimento das ditaduras de segurança nacional: Os desaparecidos políticos*. História em Revista 10, 2004. P. 3

³³PADRÓS, 2004. P. 1

³⁴Idem. P.2.

Ou seja, não se tratam de lembranças esquecidas ou apagadas, pois o que foi apagado pela ação de determinados atores sociais e do terror de Estado, foram eventos concretos. Logo, em relação aos mesmos é impossível esquecê-los, reciclá-los ou apagá-los, pois não há o que apagar.³⁵

Uma questão fundamental é que nós só podemos apagar aquilo que conhecemos. No entanto, como já viemos refletindo até aqui, são inúmeros os fatores que nos fazem desconhecer nossa própria história. Nesse sentido, dos indícios pautados pela sistemática sonegação de informações, é que vem sendo construídas as memórias coletivas e individuais.

Desta maneira acreditamos ser interessante apontar alguns fatores que colaboram com essa construção de memória e/ou processo de desmemória, dada sua importância nesse trabalho. Uma vez que esses fatores influenciam no apagamento da nossa própria história, é necessária a discussão de temas como esses, afim de reconstruir os períodos abordados.

Avançando na compreensão da construção da memória, bem como de seu apagamento individual, percebemos a importância da discussão da memória coletiva nesse processo. Para isso, utilizaremos o texto que aborda, conforme seu título, a Memória, Esquecimento e Silêncio, de Pollack³⁶, onde discutiremos inicialmente a dominação e a disputa desse quadro de memórias.

Nesse texto, Pollack nos fala da memória assegurada pela ideologia oficial, que pretende a dominação hegemônica, seja de um partido ou de um Estado. Assim essa memória “ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura”.³⁷ O que o autor chama de memória clandestina é essa produção toda que vai de encontro à uma memória real, vivida pelas pessoas de maneira geral, criando uma separação entre a sociedade civil e o Estado. Pollack, então, aponta que cada vez mais esse modelo vem sendo rompido, e as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, unindo-se à reivindicações múltiplas e imprevisíveis nessa disputa da memória.

³⁵Ibidem. P.2.

³⁶POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. IN: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

³⁷Idem. p.3.

Desta forma, o autor ainda nos mostra que a doutrinação ideológica perpetuou essas lembranças durante muito tempo, sendo elas confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração para outra oralmente, permanecendo vivas. Se essas lembranças, por vezes traumatizantes, ficaram guardadas durante algumas dezenas de anos, então elas esperam o momento propício para serem expressas. Pollack afirma que o “longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”.³⁸

Importante levantar também sobre o silêncio é que sobram muitas perguntas, cujas respostas seriam imprescindíveis para uma melhor compreensão. Assim como existem várias verdades, o silêncio pode ter vários significados e nem todos silenciam pelas mesmas razões. Sendo assim:

Há aqueles que, simplesmente, não querem que a verdade venha à tona. Mas há outros que já resolveram suas questões com o passado e não querem remexer em episódios dolorosos que a muito custo conseguiram processar. Somente assim é possível entender como personagens que estavam em campos opostos durante a ditadura hoje relutam em romper o silêncio.³⁹

Ainda nesse tema, pautado entre a memória e a desmemória, Padrós nos fala que alguns mecanismos contribuem para implantar uma memória “reciclada” importante ao poder dominante e evidentemente, afastando-se ainda mais do passado histórico.⁴⁰ Semelhante ao pensamento de Padrós, o autor João Silva explica que sonegar a informação é imposição do esquecimento e que as memórias da ditadura devem sempre ser revistas com a finalidade de ganharem voz e histórias contadas. Pare ele, “a política do esquecimento que moldou o processo de redemocratização no Brasil”⁴¹.

Esse esquecimento ou anestesiamiento por parte do Estado é um fator que colabora para o esquecimento individual e também coletivo. Permanece, com isso, a

³⁸POLLACK, 1989.p.3.

³⁹COMPARATO, Bruno Konder. *Memória e silêncio: a espoliação das lembranças*. Lua Nova, São Paulo, 92: 145-176, 2014. P. 146

⁴⁰PADRÓS, Enrique Serra. *Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente*. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.199-223, jan./dez. 2004. P. 216

⁴¹SILVA, João Batista Teófilo. *Reinventando o Passado: Memória, Imprensa e Ditadura 50 Anos Depois (1964-2014)*. Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA *Revista Historiar*, Vol. 05, N. 09, Ano 2013.2. p. 38-56. P 41

história patrocinada pelo governo, sendo reafirmada com o intuito de fazer esquecer o período trabalhado. Tal pensamento, podemos conferir de acordo com as palavras de Padrós:

E se nos anos 80 e 90 se manifestou o conflito entre a vontade de lembrar e o esforço de esquecer, os governos democraticamente eleitos, encaminharam o perdão institucional dos responsáveis pelo terror de Estado. Se o perdão se expressou na forma da anistia, a impunidade, a corrupção, a banalização da violência e o imobilismo foram o efeito de uma política de anestesiamento da sociedade civil. O resultado visado apontou para a apatia da “amnésia coletiva”. Ou seja, o anestesiamento da sociedade consagrando a impunidade.⁴²

O que conhecemos como silêncio institucionalizado é o ponto principal para que os executores e mentores oficiais fossem desresponsabilizados pelos seus atos. Nos casos da ditadura brasileira, a memória não é apenas o conhecido ou desconhecido dos indivíduos, mas também um espaço de embates políticos. Nesse jogo de responsabilidades alguns fatores foram reciclados e outras posturas assumidas, conforme nos mostra Padrós:

Setores conservadores, autoritários e até golpistas passaram a distanciar-se e dissociar-se dos fatos que haviam apoiado, até com veemência, a medida que o ciclo das ditaduras apontou para seu encerramento. Também apostaram na ação do tempo, desmobilizando pressões e isolando sobreviventes e vítimas. Ou seja, a espera de que a passagem do tempo silenciase os sobreviventes e as vítimas da geração atingida. A morte dessa geração configuraria, segundo aquelas previsões, a ausência definitiva de tal caixa de ressonância e o decorrente silêncio apagaria o último vestígio da luta pela memória dos desaparecidos, configurando um “desaparecimento” final das vítimas concretas assim como de toda discussão a esse respeito.⁴³

Como notamos, a memória passa por vários processos particulares que podem se caracterizar numa intenção em negá-la ou omiti-la. Pode demonstrar a busca pelo esquecimento, como também a falta de conhecimento sobre o momento em questão. Ainda assim é uma importante oportunidade de fonte para se escrever história. O desaparecimento gradual dessas memórias tende a auxiliar no apagamento dessa versão daquele momento político, por isso não deixar que essas memórias sejam esquecidas é

⁴²Idem, p. 8.

⁴³PADRÓS, 2004. P. 11

tão importante, porque não só ajudam a analisar a história do país como, também, trazem compreensão para história dos indivíduos.

1.3. O GOLPE DE 1964

A partir daqui passaremos a abordar o contexto em que o Brasil estava inserido no período do Golpe. Para compreender esse momento da derrubada da Democracia no país é necessário perceber o período sob dois vieses: o internacional e o nacional. Desta maneira, discutiremos as mudanças internacionais que corroboraram na formação de um quadro disseminado de anticomunismo no mundo Ocidental e que, refletidos no ambiente brasileiro, alavancaram, prepararam o terreno para a entrada desse país no regime ditatorial. Ainda assim iremos abordar as questões nacionais que se destacam nesse momento, incluindo questões sociais e econômicas que também influenciaram no golpe militar.

1.3.1. A GESTAÇÃO INTERNACIONAL

Para perceber o contexto internacional em que seguem as Ditaduras pela América Latina é necessário compreender o processo histórico que leva a este momento. Nesse sentido são necessárias as compreensões da Guerra Fria e a polarização mundial, bem como a Revolução Cubana e seus efeitos na América Latina. Desta forma, poderemos inserir o Brasil nessa discussão, atentos para a relevância desses efeitos no contexto brasileiro.

Nesse sentido segundo Hobsbawm em a *Era dos Extremos*⁴⁴, a grande peculiaridade desse momento da Guerra Fria apresenta-se pelo fato de que não havia

⁴⁴HOBBSAWM, Eric. “*Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*” São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 223.

possibilidade de uma guerra mundial, os lados opostos aceitavam a distribuição dos poderes mundiais: EUA dominavam o cenário capitalista mundial, assumindo ainda a antiga hegemonia imperial das potências econômicas e a URSS controlava ou exercia predominante influência, por uma parte do mundo conhecida como a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra, e não tentava ampliá-la com o uso de força militar.⁴⁵

Com o fim dos velhos impérios coloniais por volta de 1945, a futura orientação dos novos Estados pós-coloniais passou a tornar-se mais complexa. Foi mais precisamente nessas áreas que as duas superpotências continuaram a competir, por apoio e influência, durante toda a Guerra Fria. Nesse sentido, a maioria dos países começa a se alinhar com os ideais norte-americanos, pelo fato de sua política interna ser anticomunista, por exemplo.⁴⁶

Ainda durante a Segunda Guerra Mundial foi criado o Sistema Militar Interamericano (SMI), e suas bases instituídas nas conferências do Rio de Janeiro (1942) e Chapultepec (México, 1945). Os EUA mantinham interesse nesse sistema a fim de conservação das suas bases militares da fase da guerra, além de manter o monopólio de matérias-primas e ter exclusividade do fornecimento de armas. Depois do início da Guerra Fria, os objetivos americanos incluíam a proteção do Atlântico Sul contra o tráfego marítimo soviético e a conservação da ordem interna nas repúblicas latinas.⁴⁷

No segundo mandato do governo Truman, o Sistema Interamericano de Defesa saíria fortalecido. O Congresso dos EUA aprovou um quadro jurídico que possibilitaria acordos militares bilaterais, que foram efetuados a partir de 1952, com todos os países da América, exceto México e Argentina até 1964.

Na América Latina houve uma grande reação pública à assinatura desses acordos. No Brasil, a situação interna retardou a sua assinatura por quatorze meses. No entanto essa sequência de acordos consolidou de fato o sistema de hegemonia militar continental da Guerra Fria.⁴⁸

⁴⁵HOBBSAWM, 1995, p. 223.

⁴⁶Idem. P. 224.

⁴⁷MARTINS FILHO, João Roberto. *Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição*. Revista de Sociologia e Política, 12, jun. 1999. p. 67-82. p. 68.

⁴⁸MARTINS FILHO, 1999, p. 69.

Apesar do apoio do Congresso americano, o SMI permanecia vulnerável à crítica de setores minoritários. Esses duvidavam, em especial, da função da ajuda militar aos países latino-americanos para a defesa do hemisfério contra possíveis ataques da URSS.

Sobre essa ajuda militar aos países da América Latina até 1948, apenas Brasil e México tinham um lugar considerável para os EUA. No final desse mesmo ano, as forças armadas americanas publicam um documento que aponta as zonas estratégicas principais na região, são elas: o Canal do Panamá, o Nordeste do Brasil, os poços de petróleo da Venezuela, o estuário do Rio da Prata, o estreito de Magalhães e as minas de cobre do Chile.⁴⁹

O SMI trabalhava com transferência de material bélico obsoleto, principalmente no que se refere à transmissão das doutrinas e métodos militares da Guerra Fria, era muito bem estruturado através de acordos e comissões bilaterais e programas regulares de intercâmbio. O SMI estava entre uma função de defesa cada vez mais fictícia e um papel não reconhecido de proteger o continente contra a infiltração comunista interna.⁵⁰

Essa era a situação do Sistema Militar Interamericano quando irrompeu a Revolução Cubana. Nesse quadro, no final de 1959, o governo Eisenhower definiu-se pela necessidade de interromper o curso revolucionário do regime cubano. Já que essa trazia a possibilidade de alianças comunistas na América Latina. Para compreender melhor essas possibilidades é necessário entender a Revolução Cubana e seus desdobramentos.

No período em que a Revolução Cubana ocorreu, o Movimento Comunista Internacional (MCI) passava por variadas modificações. O MCI recusa os modelos centralizadores que seguia até 1956, e passa para um período marcado pelas conferências internacionais, que modificariam o internacionalismo proletário.⁵¹

Em 1957 a conferência daquele ano assegurou a união ao MCI. No entanto, foi nela também que se manifestaram os primeiros sinais de desagregação do antigo modelo

⁴⁹Idem. P. 70.

⁵⁰Ibidem. P. 71

⁵¹SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 2005. p. 41

de ação dos comunistas.⁵² O documento apresentado nesse momento pela URSS não foi aceito por diversos fatores como nos mostra Sales:

As discussões em torno do papel dirigente da União Soviética; a presença da China, que aos poucos rivalizava com os soviéticos o papel dirigente dentro do MCI; as consequências do XX Congresso e as rebeliões húngara e polonesa.⁵³

Conforme nos explica Sales, durante a década de 60 Cuba estabeleceu uma relação contraditória com o comunismo internacional. Se por um lado ela ainda era parte do MCI, e estava próxima aos ideais da União Soviética, por outro, a revolução cubana provocou uma grave crise política nos partidos comunistas latino-americanos,

Dois momentos marcantes nessa mesma década iriam mudar o posicionamento de Cuba frente ao MCI. O primeiro em 1966, com a conferência Tricontinental e, o segundo em 1967, com I conferência da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS). A partir da reunião da OLAS, os cubanos apresentaram publicamente sua intenção de exportarem seu modelo de revolução, tornando-se um centro revolucionário, para além das influências chinesa e soviética.⁵⁴

Essa nova posição de Cuba, de exportação de modelos de revolução, foi criticada e com firmeza por alguns partidos comunistas, principalmente para os países latino-americanos.

Quando vitoriosa em 1959, a Revolução Cubana reclamou o seu modelo como válido para o continente, o que a levaria a representar um marco na história do socialismo e das lutas revolucionárias na América Latina.⁵⁵ Sobre a América Latina vale ressaltar que a Revolução Cubana causou um forte impacto nas esquerdas nos anos 60 e 70, não sendo diferente no Brasil.

A influência cubana na América Latina poderia ser identificada em dois momentos. Primeiro mais por simpatia do que por uma decisão elaborada pelo novo centro de poder socialista nas Américas. Em segundo, porque constituiu com o apoio de

⁵² Apud. SALES, 2005. P.43.

⁵³ SALES, 2005. P.43.

⁵⁴ Idem. P. 48

⁵⁵ SALES, 2005. P. 50

Cuba aos novos revolucionários do continente. Inicialmente houve uma oposição silenciosa, que logo em seguida ficou mais clara frente aos partidos comunistas, que sempre encararam com desconfiança o surgimento do *castrismo*.⁵⁶

Nesse sentido houve dois grupos influenciados pela revolução cubana. A primeira leva, no início dos anos 60, defendendo o caminho da guerrilha rural⁵⁷ e a segunda, pouco tempo depois, optando por uma guerrilha urbana⁵⁸

Segundo Sales, todas as implicações da revolução cubana para o comunismo latino-americano trouxeram conseqüências para os comunistas no Brasil. Nesses casos o PCB e PC do B representavam essa ideologia no continente e tiveram que “responder a todas as dúvidas suscitadas por Cuba no debate sobre validade do marxismo enquanto teoria revolucionária para o continente latino-americano nos anos sessenta”.⁵⁹ Em 1947 o PCB foi proibido, mas continuou suas atividades na ilegalidade⁶⁰.

Conforme nos explica Mendonça os anos 1961-64 caracterizam-se por intensa mobilização popular. Vivia-se um instável equilíbrio político entre partidos, onde houve a ruptura do pacto populista da associação PSB e PTB.

Nessa discussão na América Latina é necessário retornar às discussões sobre bipolarização mundial. Segundo Comblin em *A ideologia da Segurança Nacional*, o mundo dividia-se em dois campos: o Ocidente e o comunismo. Como o Brasil estava

⁵⁶PORTANTIERO, Juan Carlos. O marxismo latino-americano. In: HOBBSAWM, Eric. J. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, vol. 6, p. 333-357.

⁵⁷São os casos, por exemplo, da FALN (Forças Armadas de Libertação Nacional) e do MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária) na Venezuela; das FAR (Forças Armadas Revolucionárias) e o MR-13 (Movimento Revolucionário 13 de Novembro) na Guatemala; do MIR e do ELN (Exército de Libertação Nacional) no Peru; da FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional) na Nicarágua; do Movimento 14 de Junho na República Dominicana e o ELN do próprio Che Guevara, na Bolívia; o Exército Guerrilheiro do Povo, na Argentina, e setores das Ligas Camponesas no Brasil. LÖWY, Michael (org.). *O marxismo a América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999. p. 47.

⁵⁸Entre outros, são os casos do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros no Uruguai; do PRT-ERP (Partido Revolucionário dos Trabalhadores-Exército Revolucionário do Povo) na Argentina; do MIR (liderado por Miguel Enríquez) no Chile e da Ação Libertadora Nacional, no Brasil. LÖWY, 1999. p. 48

⁵⁹SALES, 2005. P. 53

⁶⁰Fundado em 1922, o PCB esteve na legalidade durante apenas três meses em 1922, sete meses em 1927 e entre 1945 e 1947, quando o número de filiados teria aumentado de 5 mil para 180 mil. Na Assembleia Constituinte de 1946, foram eleitos 14 deputados do partido (entre eles Gregório Bezerra e Carlos Marighella) e um senador (Luís Carlos Prestes). Em maio de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral fez com que novamente o PCB passasse à ilegalidade, cancelando seu registro sob a alegação de que tratava-se de um partido estrangeiro, uma extensão do Partido Comunista soviético. FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005. p. 54.

engajado no lado do Ocidente, não havia incompatibilidade entre a luta contra o comunismo e a busca do Brasil - potência.⁶¹

Nesse sentido, ainda segundo Comblin, no Brasil a geopolítica foi suporte para bipolaridade e adesão da Nação à luta anticomunista, dentro do conceito de segurança nacional. Nela é baseada uma rivalidade de Nações agrupadas em alianças opostas, uma vez que a América Latina faz parte do Ocidente. E nesse sentido, “é preciso seguir a grande potência que dirige o Ocidente quanto ao anticomunismo, os Estados Unidos”⁶²

Assim, alguns países da América Latina foram fazendo suas alianças não apenas com o Ocidente de forma orgânica, mas contra o comunismo, aderindo, sistematicamente, às Ditaduras de Segurança Nacional. A Bolívia entra nesse período juntamente com o Brasil, ambos em 1964, seguido de Argentina em 1966, Uruguai e Chile em 1973. Assim, as ditaduras civil-militares instaladas nesses países eram baseadas na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) com base nas fronteiras ideológicas, possuindo em comum o anticomunismo e a forte atuação política de suas forças armadas.

1.3.2. A GESTAÇÃO NACIONAL

Buscando respostas à entrada do Brasil nesse quadro, percebemos que a crise de 64 deve ser analisada, haja visto esse ter sido um período de queda do ciclo econômico, mesmo que ele não tenha colocado em risco a acumulação capitalista. Para autora Sônia Mendonça, “entre 61 e 64 havia disputas partidárias, polêmicas entre executivo e legislativo, as greves, a inflação, as conspirações revelam a estreita relação entre todos esses elementos e sua importância para o desfecho militar”.⁶³

Os aspectos econômicos desse quadro estão ligados às condições da industrialização brasileira. Ela processou-se num quadro conflitivo entre o setor urbano-industrial e o setor agroexportador. Desta maneira, uma das condições para a industrialização era conservar a produção agroexportadora, porém sem centralizá-la na

⁶¹COMBLIN, P^o. Joseph. *A Ideologia de Segurança Nacional. O Poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. P. 30

⁶²COMBLIN, 1978. P. 31.

⁶³MENDONÇA, Sônia. *A Industrialização Brasileira*. Moderna, 1996, p. 07.

economia, de forma que seus recursos fossem desviados para o setor urbano- industrial. Em contrapartida, o fortalecimento do centro industrial traria ao setor agroexportador a construção e modernização de vias de acesso, do sistema de transportes e de comunicações, facilitando o escoamento de sua produção. Desta forma, segundo a autora:

A acumulação capitalista no Brasil operava uma crescente concentração de capitais, pois a introdução de indústrias de duráveis incorporando tecnologias cada vez mais sofisticadas. Em decorrência direta, favorecia a concentração de renda, criando novos empregos relacionados as esferas técnicas e administrativas, com salários mais elevados.⁶⁴

Algumas medidas foram tomadas nesse período para tentar reverter o quadro de crise política e econômica. Uma dessas ações foi o Plano Trienal de desenvolvimento econômico-social: 1963-1965, que visava um crescimento acelerado da economia do Brasil em dois anos, com baixas na inflação. No fim do ano de 1963, “o malogro do *Plano Trienal* era reconhecido por todos: não ocorreu nem *desaceleração da inflação* nem *aceleração do crescimento*. Houve, sim, *inflação sem crescimento*”.⁶⁵

Como vimos, a economia do Brasil passava por um período de crise. Essa crise atingiu também outros setores do país, como o político, por exemplo. Não seria correto afirmar que esses fatores ocorreram isoladamente. Os problemas econômicos se refletiram de diversas formas, como nos explica Mendonça:

O processo de concentração de capitais e de internacionalização da economia dava origem a disputas políticas entre os diversos segmentos do capital, com vistas ao papel do Estado e de seu favorecimento a um outro segmento da economia.⁶⁶

Sendo assim, podemos perceber que o embate político estava, de certa forma, ligado ao sistema econômico, também em crise. De um lado alguns partidos ofereciam apoio ao setor industrial enquanto de outro o Estado favorecia o setor agroexportador.

⁶⁴Idem. P. 10.

⁶⁵TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: O golpe contra as reformas e a democracia”. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n° 47, 2004, p.17. Grifos do autor.

⁶⁶MENDONÇA, 1996, p.10.

Um desses contatos que seria o fator que culminou na queda de Jânio foi a visita de João Goulart à China. Buscando expandir sua “Política Externa Independente”, em 1961 Jânio mandou seu vice à China, buscando uma aproximação política e econômica com aquele país já comunista. Nesse período Jânio renunciou à Presidência, abrindo caminho para o golpe civil-militar. Oportunidade pela qual os militares, que “temiam” a instalação de um regime comunista no Brasil, tomaram o poder com o apoio de civis e setores da indústria.

Em síntese, para Mendonça “o golpe de 64 significou, portanto, uma dupla reordenação, de um lado alijava e reprimia os movimentos populares, de outro afirmava a hegemonia do capital monopolista sobre os demais segmentos”.⁶⁷

A situação econômica e política refletia-se nas camadas sociais. Antes de 1964 o povo lutava pelo direito de voto aos analfabetos, o direito dos setores subalternos das Forças Armadas de postularem cargos eletivos e a legalidade do Partido Comunista Brasileiro, que já citamos aqui.

O Brasil já apresentava um quadro indicativo para a derrubada da democracia em 1964. “O Golpe teria sido produto de um amplo e bem elaborado plano conspiratório que envolveu não apenas o empresariado nacional e os militares, mas também forças econômicas multinacionais”.⁶⁸ Para René Armand Dreifus⁶⁹, a queda da democracia no Brasil parte do domínio econômico do capital, em que os regimes militares eram decorrência dos ajustes do capitalismo.

Da mesma forma seria afirmar que 1964 significou um golpe contra a democracia política brasileira, contra as reformas sociais e políticas e contra a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades), sendo também o fim do debate ideológico e cultural que estava colocado no país.

Em síntese, para melhor entender, “as classes dominantes e suas elites ideológicas e repressivas, no pré-64, apenas enxergavam baderna, anarquia, subversão e comunização do país diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses,

⁶⁷Idem , p.15.

⁶⁸D’Araújo apud FICO, 2004, p. 55

⁶⁹DREIFUS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.p.338.

estudantes, soldados e praças etc.”⁷⁰ De qualquer maneira é relevante ressaltar que alguns historiadores afirmam que o discurso anticomunista serviu para legitimar o golpe, baseados de maneira geral nessas questões como vimos com Toledo, ainda assim é preciso compreender que a formação do golpe deu-se por vários outros fatores, e que esse caráter ligado ao comunismo era apenas a fachada de justificativa, na propaganda contra o governo derrubado.

Desta maneira os golpistas afirmavam que o comunismo deveria ser erradicado do país, classificando-o como um quadro de “subversão” no Brasil. Como o conceito de subversão era tão frágil, os militares alinhados a essa ideologia de segurança nacional viram nesse processo uma oportunidade de amplo domínio político e social, onde praticamente todas as suas ações estavam justificadas no sentido do que seria, para eles, um bem maior.

1.4. O RIO GRANDE DO SUL COMO FRONTEIRA

É necessário compreender, então, o Rio Grande do Sul nesse contexto político brasileiro. Em nosso trabalho procuramos perceber esse estado por meio do seu papel como corredor de fuga para saída do país, e através do viés da Operação Condor, que traz mudanças importantes para esse espaço. Implica salientar que a Operação Condor transformou diretamente o espaço de fronteira e, por conta disso, é fundamental sua análise para nossa pesquisa, e sua intenção de compreender a fronteira em seus diferentes aspectos.

⁷⁰TOLEDO, 2004, p.15.

1.4.1. A OPERAÇÃO CONDOR

Dentro desse contexto de acirramento da Guerra Fria, a América Latina passou por um sistema secreto de informações e ações criados na década de 1970 que ficou conhecido pelo nome de Operação Condor. Através dele, Estados militarizados do continente americano compartilharam dados de inteligência e realizaram operações extraterritoriais de sequestro, tortura, execução e desaparecimento forçado de opositores políticos exilados.

Com o intuito de conceitualizar o que foi a Operação Condor, escreveu Bauer:

A Operação Condor foi uma organização conjunta das forças repressivas de alguns países latino-americanos que firmaram um acordo de cooperação entre os serviços de informações e repressão da Argentina, Bolívia, Chile, Brasil, Paraguai e Peru, cujo objetivo foi o intercâmbio de informações sobre “subversivos” e a colaboração na perseguição e extermínio destes, visando a consecução de metas políticas e econômicas das ditaduras e a neutralização ou eliminação da oposição política e de outras pessoas por motivos ideológicos.⁷¹

Mesmo que Brasil e Peru tenham participado de forma mais discreta, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai fizeram acordos amplos entre seus serviços secretos. Desta forma, o “campo de ação foi fixado entre os limites de todos os países membros do acordo, estabelecendo facilidades para o trânsito clandestino de agentes desses países e a execução de operações repressivas conjuntas.”⁷²

Nesse plano foram promovidos encontros entre os países membros da Operação Condor, com o intuito de definir os objetivos do programa. Esses objetivos eram:

“coordenação, cooperação e aprofundamento do combate anti-subversivo; levantamento, intercâmbio e armazenamento de informações e inteligência sobre atividades dos ‘inimigos internos’; deslocamento clandestino de agentes e realização de operações conjuntas contra elementos ‘terroristas’ nos países membros; formação de equipes especiais nos países membros para viajar a qualquer país não-membro a fim de realizar ações, inclusive assassinatos, contra ‘terroristas’ ou aqueles que apoiam organizações ‘terroristas’ dos países

⁷¹BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento De Ordem Política E Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História)-PPGH, UFRGS, Porto Alegre, 2006. P. 230

⁷²Idem. P. 231

membros da Operação Condor; obter cobertura e cooperação internacional para atingir opositores refugiados além fronteiras; manutenção da troca de informações e inteligência; intensificação das medidas de segurança nas fronteiras; propiciar interrogatórios conjuntos aos presos.”⁷³

Apesar das especificidades de cada um desses regimes, três elementos principais demonstravam essa sistematização de segurança, são eles: os encontros frequentes entre importantes autoridades, a cumplicidade explícita em foros multilaterais e a existência de acordos velados no campo político e militar. Tudo isso criou “o clima que favoreceu a percepção de que aqueles Estados formavam um bloco sul-americano de países “anticomunistas””.⁷⁴

Sobre o governo do RS, Rafael Lameira nos mostrou que tudo isso foi inicialmente legitimado pelos partidos conservadores de Ildo Meneghetti, governador do estado durante a consolidação do golpe, e pela vanguarda conservadora do estado.⁷⁵

Refletindo acerca das implicações trazidas pela Operação Condor ao estado do Rio Grande do Sul, Padrós e Marçal em “O Rio Grande do Sul no cenário da coordenação repressiva de Segurança Nacional”, buscaram compreender este espaço em suas ligações com o sistema repressivo. Assim os autores nos apontam que o fato do RS possuir fronteira com o Uruguai e a Argentina, deu a esse estado um papel de fortaleza da defesa nacional, e a repressão local incorporou essa preocupação com empenho. Sendo assim, os autores nos dizem que “paradoxalmente seu território constituía, para a oposição, uma espécie de corredor ou uma rota estratégica para conectar a resistência interna com aquela organizada no exterior”.⁷⁶

⁷³PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 850 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.p. 693.

⁷⁴Brasil. Conexões internacionais: a aliança repressiva no cone sul e a operação condor. In. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. Vol. I. p.220

⁷⁵LAMEIRA, Rafael Fantinel. *“O governo Meneghetti e o golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul”*. Anpuh-RS, 2012. p. 892.

⁷⁶PADRÓS, Enrique Serra; MARÇAL, Fábio Azambuja. *O Rio Grande do Sul no cenário da coordenação repressiva de Segurança Nacional*. IN Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. / organizadores Enrique Serra Padrós, Vânia M. Barbosa, Vanessa Albertinence Lopez, Ananda Simões Fernandes. – Porto Alegre:Corag, 2009. v. 3; p. 35

Portanto, sabendo da Operação Condor, entendemos que o Rio Grande do Sul entra nesse cenário como um corredor de acesso para a saída do país, “a terra de acolhida da primeira onda do exílio brasileiro foi, fundamentalmente, o vizinho Uruguai, país que até 1973 continuaria sendo, formalmente, um regime democrático”.⁷⁷

Nesse sentido, desde a deflagração do movimento golpista, a fronteira brasileiro-uruguaia mereceu vigilância sistemática, visto que muitos simpatizantes do governo deposto buscaram proteção no Uruguai. A cidade a qual dedicamos nosso trabalho, Jaguarão, faz parte desse corredor que une Brasil e Uruguai. Constituiu-se, esse lugar, em uma saída na busca pela evasão do país, onde cidadãos brasileiros deixavam o país pela fronteira, demonstrando então relevância nesse tipo de trabalho. Segundo Padrós e Marçal, França Terra Pires, cidadão brasileiro que, logo após a instalação da ditadura, temendo ser preso, deslocou-se da cidade de Rio Grande para Pelotas e, posteriormente, a Jaguarão, entrando logo em seguida em território uruguaio, pela cidade de Rio Branco – UY⁷⁸. Neste trabalho os autores tiveram acesso a um questionário respondido por França Terra Pires, logo em seguida dele ter sido preso, cujo objetivo era averiguar sobre as atividades desempenhadas no exílio, procurando por nomes dos brasileiros com os quais mais se envolveu, ou as formas de sobrevivência, etc. Esse quadro demonstra que essas informações revelam um processo de vigilância e monitoramento feito pelos órgãos de segurança sobre a fronteira.⁷⁹

Além disso, em 1966, através do Ato Institucional nº 3 AI-3, a ditadura estabeleceu a eleição indireta de governadores. Essa situação muda em 1968, quando foi promulgada a lei que declarava área de Segurança Nacional em 68 municípios brasileiros, entre eles estava Jaguarão. Portanto, durante a ditadura, a área de fronteira constituiu um espaço crítico de defesa interna e externa, levando o governo a nomear os interventores dos municípios ali localizados, assim como a promover a militarização do mesmo.⁸⁰

A fronteira então formava uma via de mão dupla, podendo ser vista como área propícia para a conquista de mais indivíduos para ações contra o governo, bem como

⁷⁷PADRÓS, 2009. p.36.

⁷⁸Ex-Acervo da Luta Contra a Ditadura/ Fundo: Secretaria de Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/ Departamento de Polícia do Interior/ Delegacia Regional de Rio Grande/ SOPS/RG – 1.2.488.5.2. Rio Grande, 4 maio 1965. Apud. PADRÓS, MARÇAL. 2009, p. 38.

⁷⁹PADRÓS, MARÇAL. 2009, p. 39.

⁸⁰PADRÓS, MARÇAL. 2009, p. 42.

território facilitador da ação conjunta das forças armadas dos países envolvidos, formando, assim, uma “força nacional” que ultrapassava as barreiras geopolíticas iniciais.

Uma vez que tenhamos debatido o quadro da derrubada da democracia no Brasil e o Rio Grande do Sul nesse período, acreditamos ser pertinente a compreensão da área de fronteira, também na sua relação com as fronteiras ideológicas, perpassando o limite geográfico, e ligando-o às políticas de segurança nacional.

Pensando inicialmente sobre como são estabelecidos os limites políticos internacionais, Rebeca Steiman em *A Geografia das Cidades de Fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)*, explica que essa constituição é feita em três etapas. São elas: 1) a delimitação (que está relacionada aos tratados internacionais e fixação de limites); 2) a demarcação (onde, através da colocação de marcos de fronteira, dá-se a implantação física dos limites); e 3) a caracterização (relativo ao aprimoramento, relacionado à materialização da linha internacional, onde podem ser instaurados outros marcos, que intercalados tornam esse limite mais visível).⁸¹

Essa noção de limite está diretamente ligada aos aspectos sociais daquele lugar, que de maneira geral revela concordâncias e dissonâncias entre os espaços em questão. Desta forma, como nos explicam Susana Kralich, Alejandro Benedetti e Esteban Salizzi:

[...] límite es un dispositivo lineal y continuo; pero en el estudio de la dinámica territorial de los Estados modernos (o de cualquier otra entidad geohistórica), no debería considerarse como categoría formal, externa a las relaciones sociales, ni como atributo natural del espacio físico, sino como construcción social, generadora de diferencias y conflictos y a menudo cuestionada por espacialidades de otras escalas.⁸²

Assim como percebemos, os espaços fronteiriços devem ser compreendidos a partir de suas relações sociais e encarados como um “terceiro” lugar, que não é caracterizado unicamente por nenhum dos lados que o formam, mas fruto do conjunto dos dois, no que se refere às suas diferenças e concomitâncias.

⁸¹STEIMAN, Rebeca. *A Geografia das Cidades de Fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. p. 18.

⁸²KRALICH, Susana; BENEDETTI, Alejandro; SALIZZI, Esteban. Aglomeraciones transfronterizas y movilidad. Una aproximación desde casos sudamericanos *Boletim Gaúcho de Geografia BGG*, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Porto Alegre, vol.38, maio 2012. p. 115.

Perpassando a questão social, a fronteira internacional ainda conta com uma outra noção, relacionada a uma realidade mais complexa do que aquela encerrada pelo limite, já que, segundo Machado

o conceito de fronteira internacional se refere a uma área indefinida, uma zona percorrida pelo limite internacional e que se aproxima da noção geográfica de região. No entanto, na realidade o ambiente geográfico de fronteira é mais complexo do que aquele simbolizado pelo limite, pois se faz pela territorialização de grupos humanos e de redes de circulação e intercâmbio, unidos pela permeabilidade dos limites estatais através da comunicação entre populações pertencentes a diferentes sistemas de poder territorial.⁸³

Ponderando sobre essa questão Marla Assumpção em *A Fronteira Geminada de Santana do Livramento-Rivera* afirma que a relação entre a fronteira não forma uma contradição. Segundo a autora, apesar de parecer contraditória, a fronteira é “um lugar marcado pela comunicação e por trocas, mas também pela tensão e pelo conflito”⁸⁴.

Citando Machado, podemos compreender melhor esse espaço como zona incomum, fruto da troca. Assim, a autora sintetiza que:

enquanto a *fronteira* pode ser um fator de integração, na medida que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sócio-políticas e culturais distintas, o *limite* é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais.⁸⁵

Desta maneira podemos entender a fronteira como um espaço de intersecção de influências dos dois Estados, seja política, social, cultural, etc. Expandindo essa noção de

⁸³MACHADO, Lia Osório. Cidades na fronteira internacional: conceitos e tipologia. In: NÚÑEZ, Ángel; PADOIN, Maria Medianeira; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). *Dilemas e diálogos platinos: fronteiras*. Dourados: Ed. UFGD, 2010. p. 62-63. Apud. ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. *A Fronteira Geminada de Santana do Livramento-Rivera como Marco das Conexões Políticas Regionais e Internacionais: repressão e resistência em Áreas de Interesse da Segurança Nacional (1964-1973)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014

⁸⁴ASSUMPÇÃO, 2014. P. 46.

⁸⁵MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques; DAMIANI, Anelisa; SCHÄFFER, Neiva Otero; BLAUTH, Nely; DUTRA, Viviane Saad (Org.). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 1998. p. 42. (grifos da autora)

fronteira, passaremos, então, à compreensão das fronteiras ideológicas. Essas que estabelecem novas bases políticas para esse espaço peculiar.

1.4.2. A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E A FRONTEIRA IDEOLÓGICA

Bauer em *As Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul e o conceito de “fronteiras ideológicas”* nos mostra que a ideia de “fronteiras ideológicas” ficou conhecida e difundida entre aqueles países que compartilhavam as mesmas ideologias políticas, havendo, assim, várias implicações, entre elas uma divisão mundial de dois blocos: o comunista e o anticomunista. A autora ainda afirma que:

Apesar de restringir-se ao mundo das idéias, a noção de “fronteira ideológica” está intrinsecamente ligada à noção de *nação*: a nação não seria apenas um território a ser defendido contra as forças armadas estrangeiras ou qualquer outra ameaça externa, mas um conjunto de crenças, instituições, religião e valores. Os militares, devido à “inabilidade” dos civis para lidarem com prováveis situações bélicas como essas, deveriam somar-se à política continental desenvolvida pelos Estados Unidos para a região.⁸⁶

O grande passo que esse conceito de “fronteiras ideológicas” nos aponta é que ele abre caminho para que os agentes do governo pudessem extrapolar seus limites políticos e territoriais em nome da defesa de seu país ou ideal. Vale ressaltar que esse conceito não tem seu uso delimitado apenas às Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul. No entanto sua utilização demonstra os ideais dos militares golpistas do Cone Sul.⁸⁷

Esta configuração reformulou o conceito de soberania desses países, na medida em que esta não mais se basearia em limites geográficos, mas no caráter ideológico desses regimes, estabelecendo-se, assim, “fronteiras ideológicas”:

⁸⁶BAUER, Caroline Silveira. As ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul e o conceito de “fronteiras ideológicas”. In: GUAZZELLI; THOMPSON FLORES; AVILA. (Org.). *Fronteiras Americanas: teoria e práticas de pesquisa*. Porto Alegre: Letra e Vida/Suliani, 2009. p. 171.

⁸⁷Segundo Caroline Bauer, as origens da utilização desse conceito pelos militares latino-americanos devem ser buscadas nas teorias geopolíticas e de guerra que formaram os mesmos, basicamente através dos ensinamentos e treinamentos conferidos pelas forças armadas alemã, francesa e estadunidense. (BAUER, 2009. p. 175).

As fronteiras que configuram os Estados geridos por regimes de segurança nacional passaram a ser entendidas não como limites entre um país e outro, em seu sentido político e territorial, mas sim como limites ideológicos entre os apoiadores e opositores desses regimes. Essa dicotomia, sustentada pela concepção de “inimigo” da Doutrina de Segurança Nacional, fez com que as práticas de terrorismo de Estado aplicadas pelos regimes de segurança nacional do Cone Sul não se restringissem às fronteiras políticas desses países.⁸⁸

No que toca essa temática das fronteiras ideológicas, podemos compreender que os países vizinhos se tornaram extensões da política interna, principalmente no que se refere ao inimigo “subversivo”. Desta maneira deu-se a ligação entre a DSN e a atuação extrafronteiriça das ditaduras do Cone Sul:

Assim, tanto as fronteiras territoriais quanto as ideológicas colocam o estado do Rio Grande do Sul e, particularmente, sua região fronteiriça no centro dos acontecimentos que se seguiram à deflagração do golpe de Estado no Brasil, na medida em que, por um lado, o refúgio do outro lado da linha divisória poderia significar a única possibilidade de sobrevivência, bem como, para alguns, a continuidade de uma luta; e, por outro, a sustentação ideológica dos regimes de Segurança Nacional permitia que fossem desrespeitados os limites territoriais anteriormente traçados, já que se tratava, então, de uma guerra ideológica, cujas fronteiras entre os países não poderiam significar um entrave para as ações tomadas no intuito de combater o “inimigo interno” asilado.⁸⁹

Depois de explanar nossa compreensão sobre o conceito de “fronteiras ideológicas”, e tendo também entendido a importância da Operação Condor nessa conjuntura repressiva, é necessário entender melhor a Doutrina de Segurança Nacional, tendo em vista que ela deu embasamento a todos esses aparatos repressivos.

A Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pelos Estados Unidos no contexto de Guerra Fria⁹⁰, desempenhou um papel crucial na América Latina nas décadas de 1960

⁸⁸BAUER, 2009. p. 178.

⁸⁹ASSUMPCÃO, 2011, p. 41.

⁹⁰A origem embrionária da Doutrina de Segurança Nacional para o subcontinente pode ser localizada em 1954, quando, na X Conferência Interamericana, os Estados Unidos conseguiram uma condenação por parte da Organização dos Estados Americanos (OEA) à intervenção do “comunismo internacional na América Latina”, em um recado claramente dirigido à Guatemala, tendo em vista o processo de implementação de reformas progressistas pelo qual aquele país estava passando. FERNANDES, Ananda. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História)-PPGH, UFRGS, Porto Alegre, 2009. p. 38.

e 1970, com a proliferação de intervenções, diretas ou não, no subcontinente, com vistas a desestabilizar a região e a estancar processos que representassem alguma forma de contestação aos interesses daquele país. Desse modo, os norte-americanos, juntamente aos seus aliados locais, foram responsáveis pela instauração de ditaduras civil-militares no Cone Sul, baseadas nos golpes contra-insurgentes:⁹¹

A DSN formulou um “estado de guerra permanente” contra o “inimigo interno”, que se estendia desde os opositores abertos do regime, como as organizações armadas, até qualquer pessoa que questionasse o sistema, todos identificados com o comunismo, conceito que se tornou extremamente flexível na utilização pela DSN.⁹²

Nesse sentido pudemos entender como a DSN influenciou a vivência nos espaços fronteiriços, uma vez que une os regimes contra seus opositores numa ideologia anticomunista:

Identificamos como Ditaduras de Segurança Nacional os regimes autoritários que se estabeleceram, desde o início dos anos 60, na América Latina, particularmente na região do Cone Sul. Foram ditaduras marcadas por alguns aspectos gerais comuns como, principalmente, a Doutrina de Segurança Nacional, o alinhamento militante junto aos Estados Unidos na política de contenção do comunismo e na defesa dos cânones do capitalismo bem como na concepção de guerra contra-insurgente contra todo questionamento às estruturas nacionais de dominação, o que redundou em uma *guerra suja*⁹³.

No Brasil a DSN foi reelaborada pela Escola Superior de Guerra, que teve como um de seus expoentes o general Golbery do Couto e Silva. Segundo Golbery, o Brasil estaria posicionado ao lado do Ocidente, que se encontrava seriamente ameaçado pelo bloco soviético⁹⁴, em suas próprias palavras:

⁹¹ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. *A fronteira gaúcha como espaço crítico de defesa da segurança nacional: repressão e resistência nas cidades geminadas de santana do livramento-rivera (1964-1968)*. Trabalho de Conclusão de Curso em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2011. P.38

⁹²FERNANDES, 2009. p. 18-19.

⁹³PADRÓS, Enrique Serra. *História do Tempo Presente, Ditaduras De Segurança Nacional e arquivos repressivos*. Tempo e argumento. Revista do programa de pós-graduação em História. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30 – 45, jan./jun. 2009. P. 31-32.

⁹⁴ASSUMPÇÃO, 2011, p. 38

[...] dúvidas não poderá haver de que o Ocidente se acha ameaçado e ameaçado seriamente – não só na dilatada orla de contacto com o mundo comunossoviético, mas nos seus próprios bastiões de defesa da Europa e da América do Norte, nas duas alas extremas da Austrália e da África e, até mesmo, na sua zona de retaguarda do continente americano do sul.⁹⁵

Segundo essa ideologia, se o Brasil estava em ameaça, seria então muito importante que se seguisse a estratégia ocidental, na qual cada um dos Estados deveria agir de acordo com a sua capacidade e potencial. E, nessa tarefa, o Brasil se destacaria:

Ora, o Brasil, pelo prestígio que já goza no continente e no mundo, pelas suas variadas riquezas naturais, pelo seu elevado potencial humano e, além disso, pela sua inigualável posição geopolítica ao largo do Atlântico Sul, ocupa situação de importância singular quanto à satisfação de todas essas imperiosas necessidades da defesa do Ocidente.⁹⁶

Silva ainda nos mostra que além de acrescentar àquela doutrina o projeto geopolítico expansionista, houve uma ênfase ao conceito de guerra revolucionária. Tema este também discutido por Ananda Fernandes, em sua dissertação de 2009, que nos aponta:

Na concepção de guerra revolucionária, a guerra ideológica substituiu a guerra convencional entre Estados delimitados por fronteiras nacionais. Desse modo, o conceito de soberania passou a ser reformulado, pois não se basearia mais em limites e fronteiras geográficas, mas, sim, no caráter político e ideológico dos regimes. Os governos de segurança nacional da América Latina poderiam ajudar-se entre si, caso algum deles estivesse sendo ameaçado por movimentos de orientação comunista.⁹⁷

Em 2014 a Comissão Nacional da Verdade⁹⁸, elaborou um relatório que abarca vários temas no que se refere à ditadura no Brasil. Entre os temas discutidos vemos os

⁹⁵SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981. p. 230.

⁹⁶SILVA, 1981. p. 246.

⁹⁷FERNANDES, 2009. p. 19-20.

⁹⁸Órgão criado para atender a demanda histórica da sociedade brasileira, cujo objetivo era promover e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no Brasil entre os anos 1946-1988. Brasil. A criação da comissão nacional da verdade In. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. Vol. I. p.20

procedimentos da repressão política, as violações dos Direitos Humanos e a aliança repressiva no Cone Sul, por exemplo. Todas elas discutidas de modo a ajudar a preencher lacunas existentes na história do Brasil, com a finalidade principal de fortalecer os valores democráticos. Desta forma, sobre a DSN, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), nos mostra que:

Sob a inspiração da doutrina de segurança nacional (DSN), de alcance continental naquele período, as ditaduras aliadas na Operação Condor elegeram, de forma seletiva, inimigos ideológicos, denominados “subversivos”, como os alvos por excelência de suas práticas de terrorismo de Estado.⁹⁹

Uma vez compreendidas as temáticas que discutimos até aqui, acreditamos que seja necessário rever a questão da memória em Jaguarão. Todo esse quadro que estudamos nos ajudou a compreender melhor o panorama político em que a cidade estava imersa naquele momento brasileiro.

O que pudemos vivenciar nessa cidade é que, de maneira geral, as pessoas quase não debatem ou abordam a Ditadura. E geralmente quando indagadas sobre esse período comumente respondem “em Jaguarão não teve ditadura”. Da mesma forma as discussões desse período também não aparecem em sala de aula. Quando apresentada, a ditadura é resumida em data do fim da democracia e data das Diretas Já. Nesse sentido, nos perguntamos como seria possível que a população abordasse esse tema se as gerações mais antigas tendem a não o discutir, enquanto as mais jovens não debatem sobre ele?

Até aqui discutimos a formação da memória nesse contexto ditatorial, observando os silêncios sobre diferentes aspectos. Tudo isso foi necessário para embasar os próximos debates que estarão centrados nos depoimentos coletados na pesquisa.

⁹⁹BRASIL. Conexões internacionais: a aliança repressiva no cone sul e a operação condor. In. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. p. 220.

CAPÍTULO II

A POLÍTICA E AS MOVIMENTAÇÕES SOCIAIS EM JAGUARÃO

O capítulo que virá a seguir irá apresentar a formação da cidade de Jaguarão e sua ligação com a influência militar, particularidade que pode ser presenciada até hoje. Logo em seguida abordaremos a política local, tomando como ponto de análise as mudanças na câmara de vereadores, cujas atas serão nossa fonte de uso. A seguir serão trabalhados os espaços de educação, que avaliaremos do ponto de vista das mudanças sociais, uma vez que percebemos a relevância das reformas educacionais para consolidação daquele regime no país. Finalizando nossa análise, passaremos aos jornais da cidade, buscando perceber a repressão através dele, compreendendo também os processos de censura e autocensura.

* * *

2.1 JAGUARÃO E SUA HISTÓRIA

Pensando a proposta de acompanhar a memória da cidade de Jaguarão no contexto da ditadura civil militar, acreditamos que seja necessária uma maior compreensão deste espaço, como fronteira disputada em outros momentos da história, mas também acerca de seu cotidiano.

Segundo informações do site do município, a cidade tem como origem um acampamento militar que demarcava a expansão portuguesa nesse lugar. Com o Tratado de Santo Ildefonso, no ano 1777, esse território passou a pertencer à Coroa Espanhola. Uma tropa comandada pelo Cel. Manoel Marques de Souza, em 1801, procurou mudar a linha de demarcação portuguesa, estabelecendo combates contra os espanhóis. Em busca de um local de fácil conexão com Rio Grande, soldados dirigiram-se para este território,

determinando a escolha do lugar em que se iniciou a povoação e que daria origem ao município jaguarense.¹⁰⁰

Esse acampamento então chamado de Guarda do Serrito e da Lagoa, contava com cerca de 260 homens da guarda portuguesa, alocados na margem oposta aos espanhóis, limitando, assim, duas campanhas divididas pelo Rio Jaguarão. Em 1802 foi erigida a primeira “Casa da Residência”, que abrigava os comandantes locais e já apresentava as primeiras atividades religiosas.

Com o crescimento do acampamento foram concedidos os primeiros terrenos urbanos na Guarda do Serrito e da Lagoa, em 1811, através de uma resolução régia dessa proveniente do comando da Fronteira de Rio Grande. No ano seguinte foi instalada a Freguesia do Espírito Santo de Jaguarão.

A primeira planta da cidade é de 1815 e já conta com distribuição de terrenos particulares, cultivo agrícola e criação de animais, comércios e a presença de um significativo espaço militar. Em 1832 Dom Pedro II, por ato regencial, instituiu o município de Jaguarão e instalou no ano seguinte a Câmara de Vereadores. Ainda assim, a data oficial que enceta Jaguarão como cidade é 1855.

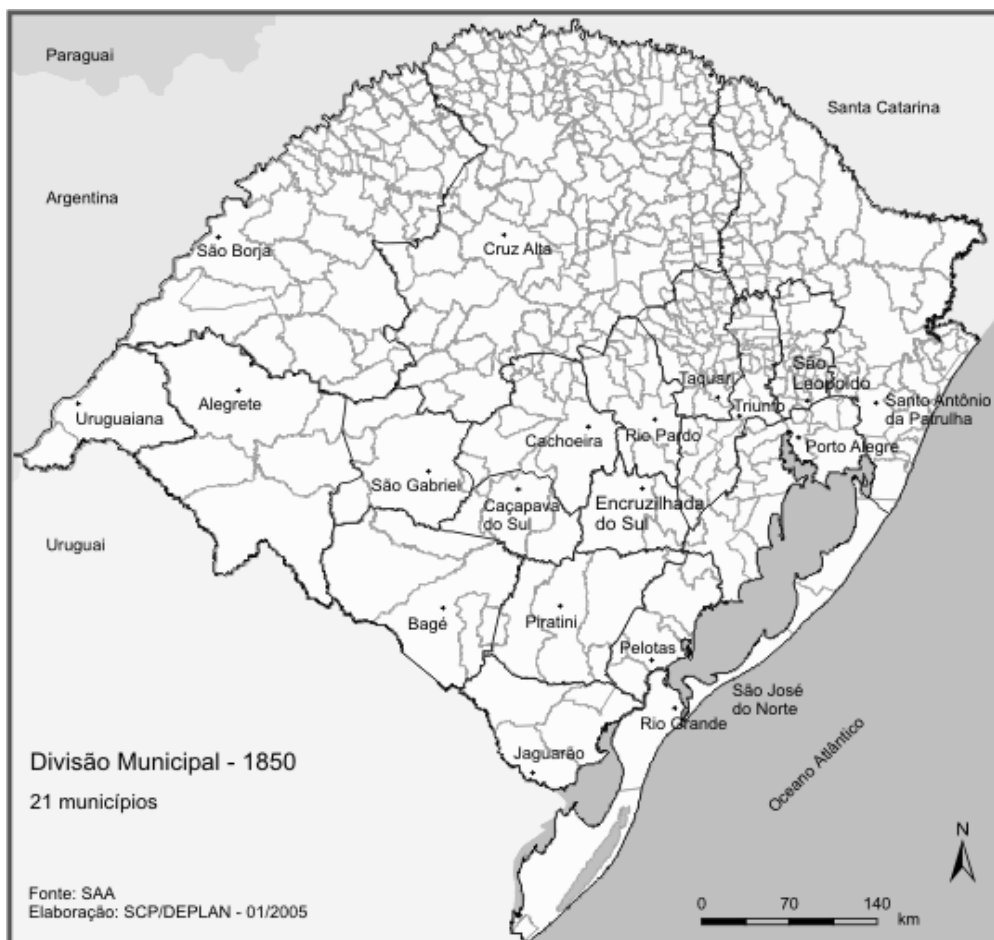
O site da Câmara de Vereadores da cidade traz como fonte histórica o Decreto de 22 de maio de 1833, o qual eleva povoado à vila e funda a Câmara de vereadores, demonstrando a real formação de cidade no lugar. O decreto, em seu artigo segundo, apresenta o espaço que essa vila abarcava naquele período.

O seu Termo compreende dos distritos do Herval e Arroio Grande da Lagoa Mirim, confinando pelo Norte com o até a Barra do Piratini, pelo Oeste com o rio Jaguarão até a foz do Candiota, arroio Piratini, pelo Sul com a Lagoa Mirim, pelo Leste com o rio São Gonçalo subindo por este até as Pedras Altas e pontas do Piratini.¹⁰¹

¹⁰⁰FRANCO, Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão*. 2ed. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2007.

¹⁰¹Decreto de 22 de maio de 1833. Disponível em: <http://www.camarajaguarao.rs.gov.br/Acesso em janeiro de 2018>.

Naquela conjuntura sua dimensão compreendia os atuais municípios de Arroio Grande e Herval¹⁰², hoje emancipados, conforme podemos ver nas figuras 1.



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul

FIGURA 1 – Divisão municipal do Rio Grande do Sul em 1850

A questão realmente pertinente é demonstrar que a cidade de Jaguarão sempre foi uma fronteira delicada para as autoridades, o que demandava uma atenção especial por parte delas. Tal situação é percebida desde a fundação, quando então tinha um

¹⁰² PINTO, Franklin Fernandes. *A Formação Da Fronteira Na Margem Norte Do Rio Jaguarão: As Unidades Produtivas Rurais Como Estratégia Da Coroa Portuguesa Para A Consolidação Dos Limites (1790-1850)*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História. Universidade Federal Do Pampa campus Jaguarão, 2015.

território mais abrangente, até o período em que nos referimos neste trabalho, o da ditadura brasileira. De qualquer maneira uma das bases fundamentais nesta cidade sempre foi o exército, independente do momento histórico, Jaguarão sempre teve invariavelmente contando com uma base militar instalada na cidade.

Atualmente está instalado na cidade o 12º regimento de cavalaria mecanizado (12 RC MEC), cuja transferência foi decretada em agosto de 1986—oriundo de Porto Alegre para Jaguarão. A mudança ocorre de fato em 1º de janeiro de 1989, quando iniciaram-se as atividades nesta cidade, substituindo o 8º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. Naquela ocasião o comandante era o Coronel Antônio Pereira de Holleben. A primeira turma de recrutas selecionados nos municípios da região para a prestação do Serviço Militar foi em 13 de fevereiro. Segundo a página do 12 RC MEC, estiveram aquartelados em Jaguarão o 33º Batalhão de Infantaria o 13º Regimento de Cavalaria e o 8º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. Nas palavras do Cel Cav Humberto Silveira de Almeida:

orgulhamo-nos de servir na histórica “Cidade Heroica” de Jaguarão, que teve suas origens no valor militar da região que a abriga, guarnição outrora comandada por vultos ilustres da História Militar brasileira.¹⁰³

Ao longo dos anos muito tem sido escrito sobre de história da cidade, os textos produzidos são financiados basicamente pela câmara de vereadores, que conta com o senhor Eduardo Álvares de Souza Soares como principal escritor, como, também, incentivos provenientes da Fundação Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, que apresenta “Jaguarão e os militares – dois séculos na fronteira” de autoria de Coronel James Bolfoni da Cunha, um antigo Comandante do Doze. Segundo o site da fundação, a obra faz parte das comemorações da Semana da Cavalaria, numa parceria com o 12º RC Mec. O livro financiado pela Lei Rouanet¹⁰⁴, apresenta como os civis e os soldados construíram juntos a cidade, ao mesmo tempo em que auxiliaram a consolidar as fronteiras meridionais do

¹⁰³ Histórico. <http://www.12rcmec.eb.mil.br>. Por Cel Cav Humberto Silveira de Almeida.

¹⁰⁴ Com custo de R\$ 14.250. Página 8 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 19 de novembro de 2012.

Brasil. Ademais, demonstram a importância dos estudos sobre Jaguarão baseados nas personalidades que por aqui passaram:

(...) como o marechal Manoel Luís Osorio e o brigadeiro Antônio de Sampaio, respectivamente, patronos da Cavalaria e Infantaria do Exército Brasileiro. A cidade também abrigou os oficiais-generais Carlos Resin, Astrogildo Pereira e Plínio Pitaluga e o coronel Bento Gonçalves da Silva. Nela, nasceu Oswaldo Cordeiro de Farias e estiveram aquartelados o “Regimento Osório” e o Batalhão “Arranca-Toco”.¹⁰⁵

Compreendendo, então, que o 12 RC MEC só se instalou na cidade em 1989, torna-se necessário retomar o esquadrão da cidade durante os anos da ditadura, o então designado 8º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (8 ECM). Esse agrupamento se fixou na cidade entre os anos de 1983 e 1988, tendo sido criado em 1982 pela Portaria Ministerial Nº 101, de 30 de novembro, subordinado à 8ª Brigada de Infantaria Motorizada. Sua organização deu-se a partir de 15 de janeiro de 1983, com aproveitamento de pessoal do 2º/14º RC Mec, destacado para ocupar a então sede do 33º Batalhão de Infantaria Motorizado, naquela cidade.¹⁰⁶

O 8 ECM¹⁰⁷ veio para cidade para substituir o 33º Batalhão de Infantaria que foi criado em 1970 em Jaguarão, e iniciou seus serviços em 1971 com primeira turma em 1972. No ano seguinte recebeu o nome de 33º Batalhão de Infantaria Motorizado (33 BIM), subordinado a 8 º Brigada de Infantaria Motorizada com sede em Pelotas. O 33BIM deslocou-se de Jaguarão em 1981 para a cidade de Cascavel no Paraná.¹⁰⁸

Como pudemos perceber as sedes de unidades na cidade de Jaguarão durante os anos da ditadura mudaram constantemente. Entre 1971 e 1981 esteve nesse município o 33 BIM, e entre 1983 e 1988 o 8 ECM. A partir disso, desde 1989 até o presente está

¹⁰⁵Projetos culturais. Disponível em: <http://mcarlosbarbosa.blogspot.com.br/p/a-fundacao-carlosbarbosa-goncalves.html> Acesso em março de 2018

¹⁰⁶ Nossa história. 8º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. Disponível em: <http://www.8esqdcmec.eb.mil.br/index.php/en/quemsomos/historico/20-nossa-historia.html> Acesso em fevereiro de 2018

¹⁰⁷ Sediado em Jaguarão até ter sua sede transferida para Porto Alegre, pela Portaria Ministerial Nº 005, de 22 de janeiro de 1988, ocorrendo, na prática, uma troca de aquartelamento entre estas Organizações Militares, quando instalou-se na cidade o Esquadrão do 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado.

¹⁰⁸ Síntese histórica 33 bim Disponível em: http://www.legiaodainfantariadoceara.org/leginf_33bimtz_index.html Acesso em fevereiro de 2018

instalado o 12 RC MEC. De qualquer maneira as falas, como as obras do Coronel James Bolfoni da Cunha ou de Eduardo Álvares de Souza Soares, sempre retomam militares que viveram na cidade ou que tiveram papéis consideradas fundamentais em determinados momentos históricos do país ou do estado.

Trazendo Jaguarão para o presente é importante falar do cotidiano da cidade. Vivo aqui praticamente toda minha vida e meus pais também são jaguarenses. Obviamente na minha família passamos histórias entre as gerações, que muito falam da cidade e demonstram como Jaguarão vem mudando. Na escola não aprendi nada além do hino e da formação do município. É muito comum ouvir aqui que “Jaguarão é a cidade do já teve” ou “Jaguarão é cidade de aposentados e milicos”. Realmente o início dos anos 2000 trouxe uma mudança notável para a população, naquele período – e ainda hoje- muitos jaguarenses partiram para o estado de Santa Catarina, buscando emprego e melhores condições de vida, uma vez que aqui se vive da agricultura, pecuária e em menor número do comércio. É possível perceber claramente a importância da produção de arroz e soja no município e o impacto de seus recursos na movimentação financeira local. Daí talvez a lembrança aos aposentados, que permanecem na cidade, enquanto a juventude busca outros lugares de trabalho. E também aos “milicos”, sabendo que geralmente, os jovens que vinham para cá, eram homens na faixa dos 18 anos, uma vez que o regimento da cidade recebe recrutas de Arroio Grande, Pedro Osório e São Lourenço do Sul.

Um ponto importante dos tempos atuais foi a mudança política que a cidade sofreu. A política local era baseada praticamente na eleição de grandes produtores de arroz ou pessoas do meio mais abastado da cidade, como estancieiros ou pessoas ligadas à saúde, como dentistas ou médicos. Talvez afirmar que o sistema político jaguarense era coronelista seja um pouco severo, mas é interessante lembrar que esses produtores rurais detém o poder econômico municipal e são os maiores empregadores da região. Grande parte dos locais de trabalho da cidade, que tratam da produção de arroz e soja, fornecem moradia na granja e transporte para a cidade, inclusive nos dias de eleição. Me parece ingênuo não relembrar o coronelismo, sabendo que se um trabalhador e toda sua família

dependem do patrão X, candidato à cargos políticos, é possível que ele tenha o voto de seus empregados e dependentes.

Outra tradição política local são os médicos, eleitos prefeitos diversas vezes e vereadores em praticamente todos os processos eleitorais. É comum que a relação de confiança médico-paciente seja levada às urnas na cidade, tomando momentos em que o atendimento médico tenha sido crucial na vida do eleitor ou de seus próximos, como motivo para elegê-lo representante político.

Esses quadros eram repetidos a cada eleição, até 2008 quando o professor da rede estadual Cláudio Martins foi eleito prefeito pelo PT. Era a primeira vez que o município era regido por um homem negro e pobre, cujos interesses principais, inclusive em campanha, estavam mais próximos à população periférica do que aos grandes estancieiros locais. Naquela ocasião o PT colocou vários vereadores na bancada, assim como foram eleitos os já conhecidos produtores rurais e os médicos. O governo de Cláudio trouxe um acelerado crescimento para cidade, não só econômico, mas também social. Na economia ele trouxe altos investimentos para infraestrutura local, provenientes do tombamento em 2011, do conjunto histórico e paisagístico da cidade pelo IPHAN, em que aproximadamente 650 bens foram tombados, contando a partir de então com diversos projetos de Revitalização, dentre eles o Theatro Esperança, a Enfermaria Militar, e a Ponte Internacional Barão de Mauá. Neste processo, este último constituiu-se como o primeiro bem binacional, visto que já havia sido anteriormente tombado pelo Uruguai.

Desde então Jaguarão está dentre as 173 cidades brasileiras contempladas pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC das Cidades Históricas do Governo Federal, que segundo o órgão responsável busca preservar o patrimônio brasileiro, valorizando a cultura e promovendo o desenvolvimento econômico e social.¹⁰⁹ Esses recursos foram utilizados na cidade, de maneira que foi possível perceber uma significativa mudança em sua infraestrutura.

¹⁰⁹ TORMAM, Josi Silva. *Jaguarão “Cidade Histórica”*: Contextos e trajetórias de uma patrimonialização. Monografia apresentada ao Curso de História – Licenciatura Plena da Universidade Federal do Pampa - Campus Jaguarão. Jaguarão, 2014. Pg. 27.

Com o governo de Cláudio houve uma expansão da Universidade Federal do Pampa e com ela foi aberto, em 2010, o curso de Licenciatura em História. A partir de então começaram a ser produzidos um maior número de trabalhos que remontam a história da cidade em diversos períodos, alguns deles foram utilizados como leituras para este. Para caráter de informação, o atual governo municipal é de Favio Telis Gonzales, do PMDB, médico já conhecido na cidade.

2.2. SETOR POLÍTICO, EMBATES E MOVIMENTAÇÕES NA CÂMARA MUNICIPAL

A ditadura brasileira promoveu o terrorismo de Estado, aplicando as Diretrizes de Segurança Nacional – DSN, como forma de controle social e político. Como observamos anteriormente, o Rio Grande do Sul tornou-se um dos caminhos preferidos para a saída ou entrada do Brasil, juntando-se aos outros estados que fazem fronteira com os demais países da América. O sistema de fronteiras constituía-se na última barreira da repressão do país. As fugas serviam como válvula de escape. No entanto, “a fronteira havia se constituído em um verdadeiro alçapão”.¹¹⁰

A lei promulgada em 68, que declarava determinados municípios de interesse da Segurança nacional, fez com que Jaguarão se tornasse um espaço de destaque com cerco social e político dentro da cidade. Assim, durante a ditadura a fronteira passou a ser um lugar especial para a segurança interna e externa, levando o governo a nomear interventores municipais, assim como reforçar as tropas nos seus quartéis.

Desta maneira acreditamos que seja pertinente acompanhar movimentações políticas que aconteceram em Jaguarão e que estão, de alguma forma, relacionadas às mudanças nacionais. Para isso utilizamos a pesquisa nas atas da Câmara de Vereadores do município em questão, onde encontramos desde espaços públicos cedidos pela

¹¹⁰ FERNANDES, Ananda Simões. *A atuação da ditadura brasileira no Uruguai pré-golpe (1964-1973) e o papel do estado do Rio Grande do Sul*. In. Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. GALLO, Carlos A.; RUBERT, Silvania. [org.] Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. P. 93

municipalidade para construção de variados prédios, até informes sobre o governo ou posições contrárias a eles, pelo menos nos primeiros anos.

Em maio de 64 a ditadura foi assunto público entre os vereadores pela primeira vez, conforme aponta a ata:

Washigton Izquierdo, tecendo comentários sobre os últimos acontecimentos que se desenrolaram no país, declarando-se ser plenamente favorável à revolução democrática e ao governo instalado. Comentou a prisão de diversas pessoas aqui residentes, e, muito principalmente a do vereador (Carlos Leonardo) Winkie. Julgou que talvez tenha havido injustiça, mas que tal serviu para demonstrar que felizmente em Jaguarão não existia expurgo a fazer. Tais atos embora injustos eram necessários para resguardar os motivos altamente justos da revolução de 1º de abril, que nada mais fez de que, pelas armas, a vontade da população. Falou longamente inclusive trechos de jornais, sobre a fabulosa fortuna do ex-presidente João Goulart, conseguida em apenas 10 anos.¹¹¹

Sobre essas prisões na cidade relatadas pelo edil, não encontramos notícias no jornal A Folha. Ele julgou que talvez tenha havido injustiça, mas que tal teria servido para demonstrar que felizmente em Jaguarão não existia expurgo a fazer, ainda que pouco antes tenha referido-se a prisões na cidade. O Vereador Carlos Leonardo Winkie do PTB teve sua prisão citada no dia 20/05/64 (Ata 260), e apesar de estar presente naquela sessão, não se manifestou. O mesmo vereador só volta às atividades na Câmara em 13 de junho do mês seguinte.

Ainda em junho alguns dos vereadores da cidade comemoraram o golpe denominado, naquela ocasião, de “revolução”, saudando os motivos para sua instauração.¹¹² Na sessão ordinária de 20/06/64 esteve presente um representante do Regimento Osório, falando sobre o comunismo, como mostra a seguinte ata:

Do poder executivo, enviado ofício do Sr. Comandante do Regimento Osório, acompanhando os planos que compunham o “Programa Comunista para o Brasil”.

Foi feito pelo representante do Regimento Osório, dado conhecimento em aprovação pela palestra proferida pelo Tem. Jaime sobre a Revolução no país,

¹¹¹ Câmara dos Vereadores de Jaguarão. Ata no. 260 de 20/05/64. SOCM f. 158.

¹¹² Câmara dos Vereadores de Jaguarão. Ata no. 262 de 07/06/64. SOCM. f.165, v.f. 165, f. 166.

bem como, também em aprovação de documentos apreendidos em MG, instituindo os adeptos do Partido Comunista de como tomar conta do país.¹¹³

Acerca desses documentos a que se refere este representante acreditamos que possa estar se referindo a ordem dada pelo governo, para formar uma comissão de sindicância que investigasse crimes de “subversão” na Universidade de Minas Gerais, instaurada em 8 de maio de 1964. A UMG foi escolhida por ser uma importante universidade pública brasileira, o que a fez ser uma das instituições de ensino mais visadas pela ditadura. Esse interesse do sistema repressivo provinha de vários motivos, um deles porque a universidade constituía-se em um importante centro de convergência de movimentos de resistência democrática, grupos e organizações de esquerda, que defendiam a luta, armada ou não, contra o regime militar:

Além do nacionalmente presente Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, apesar de ilegal, atingiu seu apogeu em força política e em número de filiados nos anos 1960, e possuía vários membros nas universidades - incluindo professores, mas principalmente estudantes -, outras organizações eram fortemente representadas na UFMG, como a Ação Popular (AP), a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP), e, posteriormente, grupos dissidentes, como a CORRENTE e os Comandos de Libertação Nacional (COLINA). Este clima de efervescência política fez com que o braço repressivo do regime militar sobre a instituição se mostrasse presente desde os primeiros meses após o golpe, o que atingiu vários professores.¹¹⁴

O que realmente parece interessante se dá pelo fato das notícias sobre o Partido Comunista em Minas Gerais serem tratadas por representantes do Exército dentro da Câmara de Jaguarão. Tal situação sugere uma demonstração da importância das fronteiras, como, também, aponta indícios da circulação de informações repressivas dentro do país.

Já no mês de julho o caso de Winkie foi encerrado dentro da Câmara, quando em 15/07/64 ele se pronuncia: “(...) apresentou proposição no sentido de oficial-se ao

¹¹³ Câmara dos Vereadores de Jaguarão. Ata no. 264 de 20/06/64. SOCM. f.169, v.f. 169.

¹¹⁴ FERNANDES, Luan Aiuá Vasconcelos A repressão contra os professores nas universidades latino-americanas durante a ditadura: os casos da UFMG (1964-1969) e da UTE (1973-1981). Cuadernos Chilenos De Historia De La Educación N° 4, Dossier: Educación y dictaduras en el Cono Sur. Santiago de Chile, junio 2015, ISSN 0719-3483. P. 99

Marechal Castelo Branco, dando um voto de confiança e apoio as mensagens enviadas ao congresso por v. excia. e referentes reformas”.¹¹⁵ Essa passagem nos parece uma retratação com governo do país, uma vez que tenha sido a primeira fala de Winkie dentro da Câmara desde sua prisão. O policial que prendeu o vereador, foi alcunhado de “Fumon-chí”, mas seu nome era Jatir Dias de Oliveira. Sobre ele não encontramos dados ou informações durante a pesquisa, ainda assim percebemos o uso de um codinome, que em tempos de opressão muito nos aponta.

No ano de 1965 as movimentações da Câmara giraram em torno da rotina da cidade, com apenas duas ressalvas: as comemorações da passagem do Regimento Osório ao comando do Tem. Cel. Demócrito Correa da Cunha¹¹⁶ e o pedido de afastamento do prefeito por 20 dias para sair do país¹¹⁷.

Em novembro de 1966 foram eleitos os membros do Congresso Nacional. Na ocasião foram preenchidas um terço das vagas no Senado Federal e todos os assentos da Câmara dos Deputados. Foi a primeira eleição legislativa realizada pelo Regime Militar de 1964 e a única realizada no governo Castelo Branco, que afirmou que não toleraria candidaturas desafinadas com governo federal.

Sobre esse tema em dezembro do mesmo ano, o vereador Aldo Rosa teceu comentários, pela primeira vez sobre assuntos políticos nacionais dentro da Câmara, falando do jornal Zero Hora:

(...) no jornal Zero Hora da capital do estado havia críticas a atuação de pessoas na municipalidade que haviam coagido a funcionários, sob ameaça, para que votassem em determinado candidato, que tal afirmativa vinha a comprometer a todos os integrantes da coisa pública, motivo pelo qual solicitava um voto de confiança aos responsáveis pelo Poder Municipal.¹¹⁸

¹¹⁵ Câmara dos Vereadores de Jaguarão. Ata no. 268 de 15/07/64 SOCM f. 177.

¹¹⁶ Câmara dos Vereadores de Jaguarão. Ata no. 311 de 15/10/65 SOCM f. 219

¹¹⁷ Câmara dos Vereadores de Jaguarão. Ata no. 319 de 04/12/65 SOCM v.f. 225.

¹¹⁸ Câmara dos Vereadores de Jaguarão. Ata no. 353 de 10/12/66 SOCM f. 13, v.f. 13.

Possivelmente por essas manifestações o vereador Aldo Rosa retratou-se na Câmara, no intuito repetitivo de afirmar que na Câmara de Vereadores de Jaguarão a política seria limpa e sem problemas maiores entre os partidos. Reafirmava, com isso, a importância da confiança na política municipal.

Desta oportunidade fomos averiguar as questões problemáticas dessas eleições no estado do RS. De fato, houve vários problemas no que cerne a eleição do então governador do estado, Peracchi Barcelos. Segundo consulta no jornal O Estado de São Paulo, a questão principal estava sobre o “quorum” promovido para aquela votação:

As dúvidas que sobressaltavam os meios políticos do Rio Grande do Sul, a respeito da obtenção de “quorum” na sessão especial da Assembléia para a eleição do governador foram dirimidas momentos antes do pleito, quando os deputados Ari Beltrão, José Sanseverino e Nelson Marquesam - que são da ARENA mas apoiavam o Sr. Cirne Lima – decidiram comparecer ao plenário, para dar numero suficiente para votação, mas abstiveram-se de votar. Assim, o Sr. Peracchi Barcelos foi eleito somente em segundo escrutínio por maioria simples já que não obteve a maioria absoluta necessária para a primeira votação.¹¹⁹

Por este motivo foram apontadas manipulações nessas eleições, uma vez que o candidato eleito em segundo quorum era apoiado pelo ditador, então presidente, Castelo Branco. Desta maneira o MDB não se manteve calado e em nota, no mesmo jornal, afirmou que:

“não bastou que se tirasse do povo o direito de livre escolha de seus governantes. Negou-se também a manifestação da vontade da maioria absoluta de seus legítimos representantes a Assembléia Legislativa, pela cassação de mandatos e antecipada anulação de votos.”¹²⁰

Em entrevista para este trabalho, conversamos com Arnoni Lenz, dentista e ex-vereador pela Arena em Jaguarão. Arnoni é o vereador com maior número de mandatos na cidade. Com ele falamos sobre os embates que haviam entre Arena e MDB. Sobre

¹¹⁹ O Estado De S. Paulo. Ed. 04 de setembro de 1966 - Pag. 6 Disponível em <http://acervo.estadao.com.br> Acesso em fevereiro de 2018.

¹²⁰ O Estado De S. Paulo. Ed. 04 de setembro de 1966 - Pag. 6 Disponível em <http://acervo.estadao.com.br> Acesso em fevereiro de 2018.

isso, o ex-vereador aponta que não existiam problemas. Para isso, lança mão da questão financeira como argumento:

te digo pelo tipo de pessoas, eu sou de um período em que ainda o vereador não era remunerado. O que acontecia, os vereadores que eram eleitos, não digo que eles eram apenas da classe alta. (...) Então, na vereança como não era paga, as pessoas pobres dificilmente se candidatavam porque não tinham um retorno, se candidatavam pessoas mais estáveis financeiramente, pessoas que não precisavam de nenhuma remuneração e que de fato tinham um interesse em ajudar, acho que houveram épocas em que o interesse é mais ajudar a cidade do que lutar pelo seu partido, as idéias eram mais direcionadas a busca da melhora da cidade do que diretamente do partido. Nós tivemos pessoas ali que foram mais pelo partido, inclusive fui vereador com Alfonso Pinto Filho, Éder Bretanha, Henrique Knnor, Aldo Rosa, pessoas de alto nível de educação e sociabilidade e que não estavam lá em função do dinheiro.¹²¹

Desta maneira podemos perceber que Arnoni afirma essa tranqüilidade apenas nos primeiros anos, mas depois com a entrada de outros colegas as discussões eram mais aquecidas. Ainda assim, o entrevistado não trouxe mais informações deste segundo citado momento. Discursando sobre sua função, disse que “fazia isso não por vaidade, mas porque mostrava trabalho, e em troca desse trabalho podiam votar em mim.” E passou a tratar de sua entrada na política:

Eu tenho uma profissão, nunca pensei em entrar pra política, que me colocou lá foi o Darno Fonseca, que era meu colega, junto comigo foi fundador da Câmara Junior, e o prefeito era o Rubens Gonçalves Marques, eles eram amigos, o Darno era presidente da Câmara, eu não era vereador e ele me disse: “Arnoni, Dr. Rubens quer falar contigo” “o que ele quer falar comigo?” – eu era professor de química no colégio Espírito Santo, fui lá e o Rubens disse: “olha vou ir direto meu interesse é te convidar pra te candidatares a vereador pela ARENA, porque nós estamos precisando de um jovem”.¹²²

Arnoni defende que toda essa alegada conjuntura pacífica se dava pelo fato de que os vereadores teriam um maior nível educacional. Ademais, para ele a idade também influenciava, dizendo que os vereadores eram “bem mais velhos, queres ver? Teve uma época que de 11 vereadores, seis tinham curso superior. O nível cultural, o nível social era bem elevado, era mais do que 50 %”.

¹²¹ Arnoni Lenz em entrevista concedida a Elena Vieira. Jaguarão – RS, 20 de agosto de 2016.

¹²² Idem.

De volta as movimentações políticas na cidade em setembro de 1967 o Poder Executivo enviou uma mensagem para Câmara pedindo licença para sair da cidade por 22 dias em viagem a Argentina – Buenos Aires, onde trataria de interesses municipais junto ao embaixador Pio Correa.¹²³ Pedido prorrogado para até o final do mês de outubro.

Manoel Pio Correa assumiu o cargo de embaixador brasileiro no Uruguai desde as primeiras ações do Itamaraty¹²⁴ de maneira a manter controle e vigilância sobre brasileiros em outros países em conformidade com o Ministério das Relações Exteriores. Ele retirou-se do serviço diplomático no Uruguai no início de 1966, assumindo o cargo de Secretário Geral de Política Exterior, na Embaixada de Buenos Aires em 1968.¹²⁵

Ainda no Uruguai, como embaixador do Brasil em Montevidéu, Pio afirma, em sua autobiografia, que:

“seria meu dever conseguir que o Governo do Uruguai impusesse aos asilados políticos brasileiros naquele país a estrita observância das regras do asilo político, ditadas pelo Direito Internacional; essencialmente, a abstenção de toda e qualquer atividade política, bem como de atividades públicas de hostilidades dirigidas contra o Governo do seu próprio país”¹²⁶

A intenção era acercar cada vez mais os asilados no Uruguai, e nesse caso o Brasil não mediu esforços para fazer valer suas intenções, recorrendo a inúmeras pressões políticas e econômicas, também no desempenho do papel da diplomacia brasileira em consonância com as políticas do regime ditatorial.¹²⁷

Antes de ir para Montevidéu, Pio Correa fez várias ligações dentro do Rio Grande do Sul com as forças armadas, sendo inclusive recebido por Ildo Meneghetti, o qual afirmou, na ocasião, que a Polícia Civil e a Brigada Militar do estado agiriam em

¹²³ Câmara dos Vereadores de Jaguarão. Ata no. 366 de 23/09/67 RCP v. f. 30.

¹²⁴ Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Fundo: Embaixada Brasileira em Montevidéu. Telegrama urgente enviado pela Embaixada Brasileira em Montevidéu. No. 11.232. Montevidéu, 19 de agosto de 1964.

¹²⁵ FERNANDES, 2014. P. 99

¹²⁶ PIO CORREA, Manoel. *O mundo em que vivi*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. 2vol. p.847.

¹²⁷ ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. *A noção de fronteiras ideológicas e a dimensão internacional da ditadura civil-militar brasileira*. In. Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. GALLO, Carlos A.; RUBERT, Silvania. [org.] Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. P. 145.

conjunto com a Embaixada brasileira em Montevideu, no que se refere as fronteiras ou atividades “subversivas” no Uruguai.

Desde o início da ditadura no Brasil, o inimigo interno era o principal alvo da Segurança Nacional. Os primeiros alvos das perseguições eram integrantes do PTB, seguidos de militares que não aderiram ao golpe e, logo em seguida, os movimentos estudantis, camponeses e sindicais, todos eles ligados à subversão trazida pelo comunismo. A partir desse momento teve início a conexão repressiva entre Brasil e Uruguai, ainda que esse estivesse posicionado em prol dos exilados, alguns setores das Forças Armadas e policiais “apoiavam as demandas de restrição da atuação política daqueles solicitados pela ditadura brasileira”.¹²⁸ Assim, passaram a funcionar o sistema de “fronteiras ideológicas”, bem como a Operação Condor, debatidos no primeiro capítulo.

Sobre as relações estabelecidas na zona de fronteira, em combate ao inimigo em comum, percebe-se que Jaguarão teve sua participação. A Prefeitura Municipal mantinha relações com Pio Correa, embaixador que fazia cerco aos asilados no Uruguai e mais tarde na Argentina. Tamanha a conexão que em outubro de 67 Pio Correa recebeu da Câmara de vereadores o título de cidadão jaguarense.¹²⁹ Em fevereiro do ano seguinte, o Poder Executivo convoca sessão extraordinária para solicitar a entrega do título ao então embaixador.¹³⁰ Em maio de 68 o Poder Executivo pede novo afastamento para viajar até Montevideu.

Ainda em maio de 68, o Poder Executivo convoca sessão extraordinária para solicitar doação de terreno para construção do 2º Esq. Da Brigada Militar na cidade¹³¹, e para isso foi instaurada uma Comissão de Legislação e Justiça, que deu prosseguimento a esta doação¹³². Desse momento em diante todas as reuniões da Câmara, as quais trataram de doações de terrenos ou liberação financeira para projetos deste tipo, foram discutidas em sessão, sendo, logo em seguida, encaminhada nota para o comandante do Regimento

¹²⁸ FERNANDES, 2014. P. 92.

¹²⁹ Câmara dos Vereadores de Jaguarão. Ata no. 370 de 28/10/67 SECM v. f. 33.

¹³⁰ Câmara dos Vereadores de Jaguarão. Ata no. 380 de 11/02/68 SECM f. 45.

¹³¹ Câmara dos Vereadores de Jaguarão. Ata no. 383 de 15/05/68 SECM f. 49.

¹³² Câmara dos Vereadores de Jaguarão. Ata no. 385 de 01/06/68 SOCM v. f. 50

da cidade. Além disso, foram formando-se comissões especiais, como a de Legislação e Justiça, por exemplo.

Como já vimos, com a Lei de Segurança Nacional vários municípios foram declarados como área de Segurança nacional. No entanto, a norma não especificou os motivos para a escolha destes 68 municípios, sendo que um terço deles faziam parte do RS.¹³³ Ainda assim, segundo a definição de crimes contra a segurança nacional, definida em 1969, conforme Decreto-Lei específico, indicava-se que,

em virtude de suas condições socioeconômicas, bem como de suas situações geográficas, [são os municípios que] exigem maior atenção às medidas determinadas à prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva, à garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.¹³⁴

Uma das principais mudanças apresentadas estava no Poder Executivo. Os prefeitos continuariam a ser indicados pelo governador, no entanto poderiam ser exonerados em caso de "decaírem da confiança do Presidente da República ou do Governador do Estado".¹³⁵

Os municípios gaúchos declarados como área de segurança nacional foram a cidade portuária do Rio Grande e, principalmente, as cidades que eram caminho de passagem para a zona da fronteira e os que faziam fronteira direta com a Argentina ou Uruguai, caso de Jaguarão, e a Argentina. Portanto, durante a ditadura, a área de fronteira se constituiu em um espaço crítico de defesa interna e externa, levando o governo a nomear os interventores dos municípios, assim como a promover a militarização do mesmo.¹³⁶

¹³³ A saber: Alecrim, Bagé, Crissiumal, Dom Pedrito, Erval, Horizontina, Itaqui, Jaguarão, Porto Lucena, Porto Xavier, Quaraí, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, São Borja, São Nicolau, Tenente Portela, Três Passos, Tucunduva, Tuparendi e Uruguaiana. Cf. DIÁRIO Oficial da União. Decreto -Lei n° 348, 4 jun. 1968. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>.

¹³⁴ DIÁRIO Oficial da União

¹³⁵ DIÁRIO Oficial da União. Decreto-Lei n° 898, 29 set. 1968. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em fevereiro de 2018

¹³⁶ PADRÓS, MARÇAL. 2009, p. 42.

Dessas modificações podemos perceber movimentações dentro da Câmara jaguareense. O vereador, pelo MDB, Ilvaino Alfredo Machado de Souza “lançou seu protesto por ter sido declarada zona de segurança nacional o município de Jaguarão, cerceando, assim, sua autonomia política”¹³⁷, fato que realmente estava acontecendo, uma vez que câmara poderiam ser temporariamente fechadas naquelas circunstâncias.¹³⁸

Outro ponto analisado por Ilvaino nessa mesma reunião foram os domínios da cidade. O mesmo “protestou também pela ameaça de serem desapropriadas as propriedades que ficam nas fronteiras até a distancia de 150 km”, problema recorrente na localidade de Jaguarão, sabendo que a fronteira com o Uruguai apresenta-se inteiramente “aberta”. Nesse ambiente, as zonas de delimitações de terras sempre foram difíceis. Desde a presença da Coroa Portuguesa estâncias poderiam ter metade de suas terras em cada lado da fronteira e, com as mudanças na linha divisória, era possível ganhar ou perder terras.¹³⁹ Nesse caso a que Ilvaino se refere, não é apenas uma questão de divisão entre terras, mas também a possível perda de autonomia em terras fronteiriças. Aqui parece interessante ressaltar que a cidade de Jaguarão mantém zona urbana desde bem próxima à linha de demarcação de divisa. Assim, a possibilidade de desapropriação de terras em até 150 km é bem recorrente.

A partir de então, notas do Exército, provenientes do Comandante do Regimento Osório, foram recebidas na Câmara sobre decretos ou leis que evidenciavam ligações com a cidade, como a lei nº 5.443 de 28 maio de 1968, a qual dispõe sobre apresentações de símbolos nacionais, demonstrando, com isso, a sistemática militarização aplicada na cidade, como já assinalava a Lei de Segurança Nacional.

Com o final do ano de 1968 e as eleições de novembro se aproximando, a Câmara jaguareense intensificou suas movimentações. Mais uma vez o vereador Ilvaino se pronunciou:

¹³⁷ Câmara dos Vereadores de Jaguarão. Ata no. 386 de 08/06/68 SOCM v. f. 52

¹³⁸ Acreditamos ser pertinente a ressalva sobre o número das atas. Na ata nº 391, o número 3 fica ilegível, sendo confundido com um 8. A partir daí o escrivão passa a usar o número 8 e a numeração continua em 892, 893... A falta de 500 atas nunca foi percebida e até os dias atuais. A numeração segue essa sequência equivocada.

¹³⁹ PINTO, 2015.

Referiu-se sobre a campanha eleitoral para o pleito de 15 de novembro, dizendo que Jaguarão poderia servir de exemplo pois este ato cívico transcorre dentro da maior cordialidade e alto nível, lamentando que em outros municípios tal não aconteça, citando o caso de Pelotas onde impera um clima de violência e insolência na área da Arena e escaramuças no MDB¹⁴⁰

Como se nota mais uma vez uma reafirmação de paz na política jaguarense, comparada desta vez à cidade de Pelotas, onde foi eleito Danton Duro pelo MDB. Na mesma ocasião o prefeito eleito por Jaguarão era da Arena, Darno Fonseca. Após as eleições as atividades da Câmara retornaram com esse assunto em pauta. Nas atas que seguem podemos acompanhar o processo eleitoral jaguarense com os embates entre Arena e MDB. Desta maneira, conforme a ata, em nome da bancada do MDB o vereador Ilvaino pronunciou-se:

Felicitando a aliança renovadora nacional, pela sua vitória no pleito realizado dia 15 do corrente, fazendo, em nome pessoal reparos a propaganda feita por alguns candidatos da Arena, afirmando que se a vitória lhes pertencesse o atual prefeito continuaria administrando o município, e que se verifica atualmente, que tal não ocorreria, conforme manifestações do Dr. Rubens.¹⁴¹

Podemos perceber, então, a contrariedade de Ilvaino com alguns colegas em suas propagandas políticas. E, na sequência, temos a resposta do vereador Aldo Rosa:

Dada a palavra ao vereador Aldo Rosa, em nome da Arena, agradeceu as palavras de vereador Ilvaino, que em nome do MDB, congratulou-se com a vitória daquele partido no pleito recentemente realizado. A seguir afirmou que em sua propaganda eleitoral a única manifestação que fizera era de que o futuro prefeito desta terra, seria jaguarense ou pessoa ligada a terra, terminou sua oração, prestando homenagem ao MDB, pela maneira cívica e patriótica como enfrentou o pleito.¹⁴²

Logo em seguida o vereador Rosalino entra na discussão, cumprimentando seu colega de partido, Ilvaino:

¹⁴⁰ Câmara dos Vereadores de Jaguarão. Ata no. 900 de 26/10/68 SOCM v. f. 66

¹⁴¹ Câmara dos Vereadores de Jaguarão. Ata no. 901 de 23/11/68 SOCM v. f. 68 v. f. 68

¹⁴² Câmara dos Vereadores de Jaguarão. Ata no. 901 de 23/11/68 SOCM f. 69

felicitou o vereador Ilvaino pela sua ascensão ao cargo de presidente do MDB, e, ainda, pela sua reeleição. Cumprimentou o povo jaguarense pela justa recondução de três membros desta câmara, congratulou-se com aqueles vereadores. De imediato deu conhecimento a Casa dos nomes encaminhados a autoridade competente, para ser escolhido o futuro prefeito, que são os seguintes: João Carlos Affonso, Darno Fonseca, Aldo Francisco Rosa, Dario Almeida Neves e o Sr. D. Fonteles. Afirmou que durante sua campanha eleitoral jamais afirmara que o Dr. Rubens permaneceria no cargo de Prefeito caso a Arena vencesse, e sim que os membros da Arena teriam maior autoridade para convidá-lo a permanecer no cargo, se o partido do governador municipal vencesse o pleito.¹⁴³

A questão então discutida é que Ilvaino reclamava diretamente a Aldo Rosa sobre sua campanha política, os indícios demonstram que Aldo Rosa já apresentava um candidato da Arena como vencedor do pleito, ato reprovado pelo vereador Ilvaino do MDB. Naquele momento o prefeito municipal era Rubens Gonçalves Marques, arenista, cujo nome não foi indicado para reeleição. Na ata do dia 30 de novembro, o vereador Rosalino afirma que o Dr. Rubens Marques sempre negou convites para continuar na administração da cidade. A Arena indicava Darno Fonseca como candidato, eu foi eleito mais tarde.

Em dezembro do mesmo ano um tema nacional voltou a ser discutido em ata. Na ocasião, Ilvaino refere-se a Marcio Moreira Alves

Vereador pediu um voto de louvor pela passagem do dia 11 do vigésimo aniversário da proclamação dos Direitos dos Homens, pela ONU (...) finalmente aplaudiu ao ato do Congresso Nacional negando licença para processar o deputado Marcio Moreira Alves vindo assim fortalecer ao poder civil dizendo que, não comentaria ao ato institucional, por não conhece-lo ainda em seus termos.

O processo ao deputado Marcio Moreira Alves eleito em 1966, pelo MDB, refere-se ao seu discurso na Câmara em que protestava contra a invasão da Universidade de Brasília (UnB) pela Polícia Militar. O tom radical de seu discurso e a não aceitação da Câmara do pedido de cassação de seu mandato, encaminhado pelo Supremo Tribunal

¹⁴³ Câmara dos Vereadores de Jaguarão. Ata no. 901 de 23/11/68 SOCM f. 69. v. f. 69

Federal, teriam servido como estopim para a edição do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), em dezembro daquele ano.¹⁴⁴ Seu discurso demonstrava oposição ao governo golpista e apontava o tema da censura e da repressão.¹⁴⁵

A referência de Ilvaino ao ato institucional se refere ao AI – 5. Com ele a censura sobre a imprensa sistematizou-se, tornou-se rotineira e passou a obedecer à instruções especificamente emanadas dos altos escalões do poder.

Na ata da reunião seguinte, Ilvaino voltou ao assunto do AI-5 e manifestou “dúvidas sobre novas reuniões deste legislativo, pois o referido ato dá poderes necessários a sua extinção, no caso de assim entender a autoridade competente”¹⁴⁶ Em outra reunião o mesmo vereador solicita “consulta ao SERFAU, sobre a quem cabe o Impeachment nos municípios considerados área de segurança”.¹⁴⁷ Possivelmente esse foi um erro de transcrição do escrivão, pois, tudo indica, que Ilvaíno estaria fazendo referência ao SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, cobrando maiores informações sobre o possível fechamento das Câmara em áreas de segurança nacional.

Segundo ata, o presidente falou com “satisfação” sobre o pedido o superintendente regional da Polícia Federal (PF), seu amigo pessoal, “que solicitou fosse ele (presidente) o portador de seu reconhecimento ao legislativo municipal, que muito tem colaborado com a PF neste município”.¹⁴⁸

De maneira geral os assuntos apresentados pelas atas transcorrem de maneira rotineira, apresentando discussões de interesses municipais entre doações de terrenos, asfaltos, etc. No entanto, vários assuntos nacionais transparecem nesse conteúdo completo, como, por exemplo, as questões referentes à área de segurança nacional. Algo reafirmado várias vezes dentro da câmara, inclusive na fala de Arnoni Lenz, foi que supostamente havia uma tranquilidade no trabalho conjunto entre Arena e MDB. Várias

¹⁴⁴ Biografias da resistência. Marcio Moreira Alves Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/marcio-moreira-alves/index.html> Acesso em março de 2018.

¹⁴⁵ Cassado pelo AI-5, deixou clandestinamente o país ainda em dezembro de 1968, e só voltou em 1979, após a concessão da anistia. Com o fim do bipartidarismo, em novembro daquele ano, e a posterior reformulação partidária, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e, nessa legenda, concorreu a uma cadeira na Câmara dos Deputados pelo Rio de Janeiro.

¹⁴⁶ Câmara dos Vereadores de Jaguarão. Ata no. 906 de 15/12/68 SE. f. 76.

¹⁴⁷ Câmara dos Vereadores de Jaguarão. Ata no. 953 de 21/06/71 SOCM v. f. 139

¹⁴⁸ Câmara dos Vereadores de Jaguarão. Ata no. 1064 de 25/08/75 SOCM v. f. 48

vezes constam afirmações de que os dois partidos formariam um só em prol da cidade. Ainda assim, como viemos acompanhando existem vários embates entre os partidos, no que concerne questões de espaço de fala ou elucidações dos partidos dentro do país. Desta forma o que estamos buscando traçar aqui é que talvez essa “paz” não fosse tão real quanto buscavam supor. Uma ata que melhor ilustra essa ideia é a de março de 1979, no 1205, que traz como assunto os “votos de congratulações de Adelmo Cechin ao presidente João B. Figueiredo”. Em contrapartida o vereador José Nunes Orcelli solicitou voto de protesto em nome do MDB, sua justificativa era de que “a bancada do MDB não pode admitir votos a um presidente imposto”.

De todo esse processo a que nos debruçamos até o momento, podemos perceber que na maioria das vezes os embates aconteciam não acerca de assuntos locais, mas sobre temas de cunho nacional, como as áreas de segurança, ações na Câmara dos Deputados, movimentações de saída e entrada dos presidentes ditadores. Apesar de ser Jaguarão uma cidade pequena, na época com cerca de 25 mil habitantes, as mudanças nacionais muito impactaram o município, e, conseqüentemente, a sua política local.

Outro fato importante para elucidarmos é a ligação que percebemos entre a prefeitura municipal e o embaixador Pio Correa, figura conhecida do aparato repressivo além das linhas da fronteira brasileira, estando presente no Uruguai e na Argentina. A questão que devemos levantar: Se Jaguarão “não teve ditadura”, como afirma maior parte da memória local, porque a Prefeitura Municipal mantinha reiteradas relações fora da fronteira nacional?

Ao longo dos anos de ditadura, os prefeitos jaguarenses mantiveram contatos com o Uruguai, em cidades como Rio Branco, Melo e Trinta e Três. O prefeito Rubens Marques, por exemplo, pede afastamento duas vezes para viagem a trabalho em Montevideo. O prefeito que segue, Darno Fonseca, participou de reuniões em Brasília, segundo notícias visando a busca de investimentos financeiros, e fez cursos de administração municipal na Espanha. Se as relações foram parte do sistema repressivo não podemos confirmar, mas os indícios de toda maneira também são importantes.

2.3. ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO, A BASE DAS MUDANÇAS NA CIDADE

“Na ditadura militar a escola era boa”. Essa frase tem sido repetida inúmeras vezes, e pode parecer uma verdade absoluta para algumas pessoas. Por isso é importante trabalhar temas como esse para informar as várias situações que envolveram a educação naquele período.

Tomando o tema observado por Maria Helena Moreira Alves, denominado de “Operação Limpeza”, podemos observar que já nos primeiros momentos, pós - Golpe de 1964, foi instalada uma significativa perseguição político-ideológica no país.

Baseada nos princípios da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, ou DSND, “tinha em mira áreas específicas e estrategicamente sensíveis de possível oposição: política, econômica, psicossocial e militar”.¹⁴⁹ De fato, essa operação tinha como principal objetivo expurgar da sociedade qualquer posição que pudesse ser tomada como “contrarrevolucionária”, ou seja, que resistissem ao regime que se consolidava naquele momento político brasileiro. Qualquer que fosse a medida que pusesse uma barreira contra abordagens econômicas que vinham sendo implementadas no país, poderiam ser suprimidas pela operação. Suas justificativas são inúmeras baseadas nessas prerrogativas, mas como nos mostra Jaime Valim Mansan:

foram perseguidos grupos e indivíduos vinculados às esquerdas comunista, trabalhista, socialista e católica, bem como indivíduos e grupos que, a despeito de possuírem outros perfis político-ideológicos, eram percebidos como vinculados, de algum modo, com o governo deposto autoritariamente e com o que ele representava.¹⁵⁰

¹⁴⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989. p. 56.

¹⁵⁰ MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)*. Porto Alegre -- 2009. P. 69

Nessas perseguições estavam agentes de várias modalidades, bem como sindicalistas, estudantes, escritores, jornalistas, “organizadores leigos dos movimentos católicos nas universidades e no campo”, e professores.¹⁵¹

A filósofa da Universidade de São Paulo, Marilena Chauí, em entrevista ao jornal sindical Brasil Atual, destacou três principais impactos da Constituição de 1967 aprovada pelo Regime Civil-Militar na educação brasileira: a repressão aos educadores, a privatização do ensino e a reforma universitária.¹⁵²

Ainda segundo Chauí, a violência exercida sobre os professores foi vista nos níveis fundamental, médio e superior. Assim houve inúmeras perseguições, cassações, expulsões, prisões, torturas, mortes, desaparecimentos e exílios.

Durante a ditadura, ocorreu um processo de privatização que modificou o conceito educacional e passou a considerar a escola particular como um ensino superior se comparado à escola pública. Sobre a privatização do ensino, Chauí afirma, na mesma entrevista, que ela “culmina no ensino superior, começou no ensino fundamental e médio. As verbas não vinham mais para a escola pública, ela foi definhando e no seu lugar surgiram ou se desenvolveram as escolas privadas”.

Em entrevista concedida para o presente trabalho, a senhora Ilka De Carvalho Valadão, professora municipal aposentada, aponta que não havia material escolar para as crianças. A senhora Ilka foi professora entre os anos 1958 e 1982, nos primeiros anos de sua carreira ela lecionava na cidade vizinha Arroio Grande, a partir de 1960, passou a ministrar aulas em Jaguarão em uma escola municipal situada no meio rural, localizada na 3ª zona no quilombo remanescente da cidade¹⁵³. Em seus últimos anos de trabalho estava à frente da escola da balança¹⁵⁴, também rural e de deveres do município. Segundo

¹⁵¹ALVES, 1989. p. 59.

¹⁵²<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/03/para-marilena-chau-ditadura-militar-fez-com-que-universidades-nao-oferecam-formacao-humanista> Edição de 29/03/2012 por Paulo Donizetti de Souza

¹⁵³ A comunidade Quilombo Madeira apresenta características rurais, uma localidade com muitas dificuldades econômicas, onde o acesso à maioria das políticas públicas é escasso, com altos índices de pobreza, moradias precárias, falta de transporte e saneamento. Localizada na 3ª Zona do Município de Jaguarão, obteve seu reconhecimento no ano de 2010. SANTOS, Damaris de Lima; MARCELINO, Isac Morais Lages; SANTANA, Raicilane Barbosa de Jesus. *Análise Etnofotográfica da Comunidade “Quilombo Madeira”: Identidade e Memória - Jaguarão/RS*. Conexões Culturais – Revista de Linguagens, Artes e Estudos em Cultura - V. 02, nº 01, ano 2016, p. 78-87 p. 80.

¹⁵⁴ Na cidade a maior parte das escolas não tem seus nomes reconhecidos, de maneira geral são lembrados pela sua localidade. A balança é um lugar de paisagem de caminhões, que em seu entorno, tem casas e essa escola a que refere-se dona Ilka.

ela o trabalho era bastante massivo e cobrava muito dos professores: “eu fazia os planos de aula, a lista das compras para a merenda das crianças, era professora, diretora, secretária e só não era cozinheira porque consegui emprego para minha irmã fazer a merenda escolar”.¹⁵⁵

Dona Ilka conta que ela era professora de 1ª a 5ª série na escola rural e regia todos alunos sozinha, tendo que dividir sua atenção entre tantos alunos porque a secretaria de educação municipal não contratava uma segunda professora para lhe auxiliar nas tarefas. Lembra ainda que recebia um programa de aulas, o qual deveria ser seguido durante o ano letivo, e que seguidamente vinham da cidade de Pelotas uma orientadora e uma delegada da educação, para confirmarem se ela mantinha tal programa em funcionamento.

Sobre seus planos de aula, a senhora Ilka relembra que toda semana¹⁵⁶ os levava até a secretaria de educação de Jaguarão, onde esses eram revisados até entrarem em conformidade com o que era normatizado pelo governo do estado. Além disso, ela demonstra que havia pouco investimento nas escolas,

“o prefeito mandava muita merenda, mas nada de material escolar, as coisas estragavam porque vinham em uma quantidade muito maior do que a lista que eu fazia, era bastante desorganizado, eu ajudava as pessoas do quilombo porque era muita comida mesmo”¹⁵⁷

Dona Ilka não consegue datar esse período para que pudéssemos nos certificar de qual administração municipal se trataria. Conforme consultas nas atas da Câmara de Vereadores, entre 1964 e 1970 a prefeitura estava a cargo de Rubens Marques Gonçalves, já entre 1971 e 1976 o prefeito era Darnô Fonseca, e entre os anos 1977 até 1979a administração estava a cargo de Claudionor Bastos Dode.

Em 1971 o prefeito da cidade, Darnô Fonseca, eleito pela Arena com grande apoio de vereadores e autoridades da cidade, aparecia repetidamente no jornal impressos em Jaguarão. No jornal *A Folha* tivemos acesso a uma lista de escolas municipais rurais e urbanas. Conforme segue publicação do jornal *A Folha*

¹⁵⁵ Ilka de Carvalho Valadão em entrevista concedida a Elena Vieira em 20 de fevereiro de 2018.

¹⁵⁶ A depoente declarou que esse deslocamento se dava “a cavalo” ou por meio de carona com alguém que estivesse indo para a cidade na ocasião.

¹⁵⁷ Ilka de Carvalho Valadão em entrevista concedida a Elena Vieira em 20 de fevereiro de 2018.

Jaguarão, 14 de abril de 1971.
DARNO FONSECA
Prefeito Municipal de Jaguarão

ENSINO PRIMÁRIO - Escolas Municipais	Localização	N. de Professores	N. de alunos
Grupo Municipal Marçílio Dias	Sede	19	344
Grupo Municipal Manoel Pereira Vargas	Sede	20	345
Grupo Escolar Mun. Pe. Pagliani	Sede	22	262
Escola Municipal São Vicente de Paula	Sede	2	26
Escola Municipal Professora Luiza	Rural	3	75
Escola Municipal Graciliano J. de Souza	Rural	1	11
Escola Municipal Souza Lobo	Rural	1	21
Esc. Mun. Barão do Rio Branco	Rural	1	100
Esc. Mun. 15 de Novembro	Rural	1	32
Esc. Mun. Dr. Alcides Pintos	Rural	1	24
Esc. Mun. Dr. João Azevedo	Rural	4	87
Esc. Municipal Alcindo Dutra	Rural	2	32
Esc. Municipal Canto e Melo	Rural	4	93
Esc. Mun. Da Beloca Dutra Baltar	Rural	2	44
Esc. Municipal Rui Barbosa	Rural	1	24
Esc. Municipal Carlos Gomes	Rural	1	15
Esc. Municipal Da. Darcy Vargas	Rural	1	19
Esc. Municipal São Luiz	Rural	1	28
Esc. Municipal Conselheiro Diana	Rural	2	44
		89	1.536

D E C L A R A Ç Ã O

DARNO FONSECA, Prefeito Municipal de Jaguarão, estado do Rio Grande do Sul, em cumprimento ao disposto, inciso V, do art. 3, da Resolução n.º 100/70 do § Tribunal de Contas da União declara, que, durante o exercício, não foi alienado nenhum dos bens adquiridos com recursos do Fundo, desde 1967.

E, por ser o acima mencionado a expressão da verdade, data e assina a presente certidão.

Jaguarão, 14 de abril de 1971.
DARNO FONSECA
Prefeito Municipal de Jaguarão

Biblioteca Pública Municipal. Acervo. Jornal A folha. No. 1127 de 24/04/71

FIGURA II – Lista de escolas regidas pelo município em 1971.

Como é possível perceber nessa lista, no ano de 1971 a cidade contava com 19 escolas, sendo 4 delas urbanas e 15 rurais. No mesmo ano, no mês de julho, foi publicado um novo relatório administrativo da prefeitura¹⁵⁸, o qual relatava sobre a inauguração da Escola São Luiz e de um novo grupo escolar municipal na Vila Kennedy. Assim, a rede passou a contar com 21 escolas, com 87 professores. Em 1972 a Escola Municipal Conselheiro Diana é renomeada através do Poder Executivo, passando a ser chamada de Escola Municipal Marechal Castelo Branco, em homenagem ao ditador então presidente do país.¹⁵⁹

Retomando as questões referentes ao número de escolas rurais em Jaguarão, recorri ao censo de 70 que demonstrava que em todo o país ainda 44% da população vivia na zona rural, inclusive deste censo a senhora Ilka lembra-se de participar:

¹⁵⁸ Biblioteca Pública Municipal. Acervo. Jornal A folha. No. 1138 de 17/07/71

¹⁵⁹ Câmara dos Vereadores de Jaguarão. Ata no. 968 de 03/04/72. SOCM. P.170.

mandavam as professoras fazerem o censo, diziam que valeria bem, mas nunca me pagaram nada, não davam transporte pra gente, me lembro um dia que saí a cavalo as oito da manhã da escola (onde morava) e andei até as cinco da tarde preenchendo as fichas, se não fosse uma estância que me deram almoço, nem teria comido, era cansativo.¹⁶⁰

Neste mesmo censo apontou-se que 39% da população maior de 7 anos era ainda analfabeta¹⁶¹ havendo pouca perspectiva, uma vez que constatada no investimento no ensino público e as novas diretrizes impostas pelo regime. A situação começou a se agravar no ano de 1961, portanto anterior ao golpe, quando houve uma desobrigação da União e dos estados a investirem um mínimo, alterando um dispositivo previsto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), aprovada no mesmo ano. Em 1969, o governo reforçou essa desobrigação do Estado por meio da Emenda Constitucional nº1¹⁶², que previa em seu artigo 176 que “Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive mediante bolsas de estudos”, abrindo caminho maior para as escolas particulares e isentando-se da obrigatoriedade de financiamento total do ensino. No mesmo artigo, inciso VII fica mantida a liberdade do magistério, com ressalvas ao disposto no artigo 154 que afirma:

O abuso de direito individual ou político, com o propósito de subversão do regime democrático ou de corrupção, importará a suspensão daqueles direitos de dois a dez anos, a qual será declarada pelo Supremo Tribunal Federal, mediante representação do Procurador Geral da República, sem prejuízo da ação cível ou penal que couber, assegurada ao paciente ampla defesa.¹⁶³

Nas escolas a ditadura mudou e acentuou o caráter da disciplina, tornando-a um espaço que previa o culto à pátria e aos valores do regime. A matéria se tornou, portanto,

¹⁶⁰ Ilka de Carvalho Valadão em entrevista concedida a Elena Vieira em 20 de fevereiro de 2018.

¹⁶¹ História dos censos se mistura com a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Por Lucianne Carneiro em 29/05/2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/o-brasil-o-ibge-atraves-dos-censos-19367495> Acesso em 15 de fevereiro de 2018

¹⁶² Presidência da República. Casa civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Emenda constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm Acesso em fevereiro de 2018.

¹⁶³ Presidência da República. Casa civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Emenda constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm Acesso em fevereiro de 2018.

uma forma de exaltar o nacionalismo presente. Aprendia-se a disciplina em tudo, inclusive associando-a ao caráter religioso. Em entrevista, dona Ilka relembra que na escola do quilombo, o padre Luis Caponi se deslocava toda semana para rezar missa na escola aos alunos e à comunidade rural, obrigando a presença dos discentes no curso da 1ª comunhão. Além disso, levava uma companheira da igreja para dar cursos profissionalizantes, como o de corte e costura, por exemplo.

Outra herança importante da ditadura no Brasil é o recorrente uso de livros didáticos que serviam tanto para manter certa uniformidade nos discursos dos professores na sala de aula, aspecto muito importante e citado em emenda constitucional, como, também, com o intuito de guiar os professores ainda em seus processos de formação.

Vinculando o controle sobre os professores, a manutenção da disciplina e a presença da Igreja, surgiram então os livros de Educação Moral e Cívica, os quais empregavam os padrões propostos pelo governo, como nos explicam Bezerra e Luca:

O aporte de recursos públicos garantiu a continuidade do livro didático que, a partir de então, ocupou lugar relevante nas preocupações do Estado brasileiro que, mais uma vez, pretendia ter o controle sobre o que e como se ensinava.¹⁶⁴

Bezerra e Luca explicam que ainda em 1966 foi criada a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), que além de coordenar a produção e edição dos livros didáticos, ainda mantinha controle sobre sua distribuição. Desde o acordo MEC – USAID (*United States Agency for International Development*) foram assegurados recursos governamentais de financiamento. A questão da compra e distribuição de livros didáticos recebeu tratamento específico do poder público em cada período: 1966 com implementação e difusão, 1971 com alargamento do alcance na propaganda do governo e 1976 como controle de ideias e manutenção dos conceitos do sistema. Ainda assim, em todos os períodos podemos acompanhar a falta das liberdades democráticas asseguradas pela censura. Miranda nos explica que:

¹⁶⁴BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tânia Regina de. Em busca da Qualidade PNLD – História – 1996 – 2004. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). *Livros Didáticos de História e Geografia. Avaliação e Pesquisa*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 27 – 53. p. 30.

Cabe destacar que a associação entre os agentes culturais e o Estado autoritário transcendeu a organização do mercado consumidor da produção didática e envolveu relações de caráter político-ideológico, cujas repercussões sobre o conteúdo dos livros didáticos foram marcantes, sobretudo pela perspectiva de civismo presente na grande maioria das obras, bem como pelo estímulo a uma determinada forma de conduta do indivíduo na esfera coletiva. Deste modo, o uso do livro didático tornar-se um instrumento de repressão e contenção do Estado, e sua distribuição passa a ser maciça para atingir estes fins.¹⁶⁵

Sobre esse acordo MEC-USAID, vale ressaltar que os impactos não ficaram apenas nas escolas de ensino básico, mas alcançaram também as universidades brasileiras. Esse sistema implementado desfez a figura do curso com multiplicidade de disciplinas, no qual o estudante detinha uma maior liberdade de escolha, segundo o critério estabelecido pela sua faculdade. Os cursos se tornaram sequenciais trazendo a queda de qualidade do sistema. Foi estabelecido o prazo mínimo para completar o curso, dividindo as matérias entre obrigatórias e optativas.

Desta maneira surge a departamentização, que passou a estruturar as universidades por departamentos e não apenas por cursos.¹⁶⁶ E, como não havia verba para contratação de novos professores, os professores tiveram de se multiplicar e dar vários cursos”.¹⁶⁷ A universidade que hoje nós conhecemos ainda é, em grande parte, a universidade que a ditadura produziu.

Conforme nos explica Dermeval Saviani o curso, ficava definido pelo currículo, entendido na prática como um plano de disciplinas distribuídas, de maneira geral, em três modalidades: obrigatórias, optativas e eletivas. Na teoria, a separação foi justificada da seguinte maneira: “cabe ao curso, por meio de sua coordenação, fixar os objetivos que ele deve atingir”.¹⁶⁸

¹⁶⁵MIRANDA, Sônia Regina; LUCA, Tânia Regina. *O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNL D*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.24, n.48, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n48/a06v24n48.pdf/>>. Acesso em setembro de 2017.

¹⁶⁶Anteriormente cada curso da área de humanas, por exemplo, tinha seu próprio professor de filosofia, a partir da departamentização instituiu-se um departamento de filosofia responsável por servir os diversos cursos.

¹⁶⁷ Reforma educacional da ditadura eliminou exigência de gasto mínimo com educação. Do Jornal da Unicamp. 31/03/2014 Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/entrevistas/reforma-educacional-da-ditadura-eliminou-exigencia-de-gasto-minimo-com-educacao> Acesso em janeiro de 2018.

¹⁶⁸ SAVIANI, Dermeval. *O legado educacional do regime militar*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. P. 303

Em junho de 1968 foi criado o Grupo de Trabalho Projeto Rondon, subordinado ao então Ministério do Interior, desenvolvido pelo Ministério da Defesa, em parceria com governos estaduais, municipais e Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas. Segundo o discurso proferido pelo Ministério da Defesa, o Projeto Rondon atualmente contribui para a formação do jovem universitário como cidadão e para o desenvolvimento sustentável nas comunidades carentes. Em função de sua grande cobertura territorial, o apoio das Forças Armadas é indispensável, proporcionando o suporte logístico e a segurança necessários às operações.¹⁶⁹

Em 1971 o Projeto Rondon chega em Jaguarão para auxiliar as escolas municipais urbanas, conforme o jornal A Folha de 24 de julho do mesmo ano:

Encontram-se em Jaguarão, integrando a turma do Projeto Rondon, os universitários Antonio Carlos Boitan (da Faculdade de Letras PUC e Faculdade de Direito da URGs -Porto Alegre), Marlene Barbosa Coelho (Estudos Sociais, Universidade Católica de Pelotas), Rosa Maria Olivier (Economia, Universidade Federal de Santa Maria), João Luiz Correa Burigo (Engenharia Civil da URGs - Porto Alegre), e Iolanda C. Silveira (Serviço Social PUC - Porto Alegre). A equipe que ora nos visita atuará no setor escolar do perímetro urbano, colhendo dados educacionais, além de divulgar a forma do ensino preconizada pela secretaria de Educação e cultura.¹⁷⁰

Nesta mesma edição do jornal o Projeto reaparece como notícia, mas dessa vez reforçando seu incentivo educacional na zona urbana. Onde afirma que está na cidade para “divulgar a reforma do ensino e efetuar o levantamento de dados dos estabelecimentos escolares”. Sobre a mudança que está sendo instalada na cidade, a nota do Projeto Rondon diz que “a reforma a que se propõe a secretaria de educação e cultura surge da necessidade imperiosa de adequar o ensino as reais necessidades da comunidade”. E segue,

sabe-se que todo o processo da reforma dependerá dos agentes que a irão executar – os professores. Sem a participação consciente do Magistério a reforma estará fadada a ficar apenas no papel. É preciso que o professorado sinta o espírito da reforma. (...) Com base nesta filosofia educacional a equipe atuante na região faz um apelo veemente no sentido de que todos os elementos

¹⁶⁹ Ministério da Defesa. Projeto Rondon. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/programas-sociais/projeto-rondon> Acesso em janeiro de 2018.

¹⁷⁰Biblioteca Pública Municipal. Acervo. Jornal A folha. No. 1139 de 24.07.71.

da comunidade vivam o espírito da reforma, a divulguem, que ouçam os programas radiofônicos e que acompanhem os artigos da imprensa.¹⁷¹

Assim, a imprensa cobriu sistematicamente as movimentações do Projeto Rondon na cidade. Conforme vamos lendo os jornais do período, percebe-se que são recorrentes as notícias deste tipo em Jaguarão. No periódico de 03.02.73, por exemplo, existe uma nota sobre o que seria o “bom comportamento social” e “educação dos filhos” proveniente deste projeto. São muitas as vezes que podemos ler nos jornais sobre como deveríamos educar os filhos dentro da moral e dos bons costumes, todas essas vezes são informações do Projeto Rondon.

Outra nota do jornal, de 27.03.71 trata da aula inaugural do curso de estudos sociais. Ação também do Projeto Rondon, cuja abertura foi proferida pelo cônsul brasileiro no Uruguai em Rio Branco:

Realizou-se na noite de 15 do corrente mês, em Jaguarão, a abertura do segundo ano-letivo do Curso de Estudos Sociais do qual é diretor o Sr. Rubens Gonçalves Marques, comparecendo ao ato os corpos docente e discente deste estabelecimento de ensino superior da Faculdade de Filosofia de Pelotas, que aqui já adquiriu sede própria para funcionamento daquele órgão. A aula inaugural do referido curso foi proferida pelo cônsul brasileiro em Rio Branco, Dr. Antonio Silva Costa, presidente do Instituto Histórico e Geográfico jaguareense desde sua fundação, gentilmente convidado para o fim acima mencionado, que abordou com proficiência, o tema "A história e seus relacionamentos com outras ciências" mantendo os ouvintes atentamente, que muito lhe aplaudiram.¹⁷²

O Regime perseguiu e vitimou alunos e professores da educação básica e superior, jogando na ilegalidade grêmios estudantis e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) desde o primeiro mês de instauração do regime pela Lei nº 4.464, de 6 de abril de 1964, conhecida como Suplicy de Lacerda.

Renata Machado de Assis, professora da Universidade Federal de Goiás (UFG) mostra que apesar da ampliação do contingente de estudantes, a política educacional promovida no período serviu para reforçar as desigualdades educacionais apresentadas

¹⁷¹ Biblioteca Pública Municipal. Acervo. Jornal A folha. No. 1139 de 24.07.71.

¹⁷² Biblioteca Pública Municipal. Acervo. Jornal A folha. No. 1123 de 27.03.71

até os dias de hoje, permanecendo, assim, um dos grandes desafios a serem superados na educação brasileira.¹⁷³

Durante os anos da ditadura a educação brasileira foi uma das vítimas do autoritarismo que se instalou no país. Reformas foram efetuadas em todos os níveis de ensino, impostas de cima para baixo, sem a participação dos maiores interessados¹⁷⁴. Os resultados são os que vemos em quase todas as nossas escolas: elevados índices de repetência e evasão escolar, escolas com deficiência de recursos materiais e humanos, professores pessimamente remunerados e sem motivação para trabalhar, elevadas taxas de analfabetismo revelando a má distribuição financeira no país.

Em Jaguarão as discussões que cercam essa temática aconteceram pela primeira vez em abril de 2014. Foi desenvolvido um evento de “descomemorização” do golpe de 64, intitulado “Tudo está gravado na memória: os 50 anos do Golpe militar no Brasil”, com palestras e rodas de conversa sobre esta temática. Naquela ocasião foram discutidos diversos temas, sendo um deles o nome dado em homenagem aquele que foi um dos ditadores deste momento brasileiro. Principalmente nas redes sociais, essas discussões aqueceram a comunidade escolar, quando locais chegaram a sugerir uma nova alcunha para escola, algo que fosse significativo para aquela comunidade.

No entanto, apesar dessa sugestão, mas ainda assim tal ideia foi severamente repreendida, sob a alegação de que o nome da escola homenageava presidente do país, o que revelava a falta de informação acerca dessa personalidade. Naquela ocasião muitas propostas de informação para a comunidade escolar foram feitas, todavia nenhuma delas foi colocada em ação. Nos dias que se seguiram apareceram pichações na lateral da escola com frases como “Castelo Branco ditador”, “Carlos Lacerda vive” e assim a comunidade escolar lançou um comunicado através da página de um programa de rádio:

Nota de repudio: A direção, professores, alunos e funcionários ficaram revoltados com o ato de vandalismo realizado contra nossa instituição escolar. Na semana em que nossa escola completa 42 anos de um funcionamento em benefício a educação de nossa cidade, durante esta madrugada foi pichada com frases agressivas que chocaram toda a

¹⁷³ ASSIS, Renata Machado d.e *A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos*. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 320-339, jul./dez. 2012

¹⁷⁴ PILETTI, Nelson & Claudino. *História da educação*. Ed. Ática 1997.

comunidade. Professores, pais, e funcionários vem a público registrar sua indignação pelo fato ocorrido.

A partir de então a comunidade jaguarense dividiu-se entre os que queriam uma mudança no nome da escola e os que ficaram revoltados com o acontecido, culpando principalmente alunos da UNIPAMPA. Independente de tal movimentação e das discussões o nome da escola permaneceu homenageando aquele personagem.

A ditadura militar no Brasil foi um período marcado por mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais, e principalmente, por lutas e repressão. No cerne deste processo, a educação precisou se ajustar às precárias condições de financiamento, espaço físico, recursos materiais, entre outros aspectos. E ainda, passou por duas reformas significativas, e que marcaram a história da educação no país.

2.4. CENSURA E REPRESSÃO EM JAGUARÃO

Acompanhamos até aqui a formação de Jaguarão, percebendo como a cidade se constituiu a partir da militarização. De certa forma, tal característica permanece até hoje, principalmente em se tratando do Exército, como, também, se levarmos em conta a forte presença da Brigada Militar no município. Com isso é necessário escrever sobre as questões ligadas a censura e a repressão em Jaguarão, levando em consideração a fronteira, como ponto importante de análise.

Uma espécie de unidade nacional impositiva e excludente foi intuito desde o início do projeto militar. Assim, o AI-5 foi parte de um processo iniciado muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968¹⁷⁵. Trata-se de reafirmar a importância, como projeto, do que se pode chamar de “utopia autoritária”¹⁷⁶, ou seja, “a crença de que seria

¹⁷⁵ Diferentemente da tese que sustenta a metáfora do “golpe dentro do golpe” segundo a qual o AI-5 iniciou uma fase completamente distinta da anterior.

¹⁷⁶A expressão foi proposta por Maria Celina D’Araujo, Celso Castro e Gláucio Ary Dillon Soares. Ver D’ARAÚJO, M. C. et al. (Org.) *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.9.

possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, “subversão”, “corrupção”) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da “democracia ocidental e cristã”¹⁷⁷.

Alguns dos militares remanescentes do golpe estavam identificados com a “utopia autoritária”, ainda assim era necessário que todos eles estivessem certos de que o projeto do governo era importante para todo o país, para que esse projeto tivesse força e amplitude era necessária a unidade nacional. Implementar um sistema de informação que pudesse “integrar” era muito importante tendo em vista que “o Estado era entendido como o centro irradiador de todas as atividades fundamentais em termos políticos”¹⁷⁸.

Assim, algum grau de violência foi admitido por praticamente todos envolvidos no sistema repressivo e o sistema de informações teve uma função muito importante “na propagação da defesa da necessidade da repressão *stricto sensu*, mas também da censura, do combate à corrupção, da utilização dos meios de comunicação para a propaganda”¹⁷⁹. Mas não só os militares precisavam ser convencidos de tudo isso, a população também. Como o povo poderia apoiar um governo com o qual não se identificava? Dessa forma, a censura é inserida nesse contexto, com a finalidade de promover uma boa propaganda do governo e, por outro lado, diminuir (para não dizer eliminar) a campanha contra ela.

Então o governo, através da censura, passou a promover a ideia de um país em total crescimento político, social e econômico, com o intuito de criar uma memória positiva daquele período.

Houve um esforço no sentido de mobilizar a sociedade em torno de um projeto nacional de desenvolvimento capitalista, procurando dar legitimidade ao regime em nome da racionalidade da administração e da eficácia da economia. Difundi-se uma visão otimista e ufanista do país e espalhou-se a crença que o Brasil, em um curto espaço de tempo, poderia integrar-se na categoria das nações desenvolvidas.¹⁸⁰ A promessa era de que o modelo econômico, então adotado, levaria o país a se tornar uma grande potência

¹⁷⁷FICO, 2004, p.48.

¹⁷⁸ABREU, Alzira Alves de. *A mídia brasileira na transição democrática*. XXVIII Encontro anual da ANPOCS st 09 democracia, comunicação, política e eleições. (Org) AZEVEDO, Fernando; CHAIA, Vera. Caxambu: CPDOC/FGV, 2004.

P. 2

¹⁷⁹ FICO, 2004, p. 39.

¹⁸⁰FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo*. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. RJ. Ed. FGV, 1997.

mundial. Para o governo instaurado com o golpe, o povo precisava acreditar fortemente nisso.

As campanhas publicitárias se destacavam por terem um cunho educativo ou cívico. Os militares utilizaram largamente o “poder das imagens”, em especial a televisão, para difundir suas propostas do “Brasil Potência”.¹⁸¹ A censura desempenhou papel fundamental na implantação e na consolidação da ditadura, silenciando uns e servindo a outros, de maneira direta ou indireta. A censura política da imprensa foi apenas mais um instrumento repressivo. Ela foi implantada porque era indispensável à “utopia autoritária”.

A afirmação sobre a inconstitucionalidade da censura da imprensa peca por não se dar conta da globalidade das ações repressivas, isto é, do já mencionado caráter de projeto que presidiu a institucionalização dos “sistemas” de segurança interna, de espionagem e de “combate à corrupção”.¹⁸²

Neste período de forte repressão à oposição política no Brasil, o General Emílio Médici, exercendo a presidência da República (1969-1973), comentou:

Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Em outros países, greve, atentados, conflitos. No Brasil, não. O Brasil marcha em paz rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranqüilizante, após um dia de trabalho.¹⁸³

A censura a imprensa como vimos era feita não apenas em jornais impressos como em programas de rádio. Para o caso jaguareense, sabendo que não temos acesso aos noticiários da Rádio Jaguarão, já que não existem acervos deste topo na cidade, rádios, utilizaremos a mídia impressa. Além da censura à imprensa, que não podemos tornar como absoluta para o caso jaguareense, uma vez que não temos suporte de fontes para isso, acreditamos que exista a possibilidade de pelo menos circulado na cidade a autocensura. A autocensura, como vimos na introdução deste trabalho, era um dos meios

¹⁸¹ ABREU, 2004. P. 4

¹⁸²FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 258-259.

¹⁸³Apud Betti 1999, p. 203.

usados pela Polícia Federal como forma de combater a realização de algumas investigações. Em geral, isso era disposto através de “recados” recebidos na redação do jornal, que já ficava ciente da necessidade de cumprir com as obrigações da PF. Pensando no caso de Jaguarão, a imprensa impressa estava toda fixada no único jornal da cidade “A Folha”. Seu proprietário e diretor era Anysio S. Resen, a gerência do jornal ficava a cargo de Sylvia O. Garcia e o redator fixo era Jader C. Gonçalves. Certos de que o jornal “A Folha” nos serve como alicerce para conhecer os assuntos que circulavam na cidade, em nossa análise estaremos mais fixados no sentido de veiculação de notícias políticas ligadas ou não à fronteira.

No entanto é necessário dizer que apesar da censura ter sido imposta, ela também foi acatada e seguida por muitos meios que viram na nela uma forma de crescimento. Sobre esse tema, Beatriz Kushnir demonstra como a grande imprensa participou ativamente da sua implantação, e como, embora alguns jornalistas tenham sido censurados e mortos, outros fizeram o seu império sob a ditadura¹⁸⁴. A própria concepção de *manipulação*¹⁸⁵ baseia-se numa visão simplificadora da realidade, que destitui o outro de sua capacidade de fazer opções a partir de valores diferentes daquele que o julga.¹⁸⁶

Sobre isso vale ressaltar que o impacto político dos conteúdos que os meios de comunicação difundem não pode ser ignorado. A mídia muitas vezes é capaz de moldar valores e visões de mundo, não que os leitores, ouvintes ou telespectadores recebam e absorvam passivamente o que lhes foi despejado, mas o consumidor ou receptor da informação “seleciona, interpreta e enquadra o material recebido, de acordo com os códigos que possui. No entanto [...] por mais que ele reelabore as informações, a matéria-prima com a qual precisa trabalhar é dada pelos meios”.¹⁸⁷

A análise do discurso jornalístico se faz importante e necessária já que este, enquanto prática social [...] capta, transforma e divulga acontecimentos,

¹⁸⁴KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda*. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo, Boitempo, 2004.

¹⁸⁵ Grifos da autora.

¹⁸⁶ROLLEMBERG, Denise. *A ditadura civil-militar em tempo de radicalizações e barbárie. 1968-1974*. Francisco Carlos Palomanes Martinho (org.). Democracia e ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

¹⁸⁷ MIGUEL, 2014. P. 45

opiniões e idéias da atualidade [...] legítima, enquanto memória, a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro.¹⁸⁸

Silva nos explica que é preciso pensar no papel da imprensa como constituidora de memórias sobre o nosso passado ditatorial, ou, ainda, “como veículo de formação cultural e moral do povo”¹⁸⁹ Os trabalhos de Mariani (2003), Kushnir (2004) e Miguel (2014), nos mostram a importância da produção da imprensa na construção da memória, e concordam que através do recorte feito para as publicações, a mídia manipula e molda a opinião pública, criando assim uma memória ou desmemória, evidenciando ou fazendo esquecer determinados fatos ou períodos.

Em Jaguarão não há um acervo de documentos de nenhum momento da história local em especial. Apesar da cidade possuir um Instituto Histórico e Geográfico - IHGJ, não existe uma organização documental, pelo menos não de maneira satisfatória para o uso ou pesquisa acadêmica. Ainda assim, neste local é possível ter acesso aos jornais. Outros são encontrados na Biblioteca Pública Municipal.

¹⁸⁸MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. “*Os primórdios da imprensa no Brasil (Ou: de como o discurso jornalístico constrói memória)*”. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 3ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2003, p. 33.

¹⁸⁹ Idem. P 45

Neste momento gostaria de registrar minha primeira visita ao IHGJ, naquela ocasião fui recebida pela dona Izolda, que há anos trabalha ali, cuidando do acervo e guiando visitas eventuais. Já na entrada, dona Izolda perguntou o motivo da minha visita ao espaço. Assim que lhe informei a razão, ou seja, que “buscava jornais ou documentos do período da ditadura militar em Jaguarão”, ela me afirmou veemente: “em Jaguarão não teve ditadura guria”. E, logo em seguida, acompanhou-me até a porta de saída. Não satisfeita com o resultado, retornei em outro momento e solicitei jornais de 1992, explicando que era o ano do meu nascimento e por isso tinha interesse em saber sobre a cidade. Conversando com ela enquanto folheava os jornais, pedi os de 1964, o ano de nascimento de minha mãe. Assim tive acesso aos periódicos de 64-73. Os de 1973 até 1984 estão dispostos na Biblioteca Pública Municipal, sem nenhum cuidado de conservação.

De volta às questões ligadas à censura no município, podemos perceber a cartilha dos órgãos responsáveis pela Censura de Divertimentos Públicos. Como veremos em uma notícia do jornal A Folha de 12/02/1972, em nota da Superintendência dos Serviços Policiais, da 7ª Região de Polícia, onde a portaria apontava as normas postas em prática durante o carnaval, são elas:

- 1: -nenhum baile público poderá ser realizado sem prévia da delegacia de polícia local
- 2: -nenhum bloco ou conjunto carnavalesco poderá transitar pelos passeios das ruas, nem entrar em bares e casas comerciais
- 3: -não será permitido o uso de fantasias atentatórias a moral, nas vias públicas, corsos, etc. quem se apresentar com tais fantasias, será detido e recolhido a delegacia.
- 4: - não é permitido o trânsito pelas ruas de grupos carnavalescos de que façam parte indivíduos maltrapilhas, empunhando latas, pedaços de madeira e outros objetos. Tais grupos serão dissolvidos e recolhidos a delegacia de polícia
- 5: - não será permitido o uso de fantasias constantes de uniformes distintivos, emblemas usados pelas forças armadas
- 6: -não será permitido o uso de fantasias, uniformes pertencentes a qualquer outra classe, para estabelecer confusão com aqueles que tenham que andar uniformizados no exercício da respectiva função.
- 7: - durante o dia de carnaval fica expressamente proibida a venda de bebidas alcóolicas em bares, hotéis, restaurantes, cafés, botequins e mercadinhos exceto a venda de vinho, cerveja, whisky e champanhe
- 8; - o uso de máscara em via pública, será permitido nos dias de carnaval, ficando porém, os portadores sujeitos a qualquer momento a fiscalização policial
- 9: - será detido e recolhido a delegacia de polícia, todo aquele que fizer uso de lança-perfume ou qualquer entorpecente, ingerindo-o ou aspirando-o.

10: - e expressamente proibida o uso de qualquer arma ofensiva nos locais onde os festejos carnavalescos, mesmo os portadores de Porte de arma, fornecidos pela polícia.

11: - todo o indivíduo que durante os festejos carnavalescos, não portar documento que o identifique, será detido para averiguações e identificação.

Bel. Siney Farias Gallo -Del. Polícia¹⁹⁰

Com tudo isso, podemos perceber o conjunto de normas que regiam a censura de diversões públicas naquele ano. Atentos para o primeiro ponto, podemos perceber que já eram previamente feitas listas com os locais de festas carnavalescas, já que não eram permitidas as comemorações sem o precedente da delegacia de polícia. A regra 1 e 2 atentam em antera ordem da população, as regras 4 e 10 tratam do porte de prováveis armas, que poderiam trazer reclusão ao sujeito portador.

Ainda assim, tanto o ponto 4 quanto o ponto 3 tratam da “moral e dos bons costumes” que, como nos mostra Fico, desenrolava-se no período uma narrativa que versava sobre a “crise moral”, que segundo os militares era fomentada pelo “movimento comunista internacional” com o propósito de abalar os fundamentos da família, desencaminhar os jovens e disseminar maus hábitos, caminho certo para a subversão.¹⁹¹

Outros pontos que nos chamam a atenção são o 5, 6 e 11, que possuem em comum a preocupação com a identificação do sujeito. Ou porque ele não estaria portando seus documentos, de maneira que poderia ser confundido com alguém ligado ao sistema repressivo, que na ocasião estaria em serviço.

Seguindo as normas, no mês seguinte o jornal aponta a instalação de um Posto de identificação, que segundo a notícia é necessário para a cidade de fronteira, a nota foi apresentada pelo então presidente da Câmara, Aldo Rosa cujo radiograma recebido do Tem. Cel. Ibah, assessor da Secretaria de Segurança, continha o seguinte comunicado: “Informo apesar Carencia Pessoal especializada, foram determinadas providencias urgentes funcionamento posto identificação, embora de inicio se faça precariamente”¹⁹²

O tema das diversões públicas volta a aparecer o jornal, quando em janeiro de 73 o chefe do posto de polícia de Jaguarão, Ary Alves de Souza Lima, divulga um

¹⁹⁰ Biblioteca Pública Municipal. Acervo. Jornal A folha. No. 1143 de 12/02/1972

¹⁹¹ FICO, 2002.p. 260.

¹⁹² Biblioteca Pública Municipal. Acervo. Jornal A folha. No. 1144 de 04/03/1972. É característica de textos provenientes de radiograma a falta de palavras de união entre frases

comunicado aos proprietários de casas de diversões públicas (boates, bares com programação música, clubes em geral), a componentes de conjuntos musicais, diretores de escolas de samba e blocos carnavalescos, que a partir do dia 27 de janeiro os citados teriam cinco dias para apresentarem-se no posto policial. Para isso, deveriam levar consigo documentos de identificação e foto 3x4, e também a carteira da Ordem dos Músicos. Segundo o comunicado era necessário requerer o registro no Setor de Censura de Diversões Públicas.¹⁹³

A cidade de Jaguarão passava rotineiramente por inspeções para manter o controle da segurança local. Em 1971 o delegado regional, Luís Magaldi Cardoso, inspecionou o departamento de polícia local e prestou suas homenagens ao trabalho do delegado local bel. Sidney Gallo. Em 1972 o Gal. Borges Fortes, comandante do III Exército, inspecionou o 33º BI. Acompanhado dos generais Francisco Esteliano Bastos de Aguilar, comandante da 3ª Região Militar, e Antonio Hamiltom Mourão, comandante da 6ª divisão do exército. Em 1973 o contra-almirante Antonio Leopoldo Amaral Saboia, comandante do 5º distrito naval fixado em Florianópolis – SC, esteve na cidade acompanhado de oficiais do Estado Maior do 5º distrito naval, comandante da Capitania dos Portos de Pelotas e Rio Grande, na ocasião foi feita a inspeção da Agência da Capitania dos Portos de Jaguarão.

Com esses exemplos podemos perceber que a cidade passou por inspeções rotineiras com o intuito de manter o controle local, sabendo da importância que as áreas de fronteira possuíam para o regime militar naquele momento. A fronteira tornava-se cada vez mais sensível, a relação com o país vizinho estava cada vez mais próxima e os meios de resistência eram uma preocupação sistematicamente mais acentuada.

Desde o golpe efetuado em 1964 o Brasil vivia a circulação de exilados, os quais em sua primeira geração buscavam principalmente o Uruguai como destino, sobretudo sindicalistas, políticos ligados ao trabalhismo, dirigentes comunistas e autoridades do governo deposto.

Depois de dezembro de 68 o exílio foi intensificado e englobando vários destinos como Argentina, Chile e Uruguai. Ainda que esse último tenha entrado na lista

¹⁹³Biblioteca Pública Municipal. Acervo. Jornal A folha. No. 1176 de 27/01/1973

dos países que apresentava governos ditatoriais no ano de 1973, a repressão e combate ao comunismo já estava instalado desde 1967, com as chamadas *medidas de seguridad*. Segundo Selva Chirico, nesse período o Estado uruguaio já havia se constituído em uma ditadura constitucional.¹⁹⁴

Nesse contexto a esquerda uruguaia se ampliou, sendo sua principal organização armada o *Movimiento de Libertación Nacional-Tupamaros*. Segundo Nahum, desde 1962 vários grupos de ação direta estavam vinculados ou derivados de organizações legais, cuja colaboração fundaram por volta de 1965, o MLN.¹⁹⁵ Essa organização se tornou pública em dezembro de 1966 e, aos poucos, seus quadros tornaram-se clandestinos.¹⁹⁶

O protagonismo do movimento foi mais intenso entre 1968 e 1969, com suas ações chamadas de “etapa Robin Hood”. Desde sua primeira fase o MLN centrou a ação nas denúncias de corrupção política, como nos mostra Padrós:

Realizando ações que ridicularizavam as forças policiais pela sua ineficiência, os tupamaros efetuavam expropriações de bancos, financeiras e casas de penhora, ações de apropriação de documentos comprometedores sobre sonegação fiscal ou ganhos ilegais de grupos econômicos e expropriações massivas de alimentos que eram repartidos nas comunidades mais carentes, etc.¹⁹⁷

Tendo suas bases na luta armada desde seu primeiro documento quando afirmavam que essa era a “única vía para la liberación nacional”, a “principal forma de lucha de nuestro pueblo y a ella deberán supeditarse las demás” e o “mejor instrumento para crear condiciones revolucionarias”.¹⁹⁸

A luta armada era um motivo de perseguição desde o início, era a “subversão” do grupo. Na fronteira Jaguarão - Rio Branco os *tupamaros* aparecem justamente pelo seu caráter de expropriação, conforme jornal A folha do dia 01/07/72

¹⁹⁴LÓPEZ CHIRICO, Selva. *Estado y fuerzas armadas em El Uruguai Del siglo XX*. Montevideo: Ediciones de La banda oriental S.R.L., 1985. P.146

¹⁹⁵ NAHUM, Benjamín; FREGA, Ana; MARONNA, Mónica; TROCHÓN, Yvette. *El fin del Uruguay liberal 1959-1973*. Historia Uruguay. Tomo 8. Montevideo: Banda Oriental, 1994. p. 67

¹⁹⁶ PADRÓS, 2005, P. 291.

¹⁹⁷ PADRÓS, 2005. P. 291

¹⁹⁸ MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL-TUPAMARO. Documento n° 1 (IV- Conclusiones generales). Junio de 1967.

Numa exitosa operação policial, 17 “tupamaros” foram detidos sábado último na vizinha cidade uruguaia de Rio Branco quando tentavam realizar uma operação subversiva.

Conforme informações de fontes credenciadas, os subversivos uruguaioi planejavam executar ações terroristas na vizinha cidade fronteiriça com a utilização de explosivos, além de assalto a agência local do Banco Republica.

Vários dos subversivos presos encontravam-se há dias no balneário Lagoa Mirim, enquanto que os restantes foram detidos ao tentarem penetrar na cidade de Rio Branco tripulando um automóvel roubado de Montevideú.

A pronta ação policial das autoridades de Rio Branco desarticulou o esquema terrorista com a prisão de todos do grupo.¹⁹⁹

A presença dos tupamaros em Rio Branco aponta a necessidade da sensibilidade dessa fronteira e, também justifica as variadas inspeções que a cidade fronteiriça brasileira sofria. Essa é a única vez que vimos notícias relacionadas a este grupo de esquerda no jornal.

Passando para o lado brasileiro da fronteira tivemos acesso a estudos que trataram do uso da antiga enfermaria militar como prisão desde o período que antecedeu o golpe. Conforme as pesquisas de Alzemiro Gonçalves Da Rosa, em sua monografia que aborda as mudanças no Cerro da Pólvora, bairro jaguareense, entre as décadas de 60 e 70, a enfermaria militar passou por modificações em seu uso, até o momento em que o prédio deixou de ser utilizado. Segundo Da Rosa o prédio começou a ser desativado no início da década de 1970, mas por volta de 1963 a Enfermaria Militar teve a retomada de sua utilização. Em seu trabalho, Da Rosa explorou as falas da comunidade do Cerro da Pólvora e, entre elas, deparou-se com o depoimento do Sr. José Moacir Nunes, que afirma:

Olha, a gente na época era menino, mas sempre se tem uma lembrança, lembro que em 1963 houve um grande movimento, uma grande movimentação em Jaguarão (helicóptero) e várias prisões de oficiais e sargentos do exército [que] provavelmente eram contra movimento político das Forças Armadas, onde suas armas foram expostas na livraria, a Miscelânea, localizada na Avenida 27 de Janeiro, hoje em frente do Banrisul, onde esta a farmácia Panvel. [...] a enfermaria depois passou a ser um presídio de militares, que cumpriam pena disciplinar, então a gente acompanhava tudo, quando descíamos o Cerro e

¹⁹⁹ Biblioteca Pública Municipal. Acervo. Jornal A folha. No. 1149 de 27/01/1973

passávamos pela enfermaria e víamos aquele movimento e também presenciávamos as transferências do pessoal que estava na enfermaria. Depois o local passou a ser uma escola onde funcionou por vários anos [...] e aquele pessoal que estava preso depois da revolução não voltou para a enfermaria, nem a enfermaria reativou suas atividades, nem como presídio. [...] Mas conheci amigos do Cerro que ali estudaram.²⁰⁰

A fala do senhor Nunes demonstra as primeiras movimentações militares dentro da cidade de Jaguarão, num período que antecedia o Golpe. Nela podemos perceber a exposição de armas do Exército na Livraria A Miscelânea, a principal da cidade no período. Essa demonstração aponta a necessidade de reafirmação de poderio em Jaguarão, indicando que de alguma maneira existiu resistência efetiva em Jaguarão.

Em outro depoimento utilizado por Da Rosa, compreendemos outro uso da Enfermaria. Desta vez, segundo a Sra. Maria Gonçalves Medeiros Garcia, ali também ~~foi~~ teria sido uma prisão:

[...] lembro que existia uma tabela no porão que dizia onde ficava os presos políticos na época da ditadura em 60 [...] Na enfermaria, lá na frente tinha um porão que dava pro pátio. Eu lembro quando era pequena, que meu vizinho, Sr. Velasque, havia sido preso lá, mesmo não sendo militar. Ficávamos conversando com ele pelo arco do porão, pois os presos ficavam olhando para a rua [...].²⁰¹

A fala da senhora Maria Garcia nos mostra pelo menos duas faces, a primeira é que a senhora Garcia tinha consciência da prisão política no espaço, e a segunda de que não só os militares eram detidos no espaço, visto que seu antigo vizinho esteve detido ali também. Dos questionamentos que surgem disto o primeiro é porque não tivemos acesso a este tipo de fala em nenhuma de nossas pesquisas, nem em atas e nem no periódico local. Uma outra questão, porque o jornal não noticiava este tipo de informação. Obviamente retomamos nossas hipóteses anteriores da censura e autocensura, mas

²⁰⁰ Depoimento de José Moacir Nunes em 2014. In. DA ROSA, Alzemiro Gonçalves. A Voz Popular: O Cerro Da Pólvora nas décadas de 1960-1970 em Jaguarão-RS. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História em Licenciatura da Universidade Federal do Pampa. Jaguarão, 2015 P.30

²⁰¹ Depoimento de Maria Gonçalves Medeiros Garcia em 2014. In. DA ROSA, 2015. P. 31

também pudemos rever a importância do uso da oralidade nesses casos de raras ou rasas fontes.

Pudemos perceber claramente a presença da censura dentro da cidade, assim como indícios da repressão, demonstrados pelas falas dos depoentes que acompanhamos acima. Essas pessoas ajudam a remontar o quadro político repressivo daquele período em Jaguarão, concordando, portanto, com notícias conferidas no jornal impresso local, que já apontavam para o mesmo caminho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os regimes de segurança nacional estiveram presentes na história recente de vários países do cone sul americano entre as décadas de 60 e 80. Além da repressão e da censura, a perseguição política foi fator bastante recorrente em todos esses casos. Dessa maneira os governos repressores acreditavam, ou faziam acreditar, em uma onda comunista dissipada desde a Guerra Fria e com caráter socialista desenvolvido nas Américas, sobretudo após Revolução Cubana de 1959. Todo esse conjunto, criava para os golpistas um fator de risco que chamavam de “subversão”.

Para o caso brasileiro não só o tamanho do território nacional, como também as fronteiras se constituíram em uma preocupação para o sistema repressivo, tornando-se elemento chave para a Segurança Nacional. Com esse contexto, o presente trabalho buscou traçar a relação entre essas práticas no Rio Grande do Sul, analisando esse estado como um corredor de saída do país. Para isso, a cidade de Jaguarão foi utilizada como foco principal para essa compreensão.

Analisando Jaguarão, esse estudo chegou a apontamentos relevantes no que diz respeito a fronteira com o Uruguai, observando o quanto a repressão e a preocupação com a “subversão” estiveram presentes nesta fronteira.

Com isso é possível entender que a formação política jaguareense influenciou diretamente nas relações de segurança nacional que foram traçadas a partir desse espaço. E, acompanhando essa discussão, é plausível assegurar que Jaguarão foi palco aberto das práticas de coerção da Operação Condor. De maneira que todas essas relações culminaram em mudanças educacionais significativas no município, que, por outro prisma, também influenciaram nos processos repressivos, como a censura, por exemplo.

Neste mesmo segmento, o da censura, apesar da falta de amplo acesso à variadas formas da imprensa local, é possível concluir, através da análise do jornal impresso, que a veiculação, ou a ainda a omissão, de terminados fatos e notícias no “A Folha” foram cruciais para a formação da memória da cidade sobre o período militar.

Nesse sentido é irrefutável a afirmação de que a presença expressiva das técnicas da Operação Condor, combinadas com os ideais de Fronteiras Ideológicas, tornaram a cidade de Jaguarão um exemplo do que foi a repressão em localidades semelhantes às deste município. Assim como, é aceitável afirmar que o quadro político influenciou todo o processo de mudanças na cidade, sejam elas educacionais ou culturais.

É importante ressaltar, então, a clareza na percepção de que todos esses fatores combinados resultaram nas memórias locais. De um lado porque moldaram o modo de recordar, através de notícias prósperas no que se refere ao regime. E, por outro lado, porque demonstraram a relevância da repressão na fronteira, e asseguraram que o silêncio se mantivesse presente, mesmo após mais de 50 anos do golpe.

Com o levantamento das fontes disponíveis para acesso, foi possível compreender que a falta de acervos específicos, e grupos de pesquisa locais, tornam os estudos ainda mais difíceis. Documentos referentes a Jaguarão não foram encontrados em outras localidades de pesquisa. Na soma de todas as fontes, a história oral torna-se a melhor saída para preencher as várias lacunas e necessidades de confrontação de documentos e discursos que aparecem ao longo do caminho.

Na busca por pessoas as quais pudessem sanar tais necessidades sobre o tema, e que aceitassem dar o seu depoimento, foram encontrados vários silenciamentos e negativas. Apesar dessa dificuldade exposta, claramente se percebe que, nessa pequena comunidade, é bastante corriqueiro que as pessoas possuam alguma informação ou indicação de locais referentes a determinados temas da cidade. O ponto principal, então, foi fazer esses possíveis depoentes conversarem, contarem as suas histórias, memórias e a suas relações com o período militar. Confrontando o número de pessoas que aceitaram em prestar seus depoimentos, com aquelas que foram contrários a tal cometimento, conclui-se que as pessoas pertencentes à geração de cidadãos jaguarenses que vivenciou o período militar, em boa parte não quer ou ainda não se sente confortável para falar sobre o assunto.

Sobre os silêncios, um dos potenciais depoentes afirmou: “nossa família não trata este tema, não somos orgulhosos do período e queremos que fique no passado”. Por

conta de tais reações, cada vez mais ficou clara a necessidade de investigar sobre o tema, pois certamente havia uma história jaguareense para juntar, analisar, escrever e contar. É notória a impossibilidade de se fazer um levantamento próximo do total dos indivíduos envolvidos social ou politicamente, mas Jaguarão apresentava-se como um caso especial.

Em todo esse contexto as fontes da prefeitura municipal, como balanços econômicos dos governos da cidade, ficam resguardados em um arquivo no subsolo do prédio da sede. O arquivo já não possui documentos do período da ditadura, pois foram incinerados por conta de um incêndio, considerado acidental, que acometeu o lugar no final dos anos 80. Praticamente foram incinerados apenas os do período de 1960-1990. Lembrando que não foram raros os incêndios, duvidosamente declarados como acidentais, que acometeram os arquivos que salvaguardavam documentos daquele período. Jaguarão, com isso, insere-se nesse dilema.

A escrita deste trabalho traz à tona algumas informações importantes para a história de Jaguarão, bem como para remontar o quadro estadual dos anos da ditadura. Ainda assim, formam-se outras questões pra futuros trabalhos, como: quem eram os presos políticos que passaram pelo subsolo da Enfermaria Militar? Quais famílias locais auxiliavam na passagem por esta fronteira? Ainda existem remanescentes do aparato repressivo vivendo aqui? Sob quais formas se davam a coação da repressão sobre os jornalistas do periódico?

Nesse sentido, está a importância da continuidade das pesquisas, pois todas elas quando concluídas abrem espaço para novos questionamentos e apontam outras possibilidades de perspectiva sobre o tema ou a localidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. *A mídia brasileira na transição democrática*. XXVIII Encontro anual da ANPOCS st 09 democracia, comunicação, política e eleições. (Org) AZEVEDO, Fernando; CHAIA, Vera. Caxambu: CPDOC/FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. *Histórias dentro da História*. In: PINSKY, 2005, PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

AMADO, Janaína. *O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral*. História, São Paulo, 1995.

AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978)*. Bauru: Edusc, 1999. p. 207. Apud. FICO, 2002.

ASSIS, Renata Machado d.e *A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos*. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 320-339, jul./dez. 2012

ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. *A fronteira gaúcha como espaço crítico de defesa da segurança nacional: repressão e resistência nas cidades geminadas de Santana do Livramento-Rivera (1964-1968)*. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História, apresentado ao curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2011.

_____. *A Fronteira Geminada de Santana do Livramento-Rivera como Marco das Conexões Políticas Regionais e Internacionais: repressão e resistência em Áreas de Interesse da Segurança Nacional (1964-1973)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

_____. *A noção de fronteiras ideológicas e a dimensão internacional da ditadura civil-militar brasileira*. In. Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. GALLO, Carlos A.; RUBERT, Silvania. [org.] Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

BAUER, Caroline Silveira. As ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul e o conceito de “fronteiras ideológicas”. In: GUAZZELLI; THOMPSON FLORES; AVILA. (Org.). *Fronteiras Americanas: teoria e práticas de pesquisa*. Porto Alegre: Letra e Vida/Suliani, 2009.

_____. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3^o andar: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento De Ordem Política E Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História)-PPGH, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tânia Regina de. Em busca da Qualidade PNLD – História – 1996 – 2004. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). *Livros Didáticos de História e Geografia. Avaliação e Pesquisa*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 27 – 53.

BRASIL. Conexões internacionais: a aliança repressiva no cone sul e a operação condor. In. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. Vol. I.*

CARDOSO, Lucileide Costa. *Construindo a memória do regime de 64*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v. 14, n. 27, p. 179-203, 1994.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVANNA, Federico Alvez. *História recente, memória e educação: o caso uruguaio*. Cadernos do CEOM - Ano 21, n. 28 - Memória, História e Educação. P 33-52.

COMPARATO, Bruno Konder. *Memória e silêncio: a espoliação das lembranças*. Lua Nova, São Paulo, 92: 145-176, 2014.

DA ROSA, Alzemiro Gonçalves. *A Voz Popular: O Cerro Da Pólvora nas décadas de 1960-1970 em Jaguarão-RS*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História em Licenciatura da Universidade Federal do Pampa. Jaguarão, 2015

DREIFUS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FERNANDES, Ananda. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História)-PPGH, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

————— *A atuação da ditadura brasileira no Uruguai pré-golpe (1964-1973) e o papel do estado do Rio Grande do Sul*. In. Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. GALLO, Carlos A.; RUBERT, Silvania. [org.] Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

FERNANDES, Luan Aiuá Vasconcelos *A repressão contra os professores nas universidades latino-americanas durante a ditadura: os casos da UFMG (1964-1969) e*

da UTE (1973-1981). Cuadernos Chilenos De Historia De La Educación N° 4, Dossier: Educación y dictaduras en el Cono Sur. Santiago de Chile, junio 2015, ISSN 0719-3483.

FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. RJ. Ed. FGV. 1997

_____*Prezada Censura”: cartas ao regime militar. Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002

_____*“Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.”* Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n° 47, 2004.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério dosilêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.

FRANCO, Sérgio da Costa. *“Origens de Jaguarão”*. 2ed. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2007.

GASPAROTTO, Alessandra. *“O terror renegado”: uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à Ditadura Civil-Militar no Brasil (1970-1975)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

HOBSBAWM, Eric. O presente como história. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KRALICH, Susana; BENEDETTI, Alejandro; SALIZZI, Esteban. Aglomeraciones transfronterizas y movilidad. Una aproximación desde casos sudamericanos Boletim Gaúcho de Geografia BGG, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Porto Alegre, vol.38, maio 2012.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda*. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo, Boitempo, 2004.

LAMEIRA, Rafael Fantinel. “*O governo Meneghetti e o golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul*”. Anpuh-RS, 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

LÓPEZ CHIRICO, Selva. *Estado y fuerzas armadas em El Uruguai Del siglo XX*. Montevideo: Ediciones de La banda oriental S.R.L., 1985.

MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques; DAMIANI, Anelisa; SCHÄFFER, Neiva Otero; BLAUTH, Nely; DUTRA, Viviane Saad (Org.). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 1998.

_____ Cidades na fronteira internacional: conceitos e tipologia. In: NÚÑEZ, Ángel; PADOIN, Maria Medianeira; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). *Dilemas e diálogos platinos: fronteiras*. Dourados: Ed. UFGD, 2010.

MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)*. Porto Alegre -- 2009.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. “*Os primórdios da imprensa no Brasil (Ou: de como o discurso jornalístico constrói memória)*”. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 3ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MIRANDA, Sônia Regina; LUCA, Tânia Regina. *O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNL D*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.24, n.48, 2004.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n48/a06v24n48.pdf/>>. Acesso em setembro de 2017.

NAHUM, Benjamín; FREGA, Ana; MARONNA, Mónica; TROCHÓN, Yvette. El fin del Uruguay liberal 1959-1973. Historia Uruguaya. Tomo 8. Montevideo: Banda Oriental, 1994

NORA, Pierre. Apud D’ALESSIO, Márcia Mansur. Memória; leituras de Maurice Holbwachs e Pierre nora. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. ANPUH, Marco Zero, v. 13. N. 25-26, set. 92-ago. 93.

PADRÓS, Enrique Serra. *Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente*. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.199-223, jan./dez. 2004.

————— *Memória e esquecimento das ditaduras de segurança nacional: Os desaparecidos políticos*. História em Revista 10, 2004.

————— *História do Tempo Presente, Ditaduras De Segurança Nacional e arquivos repressivos*. Tempo e argumento. Revista do programa de pós-graduação em História. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30 – 45, jan./jun. 2009.

————— *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 850 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PADILHA, Gisélia Monteiro. *A brigada militar e o golpe de 1964*. X Seminário de Estudos históricos. Disponível em: <http://www.feevale.br/site/files/documentos/pdf/46969.pdf>

PADRÓS, Enrique Serra; MARÇAL, Fábio Azambuja. *O Rio Grande do Sul no cenário da coordenação repressiva de Segurança Nacional*. IN Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. / organizadores Enrique Serra Padrós, Vânia M. Barbosa, Vanessa Albertinence Lopez, Ananda Simões Fernandes. – Porto Alegre:Corag, 2009. v. 3.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LOVATO, Bárbara Hartung. *Introdução ao estudo da História: temas e textos*. Porto Alegre: Edição do autor, 2013.

PILETTI, Nelson & Claudino. *História da educação*. Ed. Ática 1997.

PINTO, Franklin Fernandes. *A Formação Da Fronteira Na Margem Norte Do Rio Jaguarão: As Unidades Produtivas Rurais Como Estratégia Da Coroa Portuguesa Para A Consolidação Dos Limites (1790-1850)*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História. Universidade Federal Do Pampa campus Jaguarão. Jaguarão, 2015.

PIO CORREA, Manoel. *O mundo em que vivi*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. 2vol.

POLLAK. Michael. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI. Alessandro. O que faz a História oral diferente. *Projeto. História*, fev. 1997.

REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. *A ditadura civil-militar em tempo de radicalizações e barbárie. 1968-1974*. Francisco Carlos Palomanes Martinho (org.). Democracia e ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

SANTOS, Damaris de Lima; MARCELINO, Isac Morais Lages; SANTANA, Raicilane Barbosa de Jesus. *Análise Etnofotográfica da Comunidade “Quilombo Madeira”:* *Identidade e Memória - Jaguarão/RS.* Conexões Culturais – Revista de Linguagens, Artes e Estudos em Cultura - V. 02, nº 01, ano 2016, p. 78-87

SAVIANI, Dermeval. *O legado educacional do regime militar.* Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008

SILVA, João Batista Teófilo. *Reinventando o Passado: Memória, Imprensa e Ditadura 50 Anos Depois (1964-2014).* Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA *Revista Historiar*, Vol. 05, N. 09, Ano 2013.2. p. 38-56.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional & Geopolítica do Brasil.* Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

STEIMAN, Rebeca. *A Geografia das Cidades de Fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia).* Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002

TORMAM, Josi Silva. *Jaguarão “Cidade Histórica”:* *Contextos e trajetórias de uma patrimonialização.* Monografia apresentada ao Curso de História – Licenciatura Plena da Universidade Federal do Pampa - Campus Jaguarão. Jaguarão, 2014

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Presidência da República. Casa civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Emenda constitucional nº 1*, de 17 de outubro de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm Acesso em fevereiro de 2018.

Decreto de 22 de maio de 1833. Disponível em:
<http://www.camarajaguarao.rs.gov.br/Acesso em janeiro de 2018>.

DIÁRIO Oficial da União. *Decreto-Lei nº 898, 29 set. 1968.* Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em fevereiro de 2018

DIÁRIO Oficial da União. *Decreto -Lei nº 348, 4 jun. 1968.* Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>.

Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Fundo: Embaixada Brasileira em Montevidéu. *Telegrama urgente enviado pela Embaixada Brasileira em Montevidéu.* No. 11.232. Montevidéu, 19 de agosto de 1964.

FONTES OFICIAIS

Câmara dos vereadores de Jaguarão

Ata no. 260 de 20/05/64. SOCM f. 158.

Ata no. 262 de 07/06/64. SOCM. f.165, v. f. 165, f. 166.

Ata no. 264 de 20/06/64. SOCM. f.169, v. f. 169.

Ata no. 268 de 15/07/64 SOCM f. 177.

Ata no. 311 de 15/10/65 SOCM f. 219

Ata no. 319 de 04/12/65 SOCM v. f. 225.

Ata no. 353 de 10/12/66 SOCM f. 13, v. f. 13.

Ata no. 366 de 23/09/67 RCP v. f. 30.

Ata no. 370 de 28/10/67 SECM v. f. 33.

Ata no. 380 de 11/02/68 SECM f. 45.

Ata no. 383 de 15/05/68 SECM f. 49.

Ata no. 385 de 01/06/68 SOCM v. f. 50
Ata no. 386 de 08/06/68 SOCM v. f. 52
Ata no. 900 de 26/10/68 SOCM v. f. 66
Ata no. 901 de 23/11/68 SOCM f. 69
Ata no. 901 de 23/11/68 SOCM f. 69. v. f. 69
Ata no. 901 de 23/11/68 SOCM v. f. 68 v. f. 68
Ata no. 906 de 15/12/68 SE. f. 76.
Ata no. 953 de 21/06/71 SOCM v. f. 139
Ata no. 968 de 03/04/72. SOCM. P.170.
Ata no. 1064 de 25/08/75 SOCM v. f. 48

FONTES IMPRESSAS

O Estado De S. Paulo. Ed. 04 de setembro de 1966 - Pag. 6 Disponível em <http://acervo.estadao.com.br> Acesso em fevereiro de 2018.

MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL-TUPAMARO. Documento nº 1 (IV- Conclusiones generales). Junio de 1967.

Instituto histórico e geográfico de Jaguarão

IHGJ. A Fôlha nº 803, de 16 de abril de 1964. F. 3

Biblioteca Pública Municipal. De Jaguarão

Biblioteca Pública Municipal. Acervo. Jornal A folha. No. 1123 de 27/03/71

Biblioteca Pública Municipal. Acervo. Jornal A folha. No. 1127 de 24/04/71

Biblioteca Pública Municipal. Acervo. Jornal A folha. No. 1138 de 17/07/71

Biblioteca Pública Municipal. Acervo. Jornal A folha. No. 1139 de 24/07/71

Biblioteca Pública Municipal. Acervo. Jornal A folha. No. 1143 de 12/02/72

Biblioteca Pública Municipal. Acervo. Jornal A folha. No. 1144 de 04/03/72

Biblioteca Pública Municipal. Acervo. Jornal A folha. No. 1149 de 27/01/73

Biblioteca Pública Municipal. Acervo. Jornal A folha. No. 1176 de 27/01/73

FONTES ORAIS

Arnoni Lenz

Ilka de Carvalho Valadão

Izaldo Porto

João Maria Vieira

SITES DO GOVERNO BRASILEIRO

Histórico. <http://www.12rcmec.eb.mil.br>. Por Cel Cav Humberto Silveira de Almeida. Ministério da Defesa. Projeto Rondon. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/programas-sociais/projeto-rondon> Acesso em janeiro de 2018.

Nossa história. 8º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. Disponível em: <http://www.8esqdcmec.eb.mil.br/index.php/en/quemsomos/historico/20-nossa-historia.html> Acesso em fevereiro de 2018

Síntese histórica 33bim Disponível em: http://www.legiaodainfantariadoceara.org/leginf_33bimtz_index.html Acesso em fevereiro de 2018

SÍTIOS:

Biografias da resistência. Marcio Moreira Alves Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/marcio-moreira-alves/index.html> Acesso em março de 2018.

Câmara dos Vereadores de Jaguarão <http://www.camarajaguarao.rs.gov.br/>

Prefeitura Municipal de Jaguarão. <http://www.jaguarao.rs.gov.br>

Entrevista a Marilena Chaui .<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/03/para-marilena-chaui-ditadura-militar-fez-com-que-universidades-nao-oferecam-formacao-humanista> Edição de 29/03/2012 por Paulo Donizetti de Souza

História dos censos se mistura com a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Por Lucianne Carneiro em 29/05/2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/o-brasil-o-ibge-atraves-dos-censos-19367495> Acesso em 15 de fevereiro de 2018

Projetos culturais. Disponível em: <http://mcarlosbarbosa.blogspot.com.br/p/a-fundacao-carlosbarbosa-goncalves.html> Acesso em março de 2018

Reforma educacional da ditadura eliminou exigência de gasto mínimo com educação. Do Jornal da Unicamp. 31/03/2014 Disponível em:

<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/entrevistas/reforma-educacional-da-ditadura-eliminou-exigencia-de-gasto-minimo-com-educacao> Acesso em janeiro de 2018.